

MINUTA

**PLANO DIRETOR
PARQUE DA JUVENTUDE
DOM PAULO EVARISTON ARNS**

SÃO PAULO

2024

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Tarcísio Gomes de Freitas – Governador

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (SEMIL)

Natália Resende Andrade Ávila – Secretária

Anderson Marcio de Oliveira – Secretário Executivo

Fábio Aurelio Aguilera Mendes – Chefe de Gabinete

SUBSECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

Jônatas Souza da Trindade – Subsecretário

**PLANO DIRETOR PARQUE DA JUVENTUDE
DOM PAULO EVARISTO ARNS**

Coordenadoria de Parques e Parcerias

Ana Lúcia Sant'Ana Seabra

1ª Edição

Janeiro 2024

CRÉDITOS TÉCNICOS E INSTITUCIONAIS

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

PLANO DIRETOR DO PARQUE DA JUVENTUDE

Coordenação Geral

Ana Lúcia Sant'Ana Seabra Coordenadoria de Parques e Parcerias

Coordenação Técnica

Aline Melo da Silva Coordenadoria de Parques e Parcerias

Equipe Técnica das Áreas Temáticas

Contextualização

Aline Melo da Silva Coordenadoria de Parques e Parcerias

Histórico

Aline Melo da Silva Coordenadoria de Parques e Parcerias

Instrumentos Normativos

Aline Melo da Silva Coordenadoria de Parques e Parcerias

Localização do Parque e Caracterização do Entorno

Aline Melo da Silva Coordenadoria de Parques e Parcerias

Solo

Marcio Rossi Instituto de Pesquisas Ambientais

Marina Kanashiro Instituto de Pesquisas Ambientais

Recursos Hídricos

Rosangela do Amaral Instituto de Pesquisas Ambientais

Sibele Ezaki Instituto de Pesquisas Ambientais

Fauna

Alexsander Zamorano Antunes Instituto de Pesquisas Ambientais

Flora

Osny Tadeu Aguiar	Instituto de Pesquisas Ambientais
Natalia Almeida	Instituto de Pesquisas Ambientais

Paisagismo e Arborização

Aline Melo da Silva	Coordenadoria de Parques e Parcerias
---------------------	--------------------------------------

Infraestrutura, Edificações e Mobiliários

Aline Melo da Silva	Coordenadoria de Parques e Parcerias
---------------------	--------------------------------------

Serviços, Administração e Gestão

Aline Melo da Silva	Coordenadoria de Parques e Parcerias
---------------------	--------------------------------------

Usos e Atividades

Aline Melo da Silva	Coordenadoria de Parques e Parcerias
---------------------	--------------------------------------

Eduardo Lopes Nabero	Monitor
----------------------	---------

Phelipe Araujo Sousa	Monitor
----------------------	---------

Renan Wilson de Vita Castro	Monitor
-----------------------------	---------

Setorização

Aline Melo da Silva	Coordenadoria de Parques e Parcerias
---------------------	--------------------------------------

Apoio

Rebecca Wolf Spada	Coordenadoria de Parques e Parcerias
--------------------	--------------------------------------

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	6
2. CONTEXTUALIZAÇÃO	7
3. HISTÓRICO DO PARQUE CHÁCARA DA BARONESA	14
4. INSTRUMENTOS NORMATIVOS	22
5. LOCALIZAÇÃO DO PARQUE E CARACTERIZAÇÃO DO ENTORNO	37
6. DIAGNÓSTICO E CARACTERIZAÇÃO DO PARQUE	44
7. USOS E ATIVIDADES	118
8. SETORIZAÇÃO	144
9. RECOMENDAÇÕES E DIRETRIZES	147
10.REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS E OUTRAS FONTES	153
11. ANEXOS	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

1. APRESENTAÇÃO

Este documento trata do Plano Diretor do Parque da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns elaborado com o objetivo de promover o ordenamento dos espaços de uso público do parque e estabelecer diretrizes e recomendações para o aprimoramento da gestão por parte do poder público, parceiros e usuários.

O Plano Diretor foi elaborado pelo quadro técnico especializado e multidisciplinar da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo, com formação em biologia, geografia, geologia, arquitetura e urbanismo, engenharias, direito, dentre outros.

A elaboração do documento considerou o levantamento de dados primários e secundários por parte da equipe técnica envolvida, que contemplou o levantamento da documentação existente, visitas técnicas, dados de flora e fauna e contribuições por meio de membros do Conselho de Orientação do Parque e Consulta Pública.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1. PARQUES URBANOS ESTADUAIS

A gestão dos parques urbanos estaduais cabe à Coordenadoria de Parques e Parcerias (CPP), vinculada à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL). De acordo com o Decreto Estadual nº 64.132, de 11 de março de 2019, em seu artigo 69, a CPP possui as seguintes atribuições:

Artigo 69 - A Coordenadoria de Parques e Parcerias tem as seguintes atribuições:

I – Planejar, coordenar, monitorar e avaliar os programas, projetos e ações relacionados à gestão dos parques urbanos;

II – Promover o estabelecimento de:

a) Normas e procedimentos administrativos para a gestão dos parques urbanos;

b) Diretrizes comuns para o relacionamento das administrações dos parques urbanos com seus Conselhos de Orientação ou órgãos colegiados equivalentes;

III – Adotar as providências necessárias à obtenção de autorização ou permissão de uso das áreas dos parques urbanos;

IV – Proceder à gestão administrativa de zonas de visitação pública, previstas em Plano de Manejo, de Unidades de Conservação integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC e do Sistema Estadual de Florestas - SIEFLOR, pertencentes à Fazenda Pública, que estejam em áreas urbanas ou coligadas a estas, designadas por decreto governamental.

A elaboração dos planos diretores, portanto, está de acordo com a alínea “A” do inciso II do artigo 69 do Decreto Estadual nº 64.132 de 2019.

Estão sob administração da CPP os parques: Doutor Fernando Costa - Água Branca, Alberto Löfgren, Manoel Pitta - Belém, Candido Portinari, Chácara Baronesa, Gabriel Chucre, Ecológico Guarapiranga, Jequitibá, da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns, Villa-Lobos, Fontes do Ipiranga, Ecológico Várzea do Embu-Guaçu, Parque Linear Bruno Covas – Novo Rio Pinheiros, o Projeto Pomar Urbano e os quatro núcleos de lazer do Ecológico do Tietê: Engenheiro Goulart, Jardim Helena, Itaim-Biacica e Vila Jacuí (Parque Antonio Arnaldo Queiroz e Silva) (Figura 1).

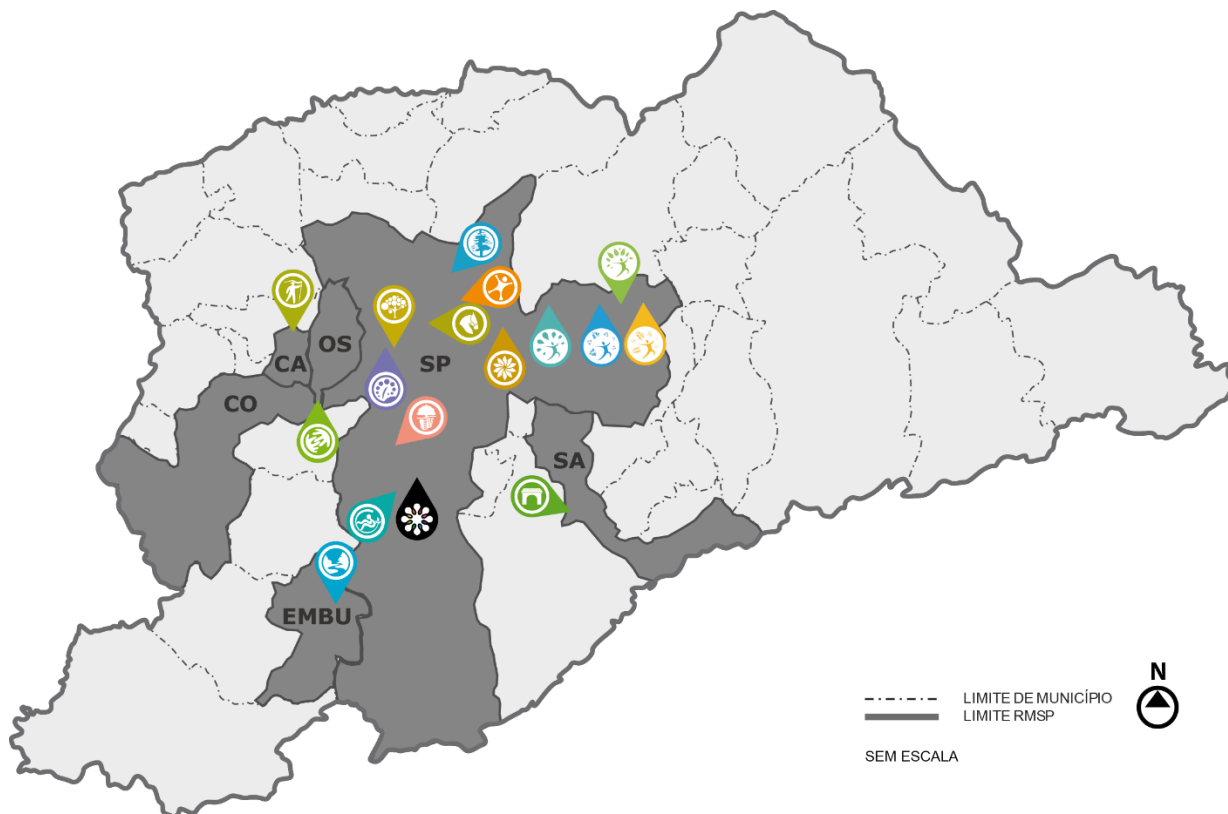


Figura 01. Mapa de identificação da localização dos Parques Urbanos administrados pela Coordenadoria de Parques e Parcerias. Fonte: Autoral. Base dos municípios obtida pelo IBGE.

2.2.PREMISAS DOS PLANOS DIRETORES DOS PARQUES URBANOS

O conceito, origem e histórico de parques urbanos são discutidos em diversas áreas do conhecimento tendo em vista sua relevância como espaço público para o desenvolvimento de atividades sociais, ambientais, educativas, psicológicas e estéticas, conforme pontua Bovo e Oliveira (2020), e para o entendimento da organização das cidades (BOVO; OLIVEIRA, 2020 apud. JUNIOR, 2011). O presente capítulo tem como objetivo introduzir tais discussões de forma a criar um embasamento teórico para o desenvolvimento do presente Plano Diretor.

Inicia-se analisando a história de formação dos primeiros parques urbanos que apresenta como princípio a abertura dos jardins da aristocracia inglesa ao público (MARTINS, 2022 apud. MAYMONE, 2009). Com o fim da Revolução Francesa, entre os séculos XVII e XVIII, as propriedades da família real e de nobres são abertas para a cidade se tornando os precursores dos parques urbanos. Entretanto, existem análises históricas sobre tal temática que iniciam sua observação a partir da análise do contexto da cidade industrial vinculando tal cenário da vida urbana a origem dos parques na medida em que se faz necessário um espaço de refúgio dos males estabelecidos pelo processo de mudança da paisagem urbana (ROCHA et. al, 2021, apud. MACEDO; SAKATA, 2010) e para o estabelecimento de uma área que estaria de acordo com os ideais de higienização que nascem no século XIX (MESQUITA, 2019 apud. COSTA; CARMARGO, 2012).

Esta primeira ideia do parque urbano como um espaço de refúgio e de aproximação da natureza se manteve entre 1850 e 1900 (DE PAULA; CASER, 2020 apud. COOPER MARCUS; FRANCIS, 1990). O período seguinte, entre 1900 a 1930, caracteriza os parques urbanos como uma área de recreação com atividades ativas como brincadeiras infantis. Já após 1930, o conjunto de atividades recreativas existentes nos parques

se expande permitindo que todas as faixas etárias possam participar de tal tipo de uso. Neste período são instalados equipamentos como piscinas, quadras, arquibancadas, entre outros. (DE PAULA; CASER, 2020 apud. MAGNOLI, 2006). Uma nova tipologia de parques surge apenas após 1965 quando se insere um conceito de que todo espaço livre público apresenta potencial para ser utilizado pela população e são criados, por exemplo, os parques de aventura (DE PAULA; CASER, 2020). Já os parques contemporâneos, apresentam como principais aspectos a revitalização de áreas, recriação de paisagens naturais e participação população no espaço (DE PAULA; CASER, 2020).

No cenário brasileiro, os parques urbanos não surgem com a mesma motivação do que no cenário internacional. A visão romântica da natureza é encontrada nos primeiros parques brasileiros que tinham como motivação de implantação a composição de um cenário complementar as elites emergentes. Já o início da implantação de um lazer recreativo ativo nos parques brasileiros se inicia em 1940 e apenas seriam configuradas novas tipologias de parque entre 1970 e 1980 (DE PAULA; CASER, 2020 apud. MACEDO, SAKATA, 2010).

Mostra-se relevante pontuar ainda que, concomitantemente, ao processo de definição das atividades dos parques urbanos se desenvolviam os movimentos ambientalistas. De acordo com Ferreira (2019), o olhar focado ao meio ambiente tem início entre as décadas de 1960 e 1970 quando ocorrem eventos marcantes como as Conferências Internacionais sobre o Meio Ambiente Humano convocadas pela Organização das Nações Unidas. O Brasil apresenta seu foco em tal âmbito a partir, principalmente, da década de 90 quando ocorre a Conferência Rio-92. A valorização do aspecto ambiental, portanto, se torna um marco principalmente nos parques contemporâneos, conforme pontuado por De Paula e Caser (2020).

Tal contexto histórico coloca em evidência a relevância dos parques destacadas no início deste capítulo. Historicamente, os parques apresentam uma característica de espaço de convivência e encontro social em que, ao passar as décadas, agregou atividades recreativas que permitiam promover espaços mais qualificados para atendimento de questões psicológicas, ambientais, estéticas e educativas.

Cabe, após o breve estudo do histórico, a análise de conceitos dos parques urbanos. As definições identificadas são apresentadas em ordem cronológica para que seja possível observar a evolução do entendimento dos parques urbanos ao longo das décadas.

A primeira definição apresentada é a de Rosa Kliass de 1993. Para a arquiteta paisagista, os parques urbanos constituem-se como espaços públicos com elementos naturais e equipamentos voltados a recreação. Além disso, são elementos protagonistas dentro da cidade e apresentam dimensões maiores do que de uma praça (SAKATA, 2018 apud. MAGNOLI, 2006). Já em 2000, uma nova definição é apresentada por Carneiro e Mesquita (2000) como é referenciado por Bovo e Oliveira (2020). Tal definição complementa pontos já pontuados por Rosa Kliass. Discute-se que os parques urbanos além de apresentarem atividades recreativas são espaços para usos culturais ou administrativos. Ademais, traz uma outra referência de dimensionamento para os parques pontuando que tais elementos urbanos devem apresentar um grau de equivalência superior a uma quadra típica urbana.

Em 2003 a definição de Macedo e Sakata sobre parque urbano, também apresentada por Bovo e Oliveira (2020), afirma que:

“(…) espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação cuja estrutura morfológica é autossuficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por uma estrutura construída em seu entorno (...)” (BOVO; OLIVEIRA, 2020, p.265 apud. MACEDO; SAKATA, 2003, p.14)

A definição previamente apresentada deixa em aberto a possibilidade de ramo de atividades que podem existir nos parques urbanos indicando a multifuncionalidade do espaço (DE PAULA; CASER, 2020 apud. MACEDO, 2012). Além disso, é a primeira que contempla sobre a incorporação realizada a alguns destes elementos da necessidade de conservação dos elementos naturais como uma forma de resguardar parte das paisagens que apresentam aspectos ambientais relevantes (ROCHA et. al, 2021, apud. SAKATA, 2018).

Por último, é pertinente a apresentação do conceito de parques urbanos de Melazo e Colesanti (2003), também destacada por Bovo e Oliveiro (2020), pois tal apresenta o a relação existente entre o elemento parque e o seu entorno:

“(…) representam na dinâmica das cidades um “espaço verde”, assim, os parques urbanos são fundamentais para o crescimento e desenvolvimento econômico, pois proporcionam para a comunidade dos bairros que os circundam, como também para a toda a cidade, um espaço destinado ao lazer e também para o contato com a natureza, onde o homem se encontra totalmente inserido.” (BOVO; OLIVEIRA, 2020 apud. MELAZAO e COLESANTI, 2002, p.6)”

Entende-se que os parques urbanos são, portanto, espaços públicos multifuncionais que apresentam características específicas dependendo de seus aspectos históricos, elementos internos e influências do contexto urbano. Considerando tal complexidade, mostra-se necessário um instrumento que permita orientar a atuação dentro dos parques urbanos visando assegurar as melhores práticas para o espaço e garantindo adequadas condições de funcionamento.

Entretanto, os parques urbanos não apresentam um reconhecimento legal da necessidade de um instrumento normativo que realize o planejamento e ordenamento do espaço. Sendo assim, utilizando como base as atribuições da Coordenadoria de Parques e

Parcerias quando a necessidade de gestão e ordenamento e visualizando a complexidade inerente dos parques urbanos, adota-se o Plano Diretor como recurso de planejamento. Tal instrumento deverá, além do papel já apresentado, garantir a preservação, sustentabilidade e bem-estar dos usuários respeitando a vocação, limitações e potencialidades de desenvolvimento de cada espaço em questão.

Quanto aos objetivos dos Planos Diretores dos Parques Urbanos, pontua-se:

- 1** Colaborar para que os espaços correspondentes aos parques urbanos, incluindo seus equipamentos e demais estruturas físicas, apresentem condições adequadas de utilização e manutenção;
- 2** Garantir a harmonia no convívio e uso do espaço público, considerando as atividades e práticas realizadas pelos usuários;
- 3** Regulamentar usos, serviços e atividades, considerando as especificidades pré-existentes de cada Parque Urbano, seja do ponto de vista natural ou dos valores histórico-culturais;
- 4** Estabelecer diretrizes para gestão e operacionalização dos Parques Urbanos;
- 5** Estabelecer diretrizes e prioridades para o estabelecimento de parcerias;

3. HISTÓRICO DO PARQUE DA JUVENTUDE

Parque da Juventude - Dom Paulo Evaristo Arns teve sua primeira etapa inaugurada em 2003 quando a área que ocupa, localizada na zona norte do município de São Paulo, iniciou o seu processo de transformação de uma antiga penitenciária para um complexo cultural, recreativo e esportivo de 214.017¹ metros quadrados.

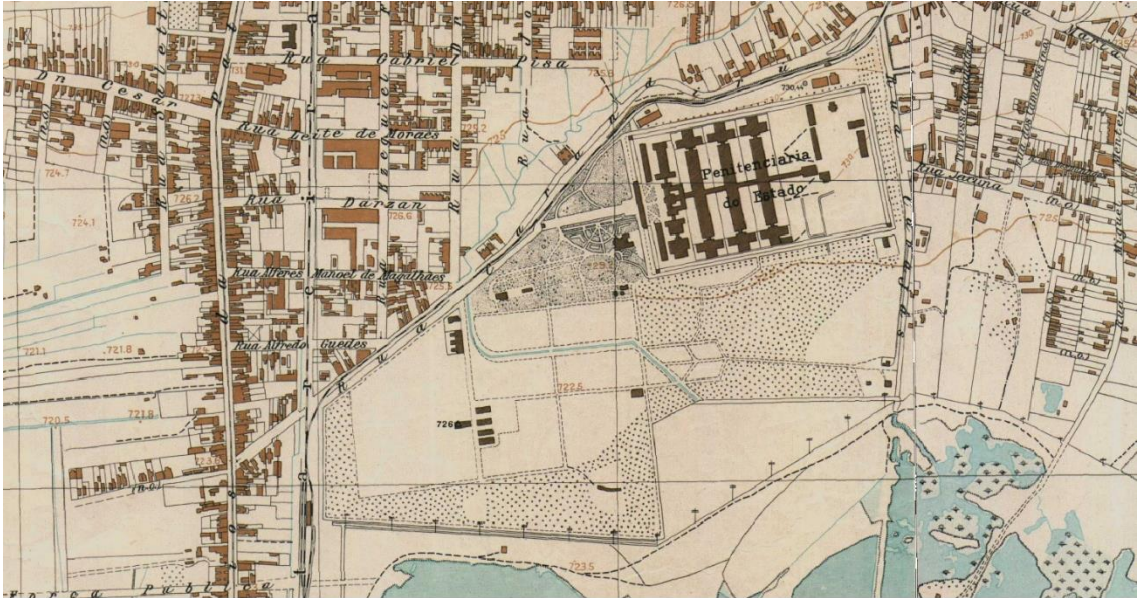
As informações relatadas no presente capítulo para constituição do histórico do Parque da Juventude foram obtidas por meio da leitura e análise do levantamento histórico realizado para o processo administrativo nº 1997-0.125.758-8 com o objetivo de estudo de tombamento em nível municipal pelo CONPRESP do Complexo Penitenciário do Carandiru, que abrange parte dos edifícios e vegetação ainda existe no Parque da Juventude.

A área do parque localizada na zona norte de São Paulo é parte de um espaço que pertencia ao sr. Antônio Maria da Silva. A área como um todo foi adquirida em 1905 com a intenção de obter um espaço afastado da elite paulista da época, de fácil acesso e que não compromettesse a paisagem urbana para implantação da penitenciária do Estado. Tal penitenciária foi pensada em seus princípios de forma a disponibilizar um maior número de vagas no sistema carcerário e promover meios de regeneração e adequação dos setores marginalizados. Em relação a infraestrutura do local, a penitenciária deveria apresentar, de acordo com o levantamento histórico realizado para o processo de tombamento (Vol. 1, p. 154):

“A nova penitenciária deveria ter capacidade de confinar 1200 condenados, seguindo as disposições sobre higiene e segurança, assim como as estabelecidas pelo código penal. Deveria constituir-se num ambiente que possibilitasse isolamento noturno e trabalho durante o dia em oficinas. (...)”

Em 1909, a Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas realizou um concurso para escolher o projeto de tal penitenciária sendo

a proposta escolhida a do engenheiro Samuel de Neves. O projeto seria oficialmente inaugurado em 1921 com a execução do projeto a cargo do Escritório Técnico de Francisco de Paulo Ramos de Azevedo, que fez algumas alterações, mas sempre respeitando os princípios do projeto original.



Mapeamento 1930 - Sara
GeoSampa



Figura 02. Implantação da Penitenciaría do Estado em 1935. Fonte: GeoSampa. Apresenta organização pela Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.



Mapeamento 1954 - Vasp Cruzeiro
GeoSampa



Figura 03. Implantação da Penitenciária do Estado em 1954. Fonte: GeoSampa. Apresenta organização pela Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.

Pelos mapeamentos obtidos pela plataforma GeoSampa (Figuras 2 e 3), é possível identificar que, em suas primeiras décadas, entre 1930-1950, de funcionamento, o Complexo do Carandiru (Figura 2) apresentava apenas o equipamento da Penitenciária do Estado, que corresponde à atual sede da Secretaria de Administração Penitenciária.

Contudo, conforme pontuado por Bianchini (2018), a partir da década de 1940 alcançou sua capacidade máxima. O espaço apresentava em torno de 1235 presos. Visando atender tal aumento, foram construídos outros edifícios. Dentre eles, a Casa de Detenção Flaminio Favero, popularmente conhecida como Carandiru, e inaugurada em 11 de setembro de 1956.

Bianchini (2018) especifica que, tal área da Casa de Detenção, se tratava das áreas dos pavilhões.

Os presos eram recebidos no Pavilhão 02, onde passavam por um processo de triagem. No Pavilhão 04, encontra-se uma área de uso exclusivo para saúde. O Pavilhão 05, estrutura superlotada, apresentava em sua maior parte as celas comuns. O Pavilhão 06 apresentava as celas dos presos estrangeiros envolvidos com tráfico de drogas. O Pavilhão 07 se tratava do espaço para o trabalho. O Pavilhão 08 (Figura 05) apresentava dos detentos com nome feito no crime. Por último, o Pavilhão 09 (Figura 06) abrigava os jovens condenados pela primeira vez (BIANCHINI, 2016).

Se tratava de uma estrutura complexa (Figura 04) que entra em um período de decadência na década de 1980. Na década de 1990 foi registrado um total de 9000 detentos em um conjunto de edifícios construídos para uma lotação de 6300 pessoas.

Como forma de remediar tal problema foi iniciada a construção do Carandiru II em área que, anteriormente, corria um corpo d'água

conectado ao Carajás. Tal construção, no entanto, não foi finalizada e, atualmente, é possível identificar apenas parte das ruínas que contam a história



Penitenciária do Carandiru - Destaque de áreas
Google Earth



Figura 04. Estrutura da Penitenciária do Carandiru com destaque de áreas com ortofoto de 2000. Fonte: Ortofoto obtida pelo Google Earth e imagem dos Pavilhões obtida em Migalhas Quentes. Apresenta organização e alterações pela Coordenadoria de Parques e Parcerias. Disponível em: <lnq.com/dRtrb>. Acesso em 17 de out. de 2022.



Figura 05. Estrutura do Pavilhão 8. Fonte: Acervo do Museu Penitenciário. Registrado em 13 de outubro de 2022.



Figura 06. Estrutura do Pavilhão 9 na década de 90. Fonte: São Paulo in Foco. Disponível em: <<https://www.saopauloinfoco.com.br/historia-carandiru/>>. Acesso em 22 de setembro de 2022.

Concomitante aos eventos que ocorreram e ao processo de desativação, foi publicado um concurso em 1999 para transformação do local em parque. A proposta vencedora do escritório Aflalo & Gasperini foi contratada em 2003 para a realização de um desenho final para o Parque da Juventude.

Da contratação até a finalização da execução, ocorreram alterações no projeto provocadas pela manutenção de parte do setor prisional, sendo eles as áreas do da Penitenciária do Estado (atual Penitenciária Feminina de Sant'Ana), a Penitenciária Feminina da Capital, o Centro de Observação Criminológica (hoje, Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário) e o Presídio da Polícia Civil (FORMICKI, 2013, p. 28). Além de tais equipamentos, foram mantidas partes das estruturas originais do Complexo Penitenciário do Carandiru. Dentro do conjunto de pavilhões foram mantidos apenas o 4 (onde ficavam os presos primários e a ala médica, era o menos populoso) e 7 (abrigava presos que realizavam algum tipo de trabalho).

O projeto do escritório Aflalo & Gasperini, que contou com a colaboração da arquiteta Rosa Kliass para o desenvolvimento do projeto de paisagismo, apresentou um projeto de implantação dividido em 03 setores (Figura 07), sendo eles: setor institucional (identificado como Fase 03), setor central (identificado como Fase 02) e setor esportivo (identificado como Fase 01).

Seu primeiro setor, destinado as atividades esportivas, foi inaugurado no mesmo ano da contratação e apresentava, como principais equipamentos, um conjunto de quadras e uma pista de skate.

A segunda fase do projeto ficou pronta em 2004, onde foram pensados espaços de contemplação ao longo da chamada área central do Parque. Em tal área central está localizado o espaço das ruínas do Carandiru II como mais uma atividade contemplativa dentro do conjunto da paisagem.

Por fim, em sua última etapa de implantação do projeto, em 2007, foi implantada a área institucional, que possui caráter cultural, onde estão localizadas as ETECs - Escola Técnica Estadual - Parque da Juventude e de Artes, e a Biblioteca de São Paulo, finalista em 2018 do Prêmio de Melhor Biblioteca do Mundo (PEREIRA, 2017). Os edifícios educacionais existentes no local correspondem os pavilhões 4 e 7. Os demais pavilhões existentes no projeto original foram implodidos até 2007 (Figura 08).



Esquema dos setores de implantação do Parque da Juventude
Google Earth



Figura 07. Implantação geral da Penitenciária do Carandiru com destaque para as fases de implantação do projeto. Fonte: Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/carandiru-que-faria-cem-anos-foi-de-prisao-modelo-a-palco-de-massacre.shtml>>. Acesso em 22 de setembro de 2022.



Figura 08. Implosão dos Pavilhões. Fonte: Folha de São Paulo. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/carandiru-que-faria-cem-anos-foi-de-prisao-modelo-a-palco-de-massacre.shtml>>. Acesso em 22 de setembro de 2022.

Em 2012 o parque passou a ser administrado pela então Coordenadoria de Parques Urbanos, da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, através do Decreto Estadual nº 58.258, de 1º de agosto de 2012, hoje, Coordenadoria de Parques e Parcerias da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística de São Paulo e, em 2018, o Parque recebeu, de acordo com a Lei Estadual nº 16.761, de 08 de junho de 2018, o nome de “Parque da Juventude Dom Paulo Evaristo Arns” em homenagem ao arcebispo emérito de São Paulo, que foi grande defensor dos direitos humanos no Brasil.

De acordo com o site oficial do escritório responsável pela elaboração do projeto, Aflalo & Gasperini Arquitetos, o Parque da Juventude foi pensando como forma de transformar o antigo espaço que abrigava o Complexo Penitenciário do Carandiru em um espaço público que para a comunidade com usos institucionais e de lazer. O escritório afirma ainda que o partido do projeto visou aproveitar da localização estratégica

da estação do Carandiru. Este conjunto de fatores resultou em um projeto de impacto metropolitano.

Diante da importância histórica e cultural da área, o antigo Complexo Penitenciário foi tombado pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRESP em 2019, através da Resolução nº 38/CONPRESP/2018, considerando a importância das construções presentes no local que possuem papel essencial para a memória da cidade.

Ao lado do parque também foi instalado o Museu Penitenciário Paulista, na Av. Zaki Narchi, que, de acordo com a plataforma digital oficial do museu, foi aberto ao público em 2014, exibindo acervo relacionado à ressocialização e cultura prisional, como objetos dos presos, utensílios de tatuagem e material artístico. Tal museu é administrado pela Secretaria de Administração Penitenciária, conforme Decreto nº 55.733, de 23 de abril de 2010. O Museu fica aberto à visitação de segunda a sexta-feira, das 09h00 às 16h00, com intervalo nas visitas monitoradas entre 12h00 e 14h00. A entrada é gratuita.

4. INSTRUMENTOS NORMATIVOS

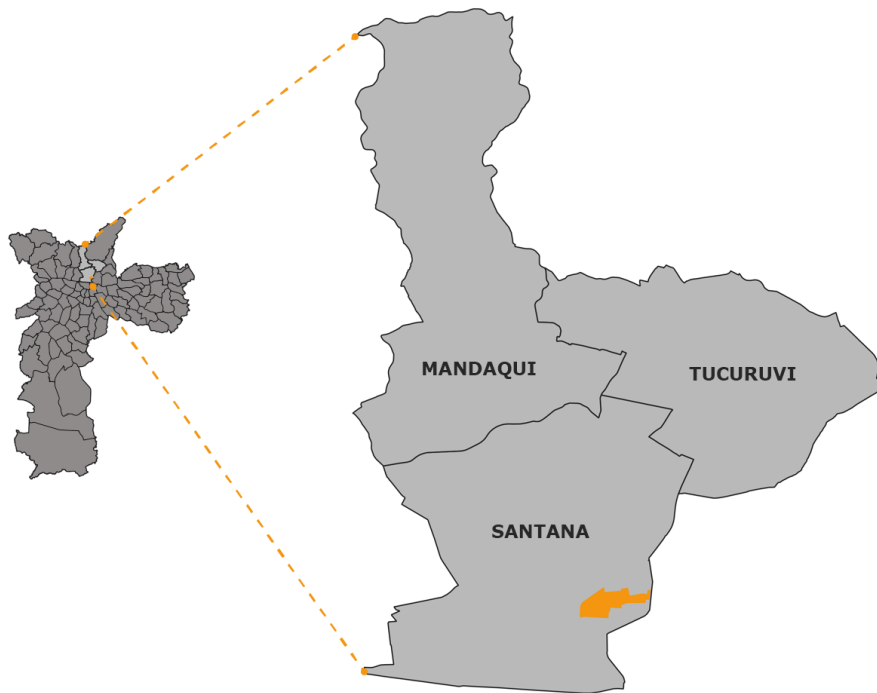
Os instrumentos normativos mais importantes referentes ao Parque da Juventude são os concernentes ao planejamento territorial de seu entorno, além dos específicos do próprio Parque. Entre os primeiros, incluem-se o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, definido pela Lei municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014, a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, definida pela Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016 e os Planos Regionais das Subprefeituras do ano de 2016 – Cadernos das Subprefeituras. Entre os instrumentos normativos específicos do Parque, destacam-se os relativos à sua criação e alterações de usos ao longo do tempo e seu tombamento (vide Capítulos 4.1, 4.2, 4.3 e 4.4).

4.1. PLANO DIRETOR MUNICIPAL

O Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo (PDE) vigente, aprovado em 31 de julho de 2014 pela Lei Municipal nº 16.050, traz um amplo conjunto de prioridades, princípios e diretrizes para ordenar o crescimento e a transformação da cidade. É um instrumento básico da Política de Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo que objetiva garantir um direcionamento da cidade em relação ao uso mais racional dos recursos ambientais, à justiça social, à melhoria da qualidade de vida e à participação social nas decisões sobre o futuro de São Paulo.

O PDE (2014, p. 6) delimita uma estruturação e ordenação territorial que visa “garantir um desenvolvimento urbano sustentável e equilibrado entre as várias visões existentes no Município sobre seu futuro (...)” e considera cinco dimensões: social, ambiental, imobiliária, econômica e cultural. Com relação à dimensão ambiental, o Plano Diretor Estratégico (2014, p. 6) coloca que é “fundamental para garantir o necessário equilíbrio entre as áreas edificadas e os espaços livres e verdes no interior da área urbanizada e entre esta e as áreas preservadas e protegidas no conjunto do Município”.

O Parque da Juventude está inserido na área administrativa da Subprefeitura de Santana-Tucuruvi (Figura 9), que é composta pelos distritos de Santana, Tucuruvi e Mandaqui, e faz divisa com o distrito da Vila Guilherme.



Identificação do Parque da Juventude na Subprefeitura de Santana-Tucuruvi
 Fonte de dados dos distritos: CPLA, 2014. Disponível no GeoSampa.

N
 sem escala

Legenda

- Parque da Juventude
- Distritos do município de São Paulo que não pertencem a subprefeitura de Santana-Tucuruvi
- Distritos do município de São Paulo que pertencem a subprefeitura de Santana-Tucuruvi

Figura 09. Identificação do Parque da Juventude na Subprefeitura de Santana-Tucuruvi. Fonte da dados dos distritos: CPLA, 2014. Disponível no GeoSampa. Organizado pela Coordenadoria de Parques e Parcerias.

A partir da lei do Plano Diretor Estratégico (PDE) da cidade de São Paulo é possível compreender os instrumentos legais relacionados ao Parque da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns. Em um primeiro momento, apresenta-se sobre as macrozonas que é uma forma de delimitação do território abarcada do texto da Lei Municipal nº 16.050 de 2014. Em seguida, de acordo com o que é previsto no PDE é desenvolvida a Lei Municipal nº16.402 de 2016, que disciplina sobre o uso e a ocupação do solo na cidade, os Planos Regionais das Subprefeituras do ano de 2016 – Cadernos das Subprefeituras e os Planos de Ação das Subprefeituras de 2019.

4.1.1. Macrozonas

Segundo a divisão regional adotada no Plano Diretor Estratégico, no interior do perímetro da Subprefeitura de Santana-Tucuruvi incidem cinco Macroáreas de Intervenção – Macroárea de Estruturação Metropolitana, onde está localizado o Parque; Macroárea de Qualificação da Urbanização; Macroárea de Controle e Qualificação Urbana e Ambiental; Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana e Recuperação Ambiental e Macroárea de Preservação dos Ecossistemas Naturais. Estas Macroáreas orientam objetivos de desenvolvimento urbano específico para cada seção do território delimitada.

De acordo com artigo 11 da Lei do Plano Diretor Municipal, a Macroárea de Estruturação Metropolitana (MEM), onde o Parque da Juventude está inserido, é caracterizada pela existência uma rede ferroviária e rodoviária estrutural que permite a articulação entre determinadas cidades e centros geradores de emprego da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Tal Macroárea abrange as planícies fluviais do rio Tietê, Pinheiros e Tamanduateí onde se verifica a necessidade de balancer os usos de emprego e moradia.

No parágrafo 1º do artigo 12 da Lei do Plano Diretor Estratégico, referente aos objetivos específicos estabelecidos para a MEM no Setor Orla Ferroviária e Fluvial, onde o Parque está inserido, podemos destacar os incisos I, II, IV e V que apresentam diretrizes que podem influenciar o número de frequentadores do Parque da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns:

Art. 12. A Macroárea de Estruturação Metropolitana é composta por três setores, conforme Mapa 2A, agregados a partir de dez subsetores distintos:

§ 1º Os objetivos específicos a serem alcançados no Setor Orla Ferroviária e Fluvial da Macroárea de Estruturação Metropolitana são:

I - Transformações estruturais orientadas para o maior aproveitamento da terra urbana com o aumento nas densidades construtiva e demográfica e implantação de novas atividades econômicas de abrangência metropolitana, atendendo a critérios de sustentabilidade e garantindo a proteção do patrimônio arquitetônico e cultural, em especial o ferroviário e o industrial;

II - Recuperação da qualidade dos sistemas ambientais existentes, especialmente dos rios, córregos e áreas vegetadas, articulando-os adequadamente com os sistemas urbanos, principalmente de drenagem, saneamento básico e mobilidade, com especial atenção à recuperação das planícies fluviais e mitigação das ilhas de calor;

IV - Produção de HIS e HMP;

VII - Redefinição dos parâmetros de uso e ocupação do solo para qualificação dos espaços públicos e da paisagem urbana;

Os incisos acima indicam intenções que devem seguir as intervenções para as áreas da MEM. Tais intenções indicam melhorias ambientais, paisagísticas, habitacionais e na rede de transportes públicos. A qualificação de tais questões urbanas pontuadas promoveria uma melhor relação e conexão do Parque da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns e seu entorno o que impactaria no público do espaço de estudo.

4.1.2. Zoneamento

No que diz respeito ao zoneamento incidente sobre a região, de acordo com Lei Municipal nº16.402 de 2016, definiu-se a área do Parque da Juventude, em si, como majoritariamente Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEPAM) e uma seção como Zona Mista (ZM). A ZEPAM é uma delimitação que apresenta relação direta com o patrimônio ambiental da cidade, conforme especifica o artigo 19 da referida lei:

Art. 19. As Zonas Especiais de Proteção Ambiental (ZEPAM) são porções do território do Município destinadas à preservação e proteção do patrimônio ambiental, que têm como principais atributos remanescentes de Mata Atlântica e outras formações de vegetação nativa, arborização de relevância ambiental, vegetação significativa, alto índice de permeabilidade e existência de nascentes, incluindo os parques urbanos existentes e planejados e os parques naturais planejados, que prestam relevantes serviços ambientais, entre os quais a conservação da biodiversidade, controle de processos erosivos e de inundação, produção de água e regulação microclimática.

No caso da Zona Mista, é especificada pensando em duas possibilidades de uso: residenciais e não residenciais. No artigo 35 da mesma lei a definição de tal zona diz que:

Art. 35. As Zonas Mistas - ZM são porções do território destinadas à implantação de usos residenciais e não residenciais, inclusive no mesmo lote ou edificação, segundo critérios gerais de compatibilidade de incomodidade e qualidade ambiental, que têm como referência o uso residencial podendo ser subdivididas em zonas mistas de baixa, média e alta densidades.

A Lei Municipal nº 16.402, de 22 de março de 2016, conhecida como LPUOS – Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo - estabelece o zoneamento municipal e é direcionada ao atendimento dos objetivos definidos no Plano Diretor Estratégico de São Paulo, buscando reduzir desigualdades resultantes de benefícios do estabelecimento de melhorias, em geral, efetivadas apenas nas áreas mais valorizadas da cidade.

4.1.3. Planos Regionais e Planos de Ação das Subprefeituras

Os últimos instrumentos observados que contribuem para o ordenamento urbano do município de São Paulo, que tem como base as diretrizes do Plano Diretor Estratégico de 2014, são os Planos Regionais das Subprefeituras do ano de 2016 – Cadernos das Subprefeituras, consolidados pelo Decreto nº 57.537/2016, e os Planos de Ação das Subprefeituras. Os Planos Regionais são instrumentos de planejamento e gestão da política urbana que detalham as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor Estratégico e fazem um diagnóstico específico para sua área de abrangência.

A partir de tal documento é possível elaborar um Plano de Ação que define propostas de intervenções para a solução dos problemas regionais, complementando as questões urbanístico-ambientais em seus aspectos físicos e territoriais.

Com base na leitura territorial realizada, o Caderno de Propostas do Plano Regional da Subprefeitura de Santana-Tucuruvi (2016) define as seguintes diretrizes:

- I) Incentivar a instalação de novas atividades produtivas;
- II) Incentivar a oferta de cursos profissionalizantes;
- III) Ampliar a oferta de equipamentos e serviços públicos, em especial de assistência social;
- IV) Melhorar as condições de mobilidade e conexão dos sistemas de transporte coletivo;
- V) Ampliar a oferta de transporte público;
- VI) Melhorar as condições de mobilidade para pedestres, em especial da população idosa;
- VII) Notificar terrenos que não cumprem sua função social da propriedade, estimulando a utilização e edificação de terrenos e áreas subutilizadas;
- VIII) Prover habitação de interesse social para a população em situação de vulnerabilidade social de acordo com as diretrizes do Plano Municipal de Habitação - PMH;
- IX) Incentivar a regularização urbana e fundiária, proporcionando à população residente o direito à posse da terra e da moradia.

Percebe-se pelas diretrizes apresentadas que, dentro das questões urbanas existentes, as problemáticas são identificadas nos assuntos que tratam sobre economia, vulnerabilidade social e infraestrutura de mobilidade.

No Plano de Ação da Subprefeitura Santana-Tucuruvi (2019), as diretrizes do Caderno de Propostas são detalhadas e materializadas em propostas. No entorno imediato do Parque da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns é possível identificar ações para disponibilização de wi-fi gratuito, adequação e adaptação de calçadas e requalificação de ciclovias, ciclofaixas, corredores e faixas de ônibus. As propostas do plano de ação são focadas, até o momento, nas questões de mobilidade.

4.2. PROJETOS DE INTERVENÇÃO URBANA

Os Projetos de Intervenção Urbana (PIU) são estudos técnicos para a elaboração de projeto em áreas subutilizadas e com potencial de transformação para o município.

Regulamentados pelo Decreto nº 56.901, de 29 de março de 2016, elaborados pelo poder público e baseados no Plano Diretor Municipal, os PIU's pensam na cidade em diferentes escalas territoriais de forma a definir objetivos específicos para cada seção definida.

Os Projetos de Intervenção Urbana em que o parque se situa são: PIU Arco Tietê, em processo de discussão pública, e PIU Anhembi, regulamentado pelo Decreto nº 58.263/2019 com alterações no Decreto nº 59.828/2020 estando em processo de implantação.

Cada projeto apresenta uma caracterização que indica pontos relevantes da inserção do Parque da Juventude dentro da malha urbana. Tais questões serão abordadas no capítulo 04 do presente Plano Diretor, que trata sobre contexto. Neste momento, o objetivo é apresentar as propostas dos PIU's que impactam direta ou indiretamente o parque.

Primeiramente, trata-se sobre o PIU Arco Tietê (Figura 10) que consiste em um recorte da Macroárea de Estruturação Metropolitana para intervenção urbana. O programa de intervenções do PIU Arco Tietê, de acordo com o Caderno de Intervenção Urbana (2020) de tal área, tem como propostas: melhoria da rede de drenagem; requalificação e ampliação de oferta áreas verdes; qualificação do sistema viário; promoção de habitação de qualidade e implantação de novos equipamentos públicos.



Identificação do limite e equipamentos do PIU Arco Tietê
 Google Earth



Legenda

- | | |
|--------------------------------|------------------------|
| A: Parque Cidade Toronto | D: Parque da Juventude |
| B: Parque Água Branca | E: Parque do Trote |
| C: Aeroporto do Campo de Marte | F: Parque Belém |

Fonte de dados:

Limite PIU Arco Tietê, Gestão Urbana - Prefeitura SP

Figura 10. Identificação limite e equipamentos do PIU Arco Tietê. Fonte: Base ortofoto do Google Earth, 2022. Apresenta organização e alterações pela Coordenadoria de Parques e Parcerias.

O programa de intervenções do PIU Arco Tietê, de acordo com o Caderno de Intervenção Urbana (2020) de tal área, tem como propostas: melhoria da rede de drenagem; requalificação e ampliação de oferta áreas verdes; qualificação do sistema viário; promoção de habitação de qualidade e implantação de novos equipamentos públicos.

O PIU Anhembi foi aprovado pelo Decreto N° 58.623, de 07 de fevereiro de 2019, e dividido em duas escalas de atuação/diretrizes: o Perímetro de Abrangência e o Perímetro Expandido (Figura 11). O primeiro é composto exclusivamente pelo Complexo do Anhembi. Já o segundo contempla, dentre outros locais, o Terminal Tietê, o Parque da Juventude e o Campo de Marte, estendendo-se até a Ponte da Freguesia do Ó. O Projeto abrange uma área de aproximadamente 46.45 hectares e está em fase de implantação. (SMUL, 2021).



PIU Arco Tietê e Perímetro Expandido do PIU Anhembi
Google Earth



Legenda

A: Parque da Juventude
Perímetro Expandido do PIU Anhembi

Fonte de dados:

Limite PIU Arco Tietê e Perímetro Expandido PIU Anhembi, Gestão Urbana - Prefeitura SP

Figura 11. Identificação limite e equipamentos do PIU Arco Tietê com destaque para o Perímetro Expandido do PIU Anhembi. Fonte: Base ortofoto do Google Earth, 2022. Apresenta organização e alterações pela Coordenadoria de Parques e Parcerias.

O seu Perímetro Expandido - onde o Parque está localizado - tem por objetivo promover o equilíbrio da oferta e demanda por equipamentos públicos, a urbanização, regularização fundiária e a recuperação dos assentamentos precários localizados dentro e fora das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS 1). Além disso, busca implementar Habitação de Interesse Social, criar praças e parques, e viabilizar ações que ampliem a circulação e a mobilidade de veículos e pessoas na região.

De acordo com o programa de intervenções representado no “Mapa 03” (Anexo 07) realizado pela SP Urbanismo em 2018, tais intervenções pensadas influenciam no entorno imediato do Parque da Juventude na medida em que pensa em propostas de requalificação e regularização de conjuntos habitacionais e estabelece uma conexão verde entre o parque objeto do presente plano diretor e as margens do rio Tietê por um parque linear.

4.3. TOMBAMENTOS

O Parque da Juventude possui área tombada pelo município de São Paulo, pelo seu valor histórico, cultural, ambiental e arquitetônico por ter sido sede do Complexo Penitenciário do Carandiru. O processo de tombamento é datado de 1997 e, em 2019, foi publicada a primeira versão da resolução de tombamento no diário oficial pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP), por meio da Resolução 38/CONPRESP/2018, disponível no Anexo 01.

Entretanto, já em 06 de março de 2020, devido às contestações levantadas na 709ª Reunião Extraordinária do CONPRESP em 17 de fevereiro de 2020, uma nova versão da Resolução nº38/CONPRESP/2018 foi publicada no diário oficial com ampliação dos elementos protegidos.

O tombamento do antigo Complexo Penitenciário levou em consideração que o local é fundamental para a preservação da história prisional no Brasil e destaca seu valor histórico-cultural, arquitetônico e de referencial urbano.

Segundo a Resolução 38/CONPRESP/2018 publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo em 17 de fevereiro de 2020, ficam preservados os itens descritos a seguir, com suas respectivas diretrizes para futuras intervenções.

(...)

Artigo 3º - Para efeito da aplicação desta Resolução, ficam definidas abaixo as diretrizes para intervenções no Conjunto Arquitetônico e no lote descrito no artigo 1º.

Nível de Preservação: INTEGRAL – preservação das características arquitetônicas e dos elementos que as compõem como materiais de revestimento, desenho de caixilharia, coberturas (estrutura e telhas), demais componentes arquitetônicos e metodologia construtiva.

- 1- Muro da Penitenciária do Estado e Torres de Controle (década de 1920);
- 2- Portal da Penitenciária do Estado, sito à avenida Gal. Ataliba Leonel;
- 3- Edifício da Administração da Penitenciária do Estado;

4- Estruturas remanescentes do Complexo Penitenciário do Carandiru (remanescentes de muralha e estrutura em concreto, atual pergolado);

Nível de Preservação: PARCIAL – preservação das características externas e ambiência e partes ou elementos internos.

5- Pavilhões da Penitenciária do Estado, Cozinha, Lavanderia, Oficinas, sistema de circulação (corredor), Cine-Teatro, e demais edifícios intramuros;

(...)

6- Residências extramuros;

(...)

7- Edifício da Escola de Agentes Penitenciários;

(...)

8- Pavilhões da Casa de Detenção, atuais Escolas Técnicas ETEC's de Artes e Parque da Juventude;

(...)

9- Antigo Edifício da Prisão Albergue;

(...)

Nível de Preservação AMBIENTAL – Preservação da ambiência e/ou geometria da circulação:

10- Alamedas onde se distribuem as Residências extramuros e o edifício da Escola de Agentes Penitenciários;

(...)

11- Área de Bosqueamento Adensado;

(...)

Para cada um dos elementos enumerados dentro do conjunto tombado são especificados quais são os pontos necessários para preservação. A resolução de tombamento supracitada ainda estabelece que:

Artigo 2º – Qualquer projeto ou intervenção no conjunto arquitetônico tombado, deverá ser submetido à prévia análise e manifestação do DPH/CONPESP.

4.4. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DO PARQUE

Tabela 01. Legislação específica do Parque Estadual Chácara da Baronesa.

TIPO	NUMERAÇÃO	EMENTA
Resolução CC	44, de 04 de outubro de 2002	Institui, junto ao Comitê de Qualidade de Gestão Pública, Grupo Técnico e de Execução do Projeto do Parque da Juventude e dá providências correlatas.
Decreto Estadual	Nº48.710, de 09 de junho de 2004	Transfere da administração da Secretaria da Administração Penitenciária para a da Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer, o imóvel que especifica, situado no Município de São Paulo.
Decreto Estadual	Nº49.477, de 17 de março de 2005	Atribui responsabilidade à Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento nas ações de implantação do Parque da Juventude.
Decreto Estadual	Nº50.759, de 05 de maio de 2006	Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área necessária à integração do Parque da Juventude, com sua urbanização e arborização.
Decreto Estadual	Nº 51.380, de 19 de dezembro de 2006	Autoriza o Secretário da Juventude, Esporte e Lazer a outorgar permissão ou autorização de uso, a título precário, de imóveis administrados pela referida Pasta, nas condições e para as finalidades que especifica.
Decreto Estadual	Nº51.629, de 05 de março de 2007	Fica criada a Escola Técnica Estadual Parque da Juventude, no Município de São Paulo, como unidade de ensino do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS.

TIPO	NUMERAÇÃO	EMENTA
Decreto Estadual	Nº53.534, de 09 de outubro de 2008	Transfere da administração da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo para a da Secretaria da Cultura, o imóvel que especifica.
Decreto Estadual	Nº53.535, de 09 de outubro de 2008	Transfere da administração da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo para a da Secretaria de Desenvolvimento, os imóveis que especifica.
Decreto Estadual	Nº56.238, de 28 de setembro de 2010	Transfere da administração da Secretaria da Administração Penitenciária para a da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo parte da área que especifica.
Decreto Estadual	Nº58.258, de 1º de agosto de 2012	Dispõe sobre a transferência, para a Secretaria do Meio Ambiente, da administração dos Parques Urbanos que especifica e dá providências correlatas. Transfere a administração do Parque da Juventude da Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude para a então Secretaria do Meio Ambiente.
Resolução SMA	Nº27, de 26 de abril de 2013	Dispõe sobre a criação e funcionamento do Conselho de Orientação do Parque da Juventude, e dá providências correlatas.
Decreto Estadual	Nº59.963, de 16 de dezembro de 2013	Transfere da administração da Secretaria do Meio Ambiente para a da Secretaria da Administração Penitenciária, parte do imóvel que especifica.
Resolução SMA	Nº74, de 21 de setembro de 2016	Altera a Resolução SMA nº 27, de 26 de abril de 2013, que dispõe sobre a criação e funcionamento do Conselho de Orientação do Parque da Juventude, e dá outras providências.

Resolução SMA	Nº50, de 10 de maio de 2018	Estabelece o preço público a ser pago em razão da utilização de áreas e espaços dos Parques Urbanos Alberto Löfgren, Belém “Manoel Pitta”, Chácara da Baronesa, Ecológico do Guarapiranga, Gabriel Chucre, Juventude, Ecológico da Várzea do Embu-Guaçu “Professor Aziz Ab´Saber”, Villa-Lobos e Candido Portinari para a exploração de atividades de comércio de alimentos.
Lei Estadual	Nº16.761, de 08 de junho de 2018	Dá denominação ao Parque que especifica. Passando a denominar-se “Parque da Juventude Dom Paulo Evaristo Arns” o “Parque da Juventude”, na Capital.
Resolução CONPRESP	Nº38, de 1º de novembro de 2019	Aprova o Tombamento do Complexo Penitenciário do Carandiru.
Resolução SIMA	Nº41, de 29 de junho de 2020	Dispõe sobre a composição e as normas gerais de funcionamento dos Conselhos de Orientação dos Parques Urbanos administrados pela Coordenadoria de Parques e Parcerias, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente.
Resolução SEMIL	Nº 80, de 07 de outubro de 2023	Aprova o Estatuto de Operacionalização e Uso do Parque da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns.
Resolução SEMIL	Nº 106, de 17 de dezembro de 2023	Dispõe sobre a designação dos membros do Conselho de Orientação do Parque da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns, para o biênio de 2023/2025.

Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.

5. LOCALIZAÇÃO DO PARQUE E CARACTERIZAÇÃO DO ENTORNO

O Parque da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns está localizado na zona norte do município de São Paulo (Figura 12), sendo que sua portaria principal apresenta as coordenadas geográficas 23°30'31.92"S / 46°37'28.67"O. Está localizado no distrito de Santana, Subprefeitura Santana-Tucuruvi, fazendo divisa com o distrito da Vila Guilherme.

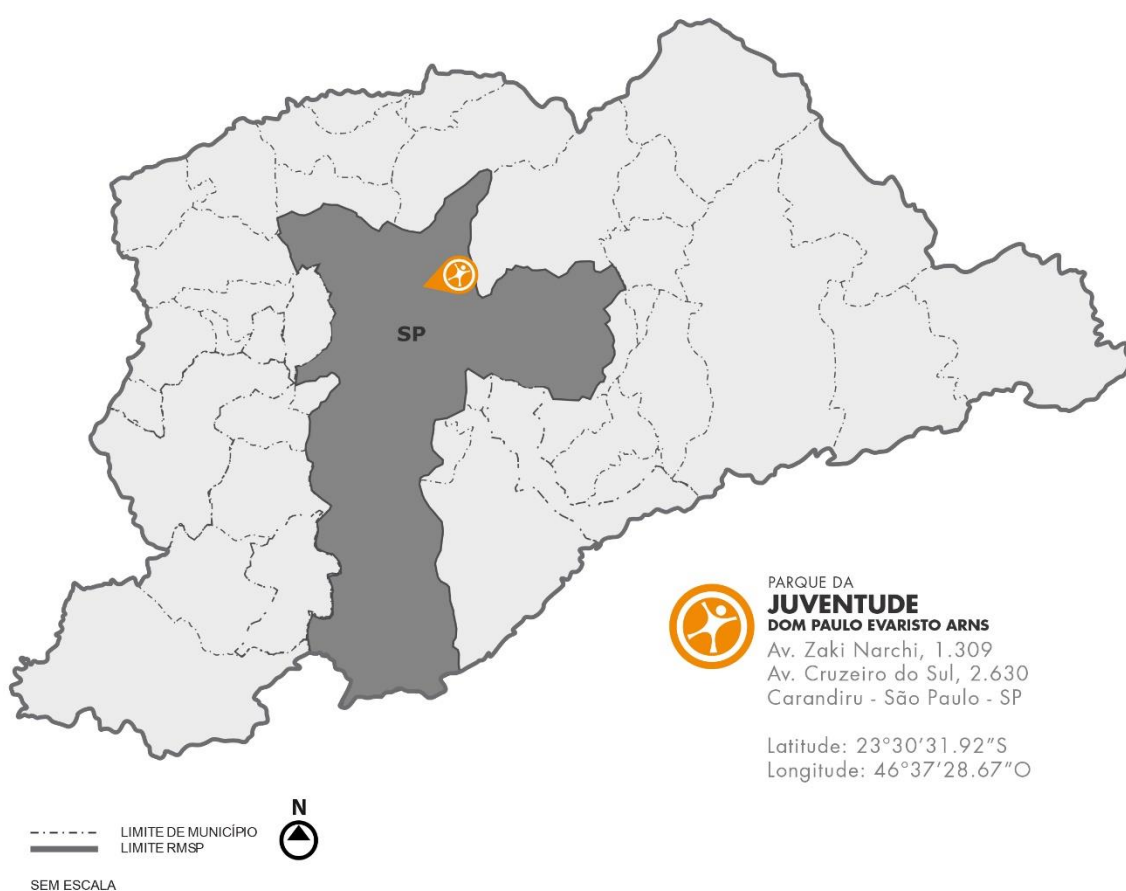


Figura 12. Localização Parque da Juventude na Região Metropolitana de São Paulo. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.

Tem como perímetros a Avenida General Ataliba Leonel ao norte, onde fica o portão 2 no nº 520, a Rua Antônio dos Santos Neto ao sul, a Avenida Cruzeiro do Sul a oeste, onde está o portão 3 no nº 2630, e a Avenida Zaki Narchi a leste, onde está o portão 1 no nº 1309. As 03

portarias mencionadas são as que ficam abertas ao público para visitação todos os dias das 6:00 às 19:00.

Entretanto, o parque ainda apresenta outros 05 portões que são utilizados como entrada para serviços (Figura 13).



Esquema dos setores de implantação do Parque da Juventude
Google Earth

Legenda

- Portarias para pedestres
- Acessos de serviços



Figura 13. Vista aérea do Parque da Juventude indicando as portarias. Fonte: Base ortofoto do Google Earth, 2022. Apresenta organização e alterações pela Coordenadoria de Parques e Parcerias.

Está a aproximadamente sete quilômetros do centro de São Paulo. Na porção ao sul do parque, na mesma margem do Rio Tietê, estão localizados equipamentos comerciais de grande porte, os shoppings Center Norte e Lar Center, a aproximadamente 900 metros de distância, e na margem oposta – sentido Rodovia Ayrton Senna, o

Shopping D e o Estádio do Canindé, a cerca de três quilômetros. Também muito próximo ao parque está a estação de metrô Carandiru, o Aeroporto do Campo de Marte, o terminal rodoviário e estação de metrô Portuguesa-Tietê, o Sambódromo do Anhembi, junto ao Complexo Anhembi Parque – Centro de Eventos – e o Centro de Exposições e Convenções – Expo Center Norte (Figura 14).



Análise do entorno do Parque da Juventude - Equipamentos
Google Earth



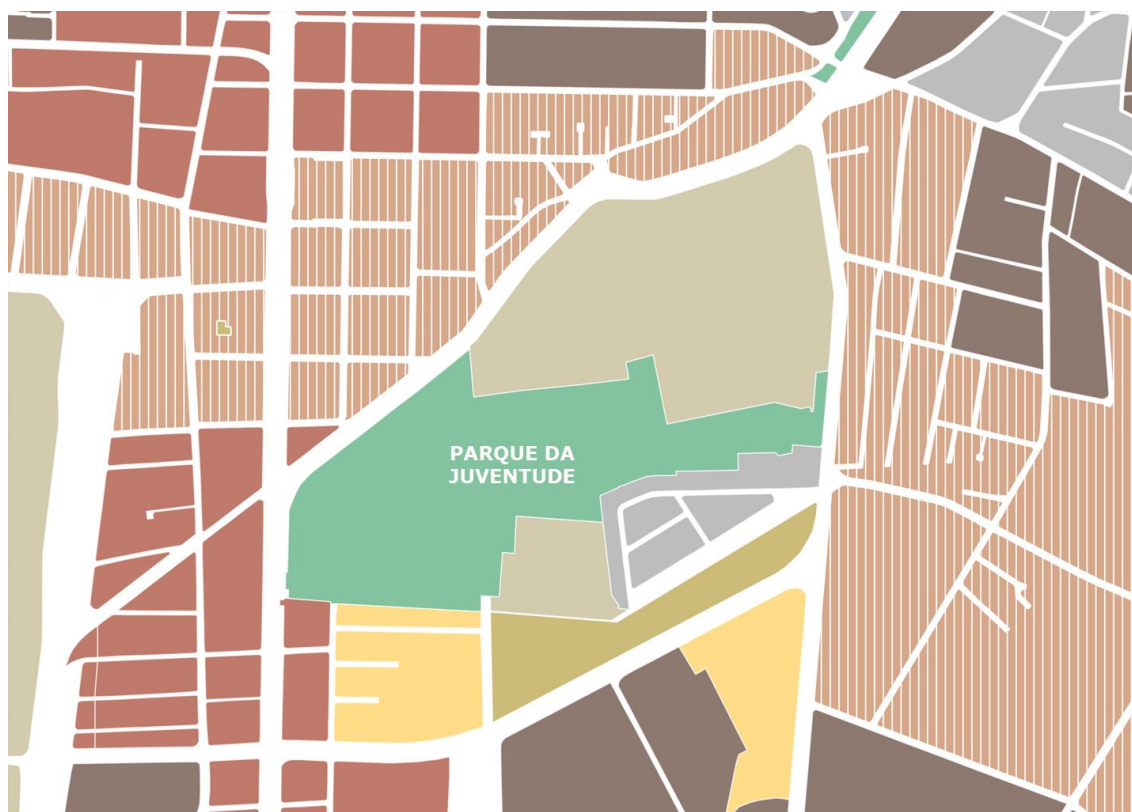
Legenda

A: Parque da Juventude	F: Terminal rodoviário e estação de metrô Portuguesa Tietê
B: Estação de metrô Carandiru	G: Complexo Anhembi Parque
C: Aeroporto do Campo de Marte	H: Sambódromo do Anhembi
D: Expo Center Norte	I: Shopping D
E: Shopping Center Norte e Lar Center	J: Estádio do Canindé

Figura 14. Vista aérea do entorno do Parque da Juventude (A) indicando os principais equipamentos do entorno. Fonte: Base ortofoto do Google Earth 2022. Apresenta organização e alterações pela Coordenadoria de Parques e Parcerias.

Para análise do entorno imediato se delimita uma seção do entorno do Parque da Juventude em que se observa dinâmicas urbanas que impactam na existência da área objeto de estudo. Os estudos do presente tópico são focados nas questões de zoneamento, vulnerabilidade social e mobilidade.

O parque é circundado por uso predominantemente pelas Zonas Eixos de Estruturação da Transformação Metropolitana e Zonas Eixo de Estruturação de Transformação Metropolitana Previsto. Além destes usos predominantes, é possível identificar a presença de Zonas Centrais; Zonas Especiais de Interesse Social 01 e 03; Zonas Especial de Proteção Ambiental; Zonas Mista e Zonas de Ocupação Especial (Figura 15).



Zoneamento do entorno imediato do Parque da Juventude
Gestão Urbana SP



Legenda

- Zona Central
- Zona Especial de Interesse Social 01
- Zona Especial de Interesse Social 03
- Zona Eixo de Estruturação Metropolitana
- Zona Eixo de Estruturação de Transformação Metropolitana Previsto
- Zona Especial de Proteção Ambiental
- Zona Mista
- Zona de Ocupação Especial

Projeção SAD69 / UTM zone 23S
Prefeitura de São Paulo - Zoneamento Lei 16.402/16

Figura 15. Zoneamento do entorno do Parque da Juventude. Fonte: Base de dados da Prefeitura de São Paulo. Apresenta organização e alterações pela Coordenadoria de Parques e Parcerias.

Com relação aos aspectos socioeconômicos da região onde o parque está localizado, os indicadores socioeconômicos analisados indicam que a Subprefeitura de Santana-Tucuruvi apresenta baixíssima proporção da população inserida nos grupos classificados como de maior vulnerabilidade social do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) de 2010. A maior parte dos setores censitários do entorno do Parque é classificada como de baixíssima vulnerabilidade e vulnerabilidade muito baixa, mas há duas áreas em sua porção sul que apresentam vulnerabilidade alta e média, onde está localizado predominantemente um conjunto habitacional e ocupações irregulares na Rua Antônio dos Santos Neto (Figura 16). Tal área de maior vulnerabilidade é identificada como uma Zona Especial de Interesse Social 01 onde, de acordo notícia da Câmara Municipal de São Paulo de 29 de setembro de 2015:

“Na ZEIS 1, os espaços têm como principal característica a presença de favelas, loteamentos irregulares e empreendimentos de HIS, onde o poder público tem interesse em manter a população e promover a regularização fundiária e urbanística, recuperação ambiental e produção de habitação de interesse social.”



Índice Paulista de Vulnerabilidade Social do entorno imediato do Parque da Juventude
GeoSampa



Legenda

- Sem classificação
- Baixíssima vulnerabilidade
- Vulnerabilidade muito baixa
- Vulnerabilidade baixa
- Vulnerabilidade média
- Vulnerabilidade alta

Figura 16. Índice Paulista de Vulnerabilidade Social no entorno do Parque da Juventude (indicado na figura). Fonte: Geosampa,. Acesso em 10 de agosto de 2021.

Por último, observa-se aspectos de mobilidade do entorno imediato do parque (Figura 17). O sistema viário próximo ao Parque inclui, como eixos principais, a Avenida Santos Dumont, a Avenida Cruzeiro do Sul, onde está localizada uma estação de metrô da linha Azul – Estação Carandiru, a Avenida General Ataliba Leonel, a Rua Voluntários da Pátria, a Avenida Braz Leme, a Avenida Zaki Narchi e a Avenida Marginal do Rio Tietê. A Ponte Cruzeiro do Sul, sobre o Rio Tietê, constitui continuação da avenida de mesmo nome, onde se encontra o principal acesso do Parque da Juventude.

As extensões dessas vias mais próximas são constituídas pelas Avenidas Luiz Dumont Villares e Otto Baumgart, que compõem continuações

das Avenidas Zaki Narchi e General Ataliba Leonel, e pelas Avenidas que convergem para a Marginal do Rio Tietê e às pontes Cruzeiro do Sul e das Bandeiras, sobre o Rio Tietê, que dão acesso ao centro de São Paulo e à Marginal Tietê sentido Interlagos e sentido Rodovia Ayrton Senna.

O sistema de transporte público que pode ser utilizado para que se tenha acesso ao Parque inclui principalmente, metrô e ônibus. Não há estações de trem da CPTM no entorno do Parque.

O acesso através da rede de Metrô de São Paulo é principal, tendo em vista que o Parque está localizado próximo a três estações de Metrô da Linha 1 - Azul – Portuguesa-Tietê, Carandiru e Santana –, sendo a Estação Carandiru a mais próxima, localizada ao lado do Parque, a cerca de 300 metros. A linha 1 - Azul – possui conexão com boa parte das linhas de metrô de São Paulo, possibilitando uma boa mobilidade pela cidade. Faz conexão com as linhas verde, amarela, lilás, vermelha e com as linhas de trem da CPTM 7 – Rubi e 11 – Coral.

As vias próximas ao Parque são servidas por diversas linhas de ônibus que partem de diversas regiões da cidade, dentre elas: 107T-10 Metrô Tucuruvi/Terminal Pinheiros, 1702-10 Jova Rural/Tietê, 1721-10 Vila Sabrina/Metrô Carandiru, 178A-10 Metrô Santana/Lapa, 1016-10 Cem. Do Horto/Shopping Center Norte e 118C-10 Jd. Pery Alto/Term. Amaral Gurgel.





O sistema de transportes sobre trilhos, especialmente, metrô, permite grande acessibilidade ao Parque. Ademais, o Parque está localizado em uma região com grande oferta de faixas exclusivas para bicicletas. Suas principais vias de acesso possuem ciclofaixas – Ciclofaixa Ataliba Leonel, Ciclofaixa Cruzeiro do Sul e Ciclofaixa Zaki Narchi.



Análise de mobilidade
Google Earth



Legenda

-  Linha de metrô
-  Rede cicloviária
-  Sistema viário principal
-  Pontos de ônibus

Fonte de dados:

Viário principal e linha de metrô, Google Earth (2022)
Rede cicloviária e pontos de ônibus, GeoSampa (2022)

Figura 17. Análise de mobilidade. Fonte: Base do mapa do Google Earth, 2022. Dados obtidos pelo Google Earth e GeoSampa.

Toda a análise apresentada sobre o sistema de mobilidade no entorno imediato do Parque da Juventude mostra-se relevante na medida em que se percebe que a área se apresenta como um espaço livre, com áreas verdes, equipamentos institucionais públicos e locais de prática esportiva de fácil acesso para a população.

Em um segundo momento, entende-se como relevante para o estudo do Parque da Juventude a observação das características da

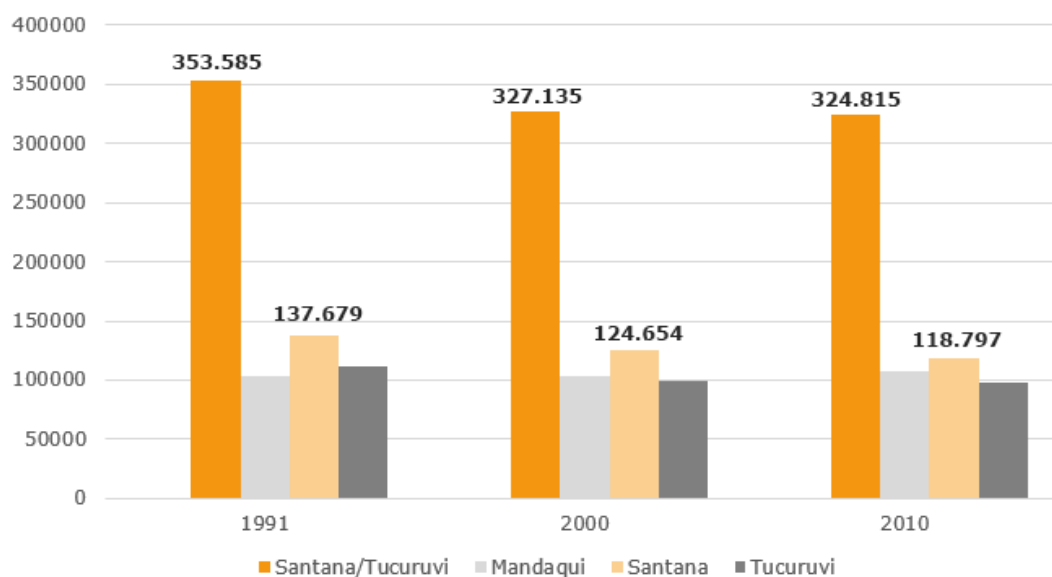
subprefeitura em que está inserida sendo esta a Santana-Tucuruvi. Para tal análise realiza-se um levantamento de dados por meio do portal Info Cidade da Prefeitura de São Paulo e da Secretaria do Verde do Meio Ambiente. Dos dados identificados, são selecionados, levando em consideração o pontuado como propostas de melhorias no Caderno de Propostas do Plano Regional da Subprefeitura de Santana-Tucuruvi (2016), as seguintes informações:

- 1** População total e crescimento populacional;
- 2** Densidade demográfica;
- 3** Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M);
- 4** Proteção social;
- 5** Taxa de cobertura vegetal.

Inicia-se a análise observando a questão da população total e a taxa de crescimento populacional da subprefeitura e seus distritos. A cidade de São Paulo em 2010 apresentava uma população de 11.253.503 habitantes, de acordo com o portal Info Cidade da Prefeitura de São Paulo (2018).

Em comparação ao valor da subprefeitura de Santana-Tucuruvi (324.815 habitantes) nota-se que 2,88% dos munícipes se encontra em tal recorte. Tal população total da subprefeitura de estudo, mostrou uma redução ao longo de duas décadas, assim como o distrito em que o parque se encontra, Santana (Gráfico 1). Dentro do conjunto de distritos da subprefeitura observada, nota-se que o distrito de Santana, onde se localiza o Parque, é o mais populoso no conjunto analisado.

Gráfico 01 – População total subprefeitura Santana-Tucuruvi (hab.), 1991 a 2010

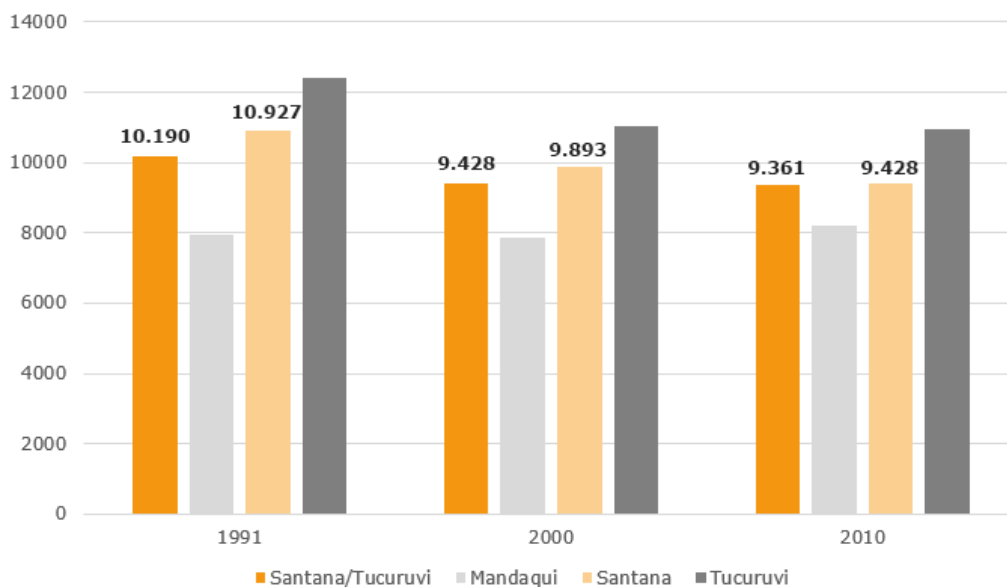


Fonte: Dados Prefeitura de São Paulo – Info Cidade, 2018. Apresenta organização pela Coordenadoria de Parques e Parcerias indicando quantidade habitantes total por subprefeitura e seus respectivos distritos.

Ao analisar como a população se distribui no território delimitado, obtêm-se como informação de que o distrito de Santana (12,6km², de acordo com portal da Subprefeitura de São Paulo em 2022), região onde se localiza o Parque da Juventude, apresenta uma densidade demográfica maior que a da subprefeitura (34,7km², de acordo com portal da Prefeitura de São Paulo em 2022) nas duas décadas de estudo.

Ao longo do tempo, acompanhando a diminuição da população total, nota-se que a densidade demográfica também apresenta redução (Gráfico 2). De acordo com o gráfico elaborado com base nos dados do Info Cidade, o distrito que apresenta maior densidade demográfica dentro da subprefeitura Santana-Tucuruvi é o distrito do Tucuruvi.

Gráfico 02 – Densidade demográfica subprefeitura Santana-Tucuruvi e seus distritos (hab/km²), 1991 a 2010

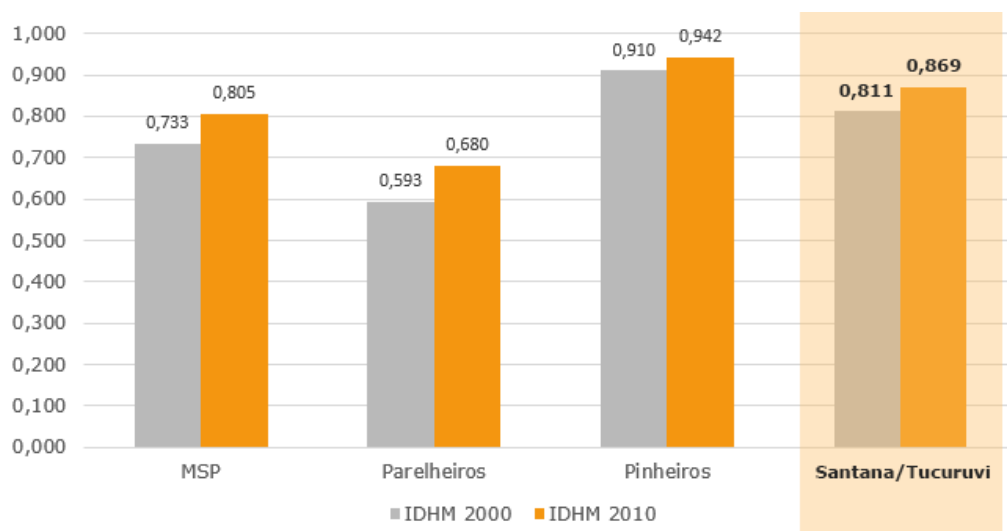


Fonte: Dados Prefeitura de São Paulo – Info Cidade, 2018. Apresenta organização pela Coordenadoria de Parques e Parcerias indicando quantidade por km² total por subprefeitura e seus respectivos distritos.

Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM), de 2000 e 2010, temos que a Subprefeitura Santana-Tucuruvi apresentou nos dois anos valores acima do verificado para o total do município e está entre as seis subprefeituras com maior IDH-M da cidade de São Paulo.

Em 2000 apresentou IDHM 0,811 e em 2010 0,869, enquanto a cidade de São Paulo apresentou respectivamente 0,733 e 0,805. Para comparação, coloca-se os valores de IDH-M das subprefeituras de Parelheiros e Pinheiros que correspondem, respectivamente, as regiões com menor e maior IDHM.

Gráfico 03 – IDHM em 2000 e 2010 do município de São Paulo e de subprefeituras identificadas.

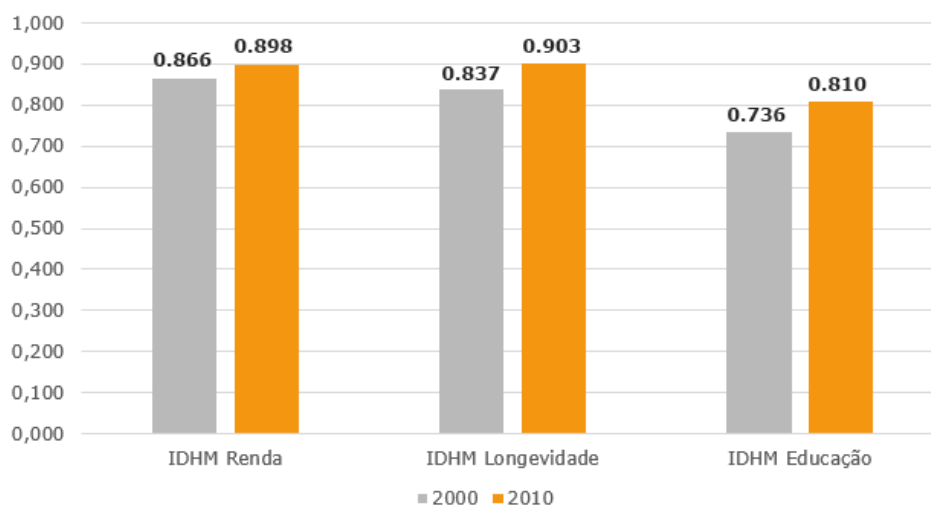


Fonte: Dados Prefeitura de São Paulo – Info Cidade, 2018. Apresenta organização pela Coordenadoria de Parques e Parcerias indicando IDH-M por subprefeitura.

Além da informação do total do IDHM, apresenta-se também as diferentes seções que levam a tal total. Ao analisar as questões de renda, longevidade e educação de tal total observa-se que o maior índice, que em 2000 o índice que apresenta melhor avaliar é o IDHM de renda. Já em 2010, o índice que apresenta a melhor avaliação é o IDHM de longevidade.

O IDHM de educação é o que se apresenta como mais baixo dentro do conjunto avaliado. Entretanto, assim como todos os outros índices de avaliação, é possível observar um crescimento o que indica uma melhoria geral na região da subprefeitura de Santana-Tucuruvi (Gráfico 4) dentro dos parâmetros observados por tal análise.

Gráfico 04 – IDHM em 2000 e 2010 da subprefeitura de Santana-Tucuruvi.



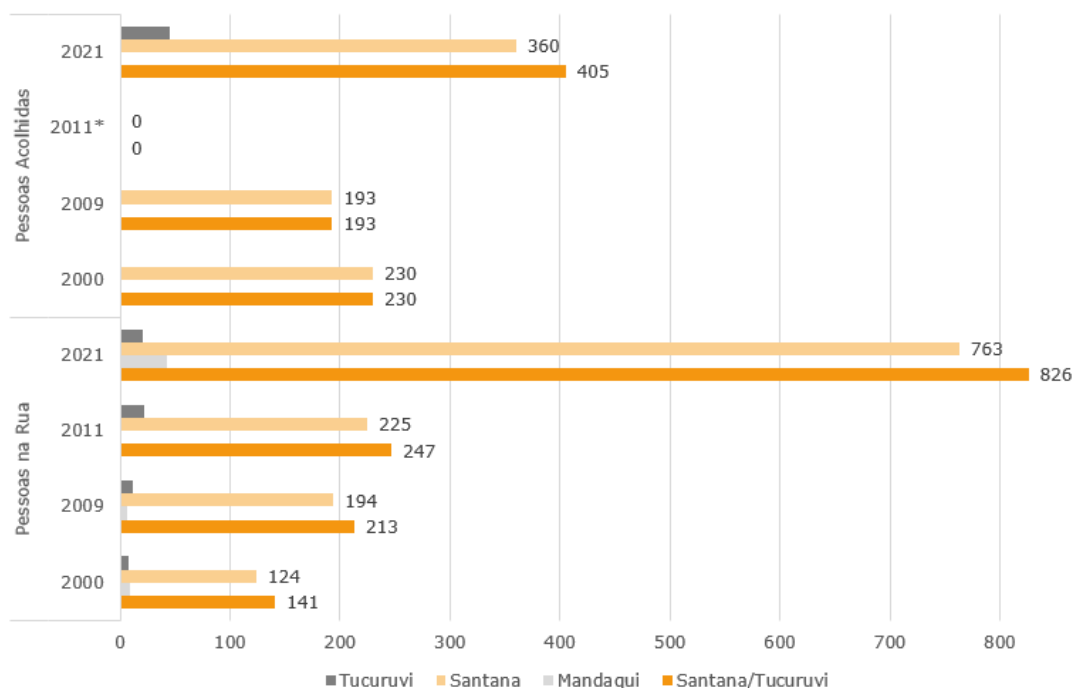
Fonte: Dados Prefeitura de São Paulo – Info Cidade, 2018. Apresenta organização pela Coordenadoria de Parques e Parcerias indicando IDH-M por subprefeitura.

Outro fator que se considera importante avaliar dentro do conjunto da subprefeitura é sobre a proteção social – ponto necessário de melhorias de acordo com o Caderno de Propostas do Plano Regional da Subprefeitura de Santana-Tucuruvi (2016). Os dados sobre rede de proteção social básica para crianças, adolescentes e jovens; rede de proteção social básica e de alta complexidade para idosos e rede de restaurantes BOM PRATO podem ser observados de acordo com a quantidade de equipamentos. De acordo com as informações da Info Cidade de 2021, em 2011 a subprefeitura de estudo apresentava um total de 4 unidades, sendo que não existiam equipamentos voltados para atendimento de crianças, adolescentes em jovens. Tal situação foi modificada em 2021 onde é possível identificar a presença 10 unidades voltadas à apoio social sendo que 7 delas são voltadas para o grupo não atendido em 2011.

Ainda no tópico de aspecto social é possível analisar quanto o censo da população em situação de rua. As informações obtidas pelo Info Cidade (2021) indicam que o número de pessoas em situação de rua aumento ao longo dos anos observados, assim como o número de pessoas

acolhidas. Mostra-se relevante pontuar ainda que, dentro da subprefeitura de Santana-Tucuruvi, o distrito de Santana é o que se mostra predominante para a definição da quantidade de pessoas em situação de rua em todos os anos apresentados (Gráfico 5).

Gráfico 05 – Pessoas acolhidas e número de pessoas na rua dentro da subprefeitura de Santana-Tucuruvi.



*O ano de 2011 não apresenta levantamento fornecido pela plataforma quando ao número de pessoas acolhidas.

Fonte: Dados Prefeitura de São Paulo – Info Cidade, 2021. Apresenta organização pela Coordenadoria de Parques e Parcerias indicando a quantidade de moradores de rua dentro da subprefeitura de estudo.

O último dado observado é quanto à cobertura vegetal da região. Segundo dados do Relatório Final do Mapeamento Digital da Cobertura Vegetal do Município de São Paulo, elaborado pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente – SVMA da Prefeitura de São Paulo, em 2020, a Subprefeitura Santana/Tucuruvi apresenta área total de cobertura vegetal 12,99km². Com relação à área, a subprefeitura apresenta proporção de 36,31% do seu território coberto por vegetação. Utilizando um dado de população de 2019, o mesmo documento indica que a

cobertura vegetal da subprefeitura gera um índice de 68,22 m² de área verde por habitante.

6. DIAGNÓSTICO E CARACTERIZAÇÃO DO PARQUE

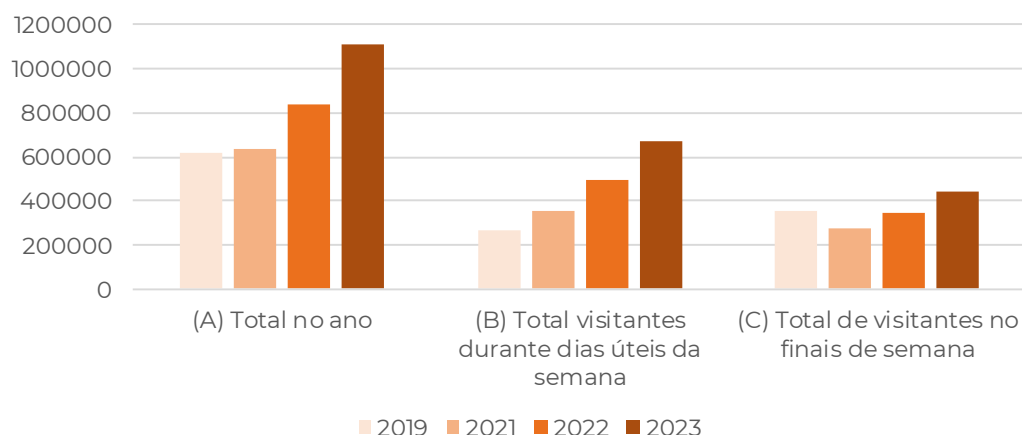
6.1. VISITAÇÃO

A Coordenadoria de Parques e Parcerias (CPP) realiza um controle diário do número de frequentadores dos Parques Urbanos. Tal controle permite observar tal critério em uma análise quantitativa ao longo dos anos. Para comparação, separa-se três anos de levantamento de dados. O ano de 2020 não foi computado para a análise, pois, conforme Decreto nº 64.879/2020, os parques estaduais estavam com suas atividades suspensas.

De acordo com o Gráfico 06, é possível notar que o número de visitantes apresentou esteve em constante crescimento ao longo dos anos observados. Entretanto, é possível notar que a variação do aumento do número total de visitantes de 2019 para 2021 foi menor do que de 2021 para 2022.

Além disso, é relevante notar que nos anos de 2021, 2022 e 2023 o Parque da Juventude apresentou um número maior de visitantes durante os dias úteis da semana nos anos de 2021, 2022 e 2023.

NÚMERO DE VISITANTES NO PARQUE DA JUVENTUDE (2019, 2021, 2022)



	A	B	C
2019	618840	261660	357180
2021	633558	355595	277963
2022	836785	494343	342442
2023	1114363	672968	441395

Gráfico 06. Número de visitantes no Parque da Juventude (2019, 2021 e 2022). Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.

6.2.ASPECTOS AMBIENTAIS

6.2.1. SOLO

Para o estabelecimento de plano de gestão da área é apresentada a caracterização dos terrenos do Parque da Juventude pautando-se na bibliografia, identificando a geologia, a geomorfologia e a pedologia, seguindo procedimentos de descrição, caracterização, levantamento e mapeamento contidos em Santos et al. (2013) e Santos et al. (2018), com trabalhos de observação e identificação de campo. Vários trabalhos que visam o manejo de Parques Urbanos utilizam da caracterização, descrição e mapeamento dos elementos do meio físico, como pode ser observado em SMA (2008) para o Parque Fontes do Ipiranga, Leonel et al. (2009) para o Parque Alberto Löfgren, Manfredini et al. (2011) para os Parques Naturais Urbanos do Rodoanel trecho Sul, SIMA (2021a) para o Parque Villa Lobos, SIMA (2021b) para o Parque Candido Portinari e SIMA (2021c) para o Parque da Água Branca.

6.2.1.1. **GEOLOGIA**

O Parque da Juventude, com relação à geologia (Bistrich et al., 1981; Perrota et al., 2005), encontra-se em região composta por depósitos sedimentares Quaternários, em relevo de planície fluvial do rio Tietê e seus afluentes, com destaque para o córrego Carandiru, que corta a área no sentido Norte/Sul (Torres, 1970 e Programa córrego limpo), e sedimentos terciários da Formação São Paulo, em relevo de morrotes e colinas.

Segundo Landim et al. (1984), na região onde o Parque se insere é composta por litologias do período Proterozóico Superior, compostas por Suítes granitoides, com corpos granitoides foliados, com contatos parcialmente discordantes, textura porfiróide frequente, composição de tonalítica a granítica (fácies Cantareira); unidades do período Plioceno-Pleistoceno, com a Formação São Paulo, argilitos, siltitos e arenitos argilosos finos, subordinadamente arenitos grosseiros e conglomeráticos; e especificamente no Parque, unidade que envolve o período Holoceno, com Depósitos aluviais, areias, argilas e conglomerados na base. Coutinho (1980) já apresentava essas unidades, incluindo no regional, filitos e metassiltitos do Pré-Cambriano. Rodriguez (1998), citado no Atlas ambiental do município de São Paulo. (Secretaria, 2002), aponta a presença de depósitos aluviais na área do Parque; nos arredores aponta a presença de Formação Resende, que são leques proximais, com predomínio de lamitos seixosos; granitos e granitoides indiferenciados e unidade clastoquímica

6.2.1.1. Geomorfologia

Ponçano et al. (1981) apresenta a área composta por planícies aluviais, terrenos baixos e mais ou menos planos, junto às margens dos rios,

sujeitos periodicamente a inundações e no seu entorno, colinas pequenas com espigões locais, onde predominam interflúvios sem orientação, com área inferior a 1 km², topos aplainados a arredondados, vertentes ravinadas com perfis convexos a retilíneos. A drenagem de média a baixa densidade possui padrão subparalelo à dendrítico, com vales fechados e planícies fluviais interiores restritas.

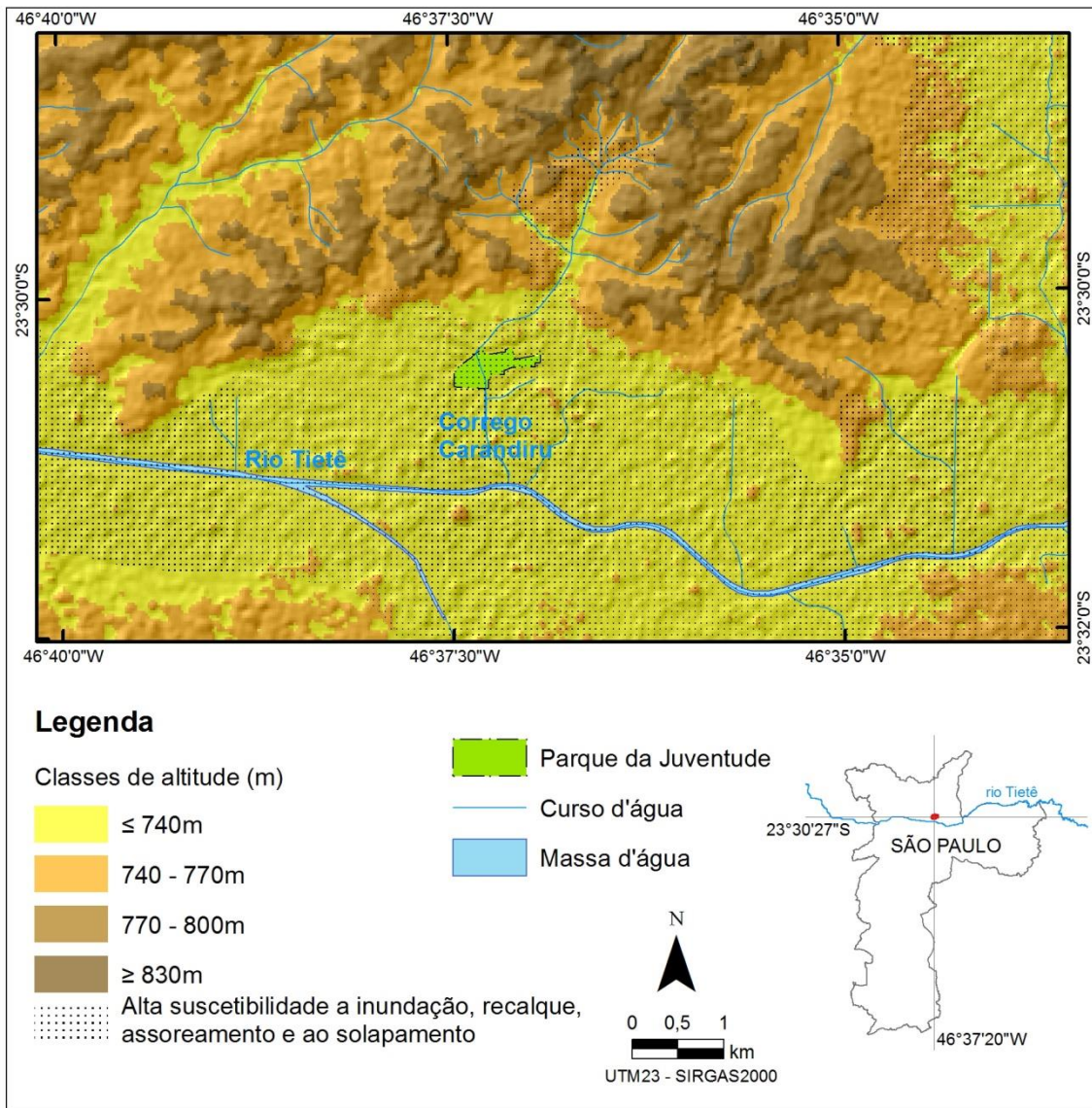


Figura 18. Localiza o do Parque da Juventude na planície do rio Tietê. Fonte: Marcio Rossi e Marina Mitsue Kanashiro, 2023.

Quanto ao relevo, Ross e Moroz (1997) aponta a região situada no planalto de São Paulo, composto por colinas e patamares aplainados,

com altitudes de 700 a 800 m e declives de 20 a 30%. Segundo os autores, a fragilidade potencial é média, com formas de dissecação média a alta, vales entalhados e densidade de drenagem média a alta, sendo consideradas áreas sujeitas a forte atividade erosiva. Já onde o Parque se encontra, aponta a presença de aluviões com solos hidromórficos, fragilidade potencial muito alta, áreas sujeitas a inundações periódicas, lençol freático pouco profundo, com sedimentos inconsolidados sujeitos a acomodações. Fatos já apontados por Nakazawa et al. (1994) para a área com alta suscetibilidade a inundações, recalque, assoreamento e ao solapamento das margens dos rios, como podemos observar na Figura 18.

6.2.1.2. Pedologia

Quanto aos atributos dos solos, a região não apresenta levantamentos de solos que caracterizem os materiais devido às escalas generalizadas dos mapeamentos existentes e a área estar inserida na mancha urbana de São Paulo, como apresentado no mapeamento de Oliveira et al. (1999).

Setzer (1955, 1956a,b) estudando os solos da cidade de São Paulo descreve que todos são extremamente ácidos e pobres, apesar de possuírem boas propriedades físicas. Apresenta que boa parte da produção agrícola vem do cinturão verde, baseado principalmente, nas várzeas, apontando já naquela época, a utilização de lixo e restos de construção nessas áreas. O autor apresenta os solos da região, classificados em 8 grupos, destes nos ateremos aos dois primeiros, que seriam os que ocorrem no Parque, como segue:

- 1** Denominado de várzeas úmidas, caracterizam-se por solos pretos ou bem escuros divididos em 5 tipos.
 - a. solos argilosos claros, pobres em húmus, todos não pareceram naturais, e sim, resultantes de movimento de terra, principalmente

misturas com argilas e areias brancas do subsolo ou com terra eluvial de encostas de colinas adjacentes;

- b. solos argilosos escuros, com bastante húmus;
 - c. solos argilosos escuros, com bastante húmus, contendo mica;
 - d. solos argilosos negros, muito ricos em húmus;
 - e. solos turfosos (carbono total acima de 10%);
- 2** Denominados várzeas enxutas, caracterizam-se por solos cinzentos, às vezes com tonalidade amarelada, acastanhada ou rosada, divididos em 3 tipos.
- a. solos argilosos claros, pobres em húmus;
 - b. solos argilosos mais escuros, com bastante húmus (até 5 ou 6%);
 - c. solos argilosos mais escuros, contendo micas (na região de São Paulo só ocorrem nas várzeas encravadas no Complexo Cristalino).

Rossi e Kanashiro (2022) apresentam para a área próxima ao Parque, porém na mesma planície fluvial do rio Tietê, a ocorrência da associação de solos ORGANOSSOLO HÁPLICO e GLEISSOLO MELÂNICO ou HÁPLICO Distrófico Tb, textura argilosa, ambos os solos fase relevo plano, caracterizados com solos hidromórficos, material já apresentado em Rossi (2017) e que corrobora as descrições de Setzer (1956a,b), quanto à presença de solos de várzea úmida, escuros e com húmus, e várzea enxuta.

Leonel et al. (2009) apresenta para o Parque Estadual Alberto Löfgren (PEAL), 5 tipos de solos, compostos por Latossolos, Cambissolos, Argissolos, Gleissolos e Neossolos Flúvicos. Guardadas as diferenças entre os Parques, apenas as unidades relacionadas às planícies fluviais poderiam ser relacionadas, os Gleissolos e Neossolos Flúvicos, que se apresentam com textura argilosa ou média e normalmente solos ácidos e pobres em nutrientes, fertilidade baixa, com severas restrições para o uso, com possibilidade de recalques diferenciais em fundações estruturais e com risco de processos erosivos e de assoreamento dos canais fluviais, por ocorrerem em ambientes hidromórficos, solos descritos por Setzer (1956a,b) como de várzea enxuta mais escuro, contendo micas e de várzea úmida, argilosos.

Colaço (2022) aponta para o Parque da Juventude solos com pH próximo da neutralidade, ressaltando que, apesar de ser área de proteção ambiental, esses solos podem ter origem externa, de outras regiões, devido ao histórico de recuperação ambiental do antigo complexo penitenciário do Carandiru que a área apresenta. Destaca ainda que os maiores teores de cromo encontrados no Parque podem ter origens litológicas ou antrópicas, sendo seu solo derivado de outros usos e/ou outras áreas, que possam ter influência nos teores de Cr encontrados.

6.2.1.3. Considerações

A partir do início dos anos 2000, parte do complexo penitenciário estabelecido nas primeiras décadas do século XX, começa a ser desmontado para a implantação do Parque da Juventude, e com isso, várias construções foram demolidas e o terreno recoberto com resíduos sólidos de construção que ali ficavam.

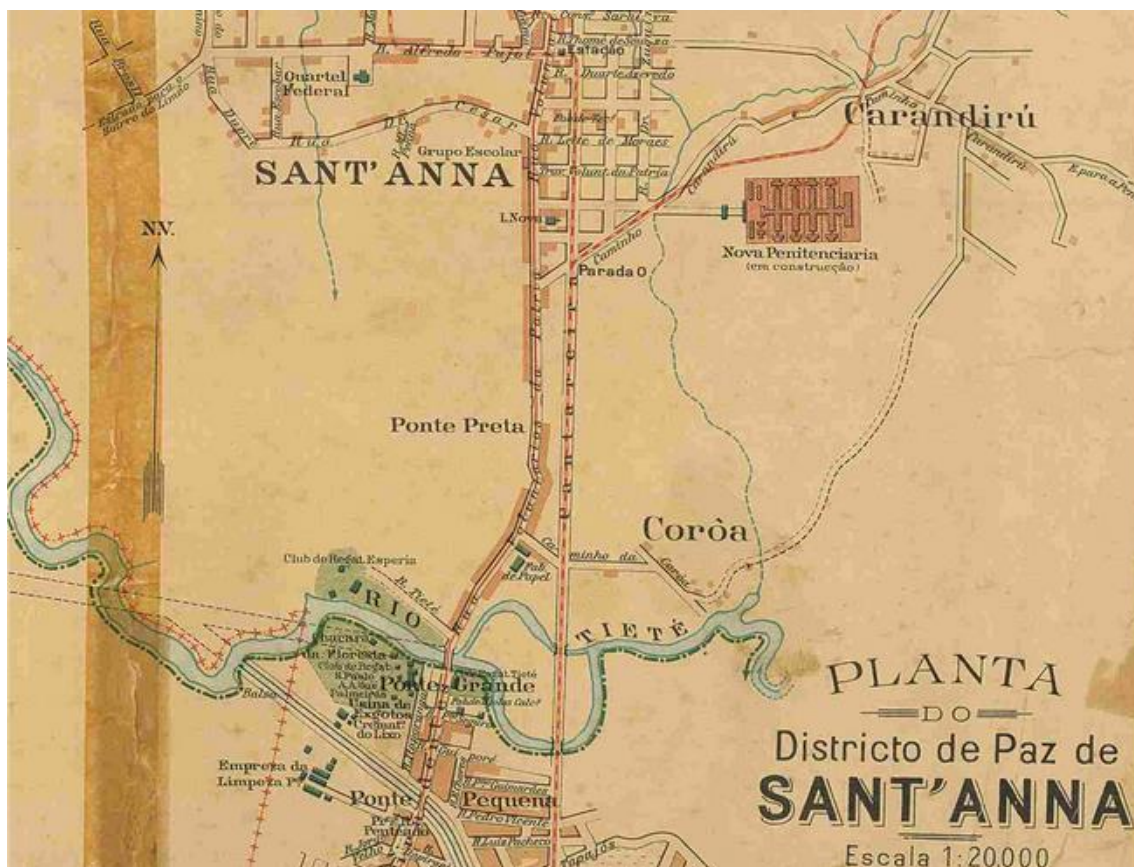


Figura 19. Localização da Penitenciária (em construção) no ano de 1913. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo – Memória Pública. Acesso em 2015.

A Planta do Distrito de Santa de 1913 (Figura 19) já aponta a presença da Penitenciaria do Estado que estava em construção, porém sua inauguração ocorreu em 1920 (Bianchini, 2018).

Na carta topográfica de 1930 (Sara Brasil, 1930) podemos notar a presença das construções para a ampliação da casa de detenção, local onde hoje é o Parque da Juventude (Figura 20).

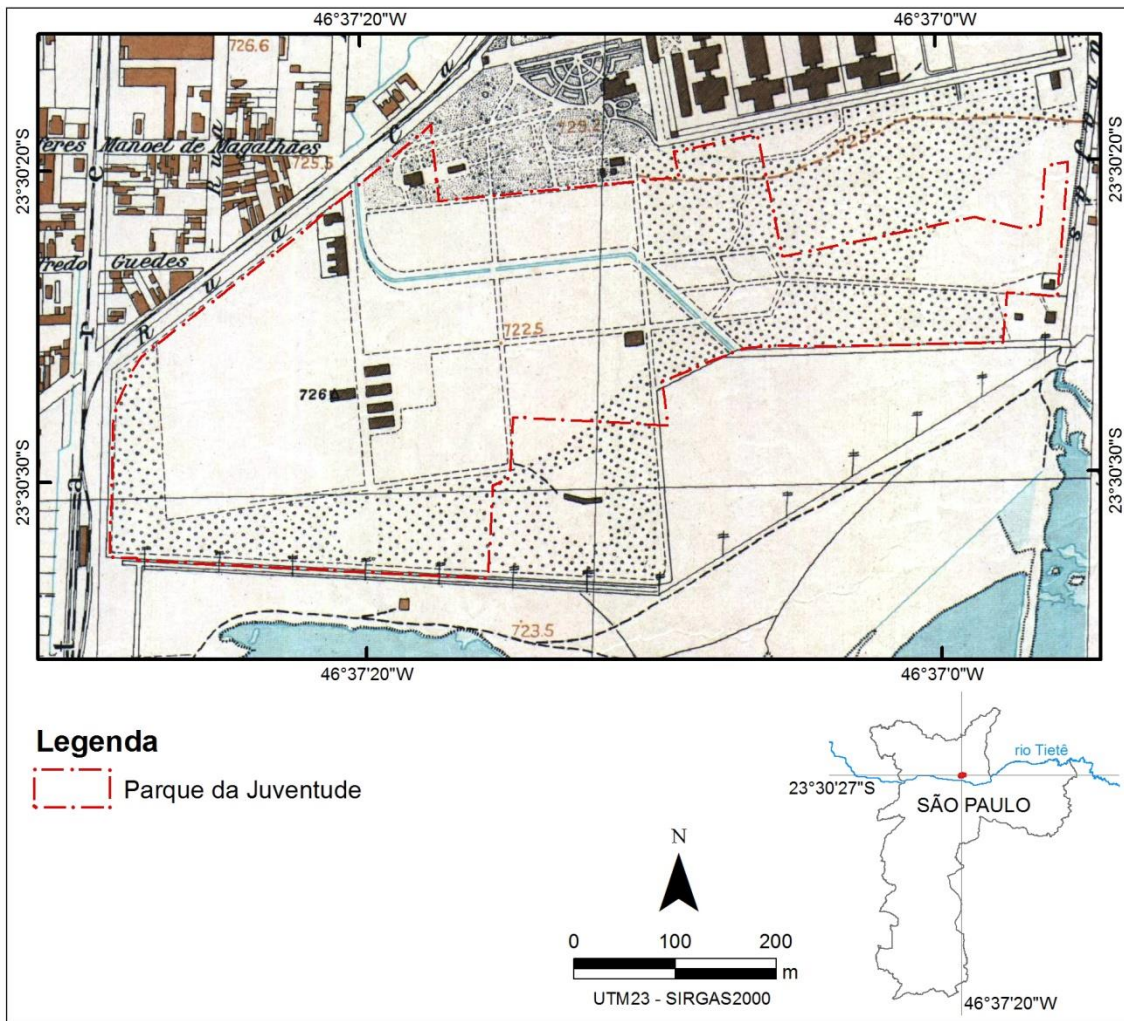


Figura 20. “Mappa topográfico do município de São Paulo – 1930” – folha 37 (Sara Brasil, 1930). Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo – Memória Pública. Acesso em 2015.

Segundo Bianchini (2018) em meados da década de 1940, entre outros problemas, o presídio atingia sua lotação máxima, nesse momento ocorre a inauguração da Casa de detenção Flaminio Favero, dando início ao complexo penitenciário do Carandiru. A fotografias aéreas de 1958 apresentam a área já com algumas construções do complexo penitenciário, implantadas e com o decorrer do tempo, outras foram incorporadas (Figura 21). De qualquer forma, boa parte da área que viria

ser o Parque, não possuía edificações e era utilizada para agricultura, possivelmente hortifrutigranjeiros e florestas naturais.

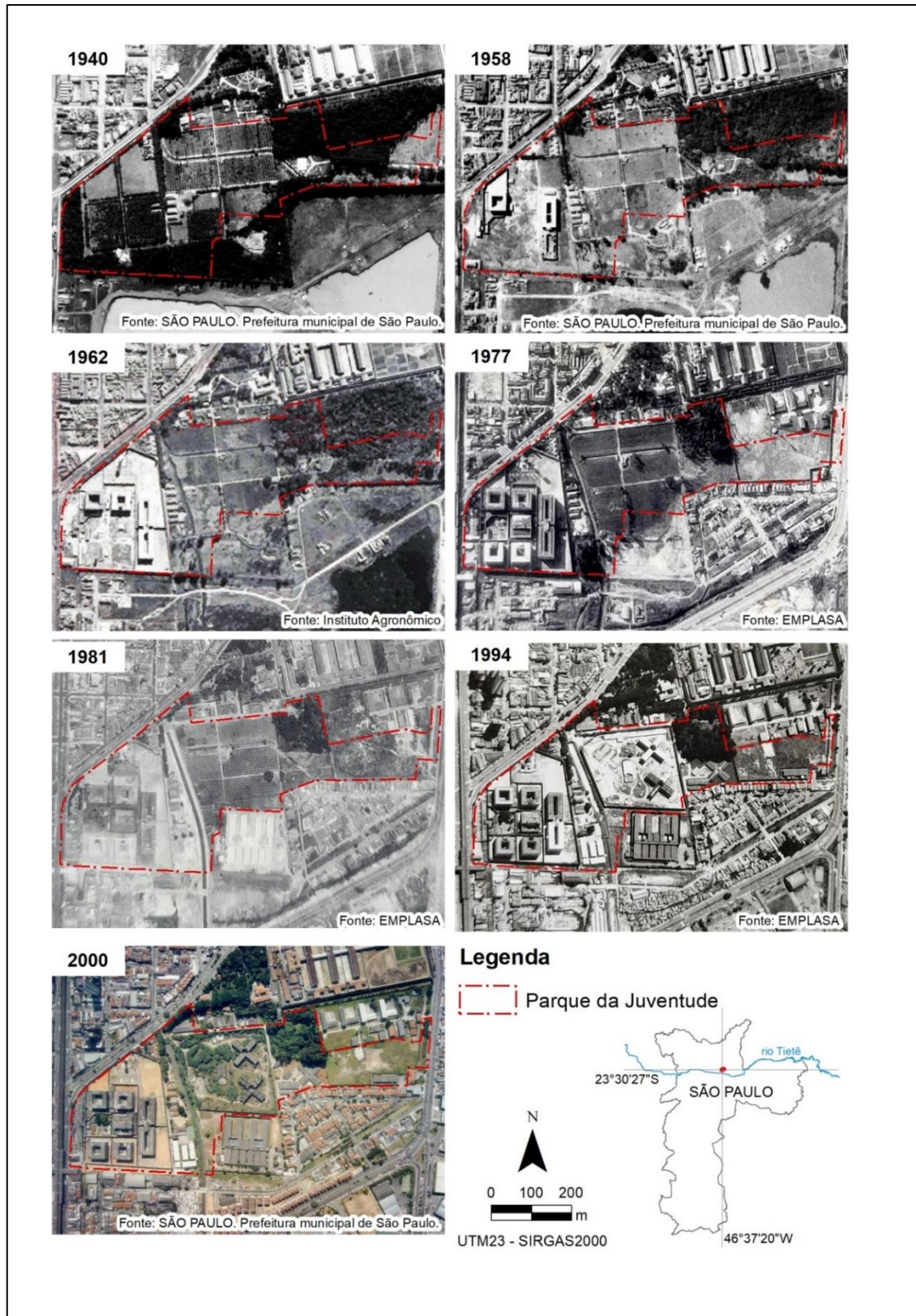


Figura 21. Fotografias aéreas mostrando a evolução da construção do complexo penitenciário a partir da década de 1940 até 2000. Fonte: Descrito em cada fotografia, apresenta organização por Marcio Rossi e Marina Kanashiro, 2023.

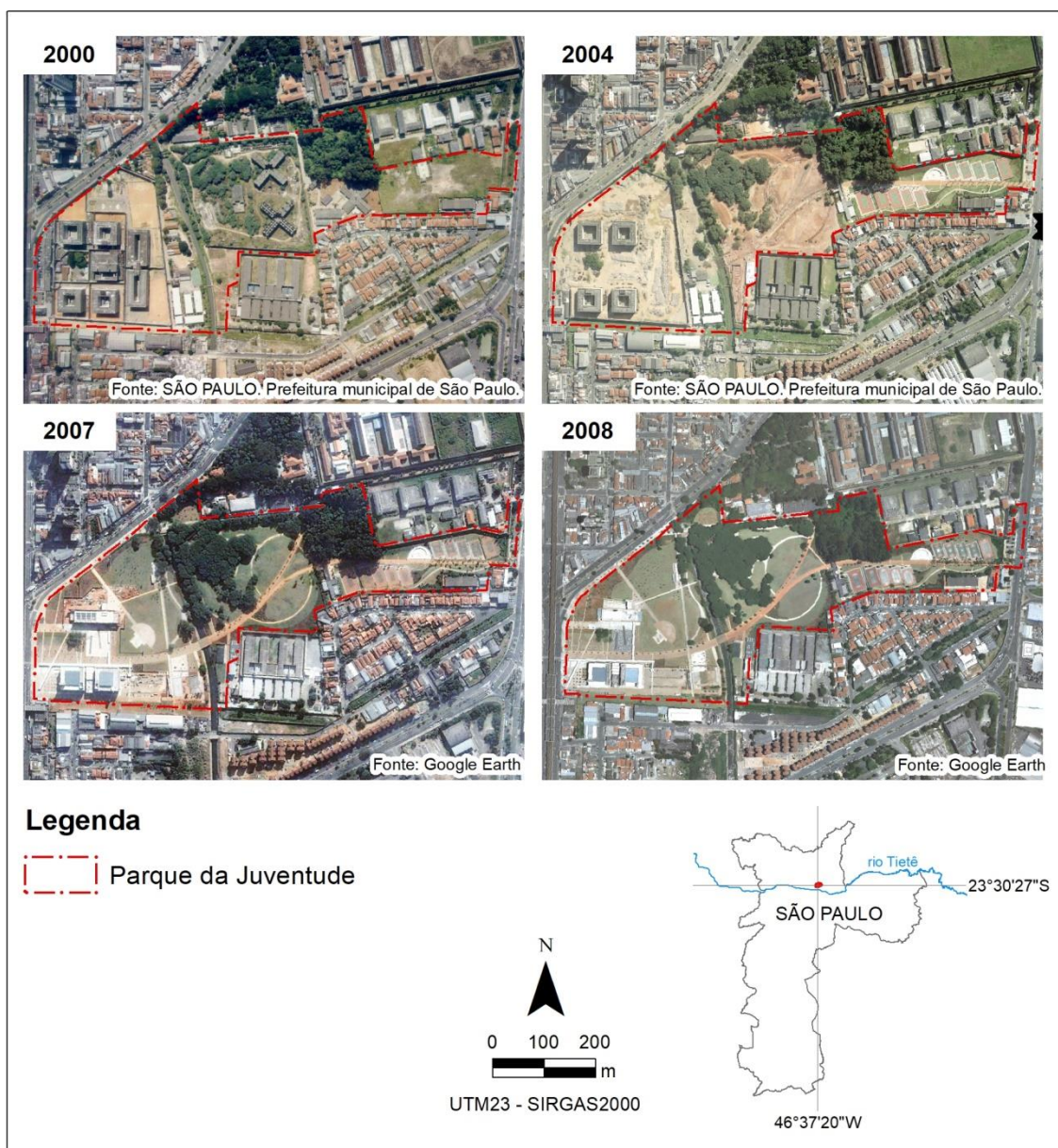


Figura 22. Fotografias aéreas mostrando a desconstrução do complexo penitenciário a partir do ano de 2000 até 2008, com a implantação do Parque. Fonte: Descrito em cada fotografia, apresenta organização por Marcio Rossi e Marina Kanashiro, 2023.

Localmente, a área encontra-se parte sobre terraços e parte sobre a planície fluvial do rio Tietê, com composição de sedimentos variada, onde podem ser verificados em subsuperfície, deposições de material areno siltoso, areno-argiloso, argiloso e acumulações de matéria orgânica. Pelas imagens de 1958 (Geoportal Memória Paulista; São

Paulo, 2017) podem-se observar ao redor do local, várias lagoas naturais ou produzidas, essas últimas, provavelmente oriundas de exploração de matérias como areias, argilas ou matéria orgânica.

No início dos anos 2000, as construções começam a dar lugar aos espaços de recreação e cultura do Parque (Figura 22).

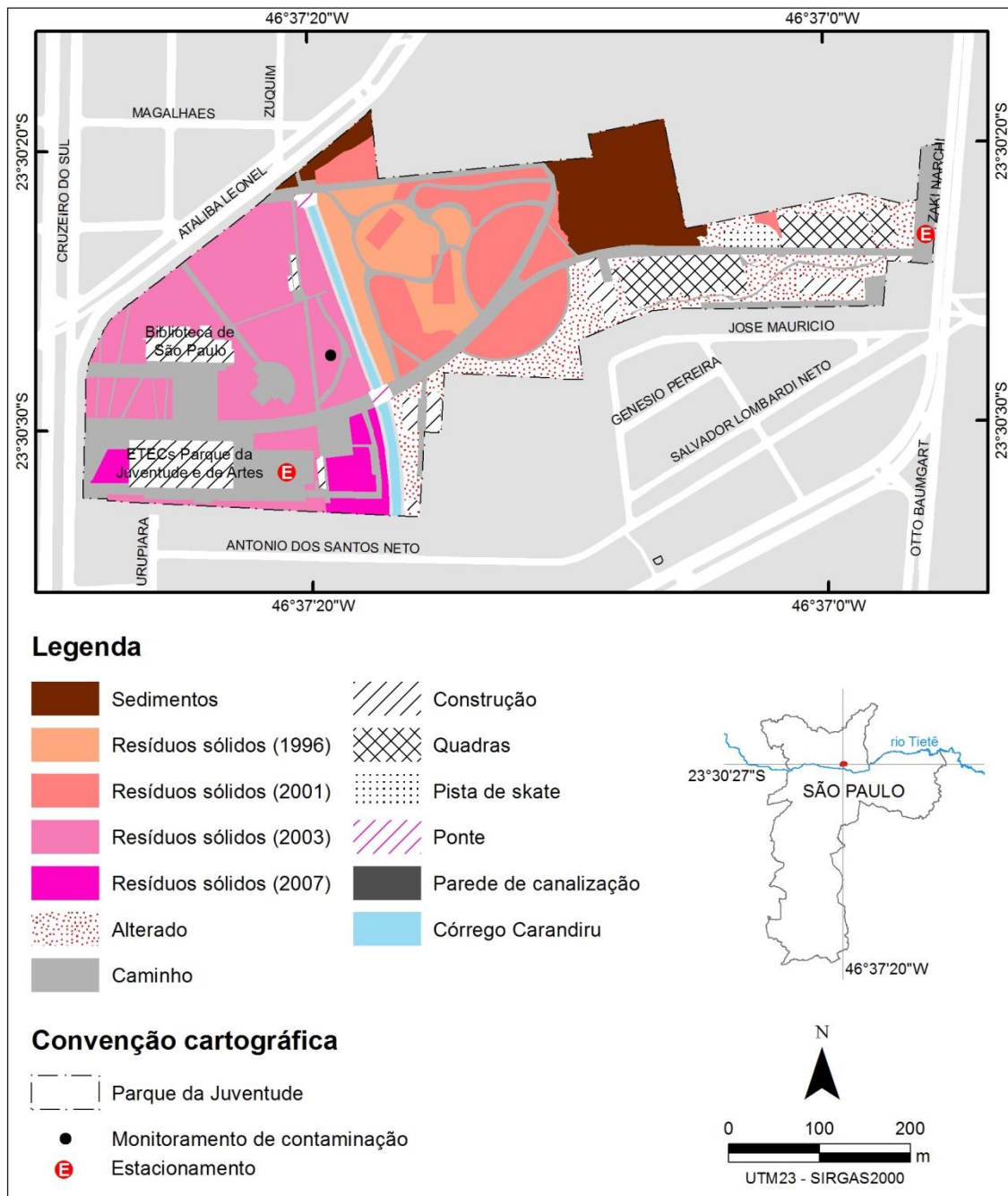


Figura 23. Mapa de situação dos materiais que compõem o substrato do Parque da Juventude. Fonte: Marcio Rossi e Marina Kanashiro, 2023.

Dessa forma, poucos espaços do Parque podem ser considerados ainda com a sedimentação original natural em superfície, conforme mostra o mapa de situação dos materiais do Parque (Figura 23).

Por tratar-se de área com vocação ao encharcamento ou inundações, mesmo que sazonais ou esporádicas, os solos que se desenvolvem nesses locais são frequentemente hidromórficos ou com morfologia que exprime condições de redoximorfismo, ou seja, atributos que indicam presença de água no perfil do solo.

Sendo assim, tais solos encontram-se nas classes dos Gleissolos e dos Neossolos Flúvicos ou dos Organossolos. Outros solos mais arejados também podiam ser verificados nos arredores do Parque, como os Latossolos oriundos de terraços, hoje impermeabilizados ou recobertos com entulhos.

Em trabalho de vistoria de campo foi identificado na área de mata existente no Parque, a presença de Organossolos (Figura 24), com espessura de matéria orgânica em profundidade de 0,90 cm ou mais, assente sobre sedimentos argilo-arenosos, ambiente tipicamente embaciado de recebimento de materiais e água, portanto de acúmulo, material esse, que deveria ocupar os espaços antes das instalações do complexo penitenciário.

Também foi observado, e em comentários com funcionários que acompanharam a instalação do Parque, que a quase totalidade da área foi recoberta por materiais externos para a execução do paisagismo, sendo esses locais considerados como áreas não naturais (reportadas na Figura 23), como resíduos sólidos devido ao desmonte das estruturas ali estabelecidas antes da instalação do Parque (Figura 25).



Figura 24. Área mais preservada do Parque da Juventude, com mata de brejo em regeneração, mostrando alagadiços e solos orgânicos, onde A: Contato do material orgânico com o mineral a 1,0m de profundidade e B: alagadiços. Fonte: Marcio Rossi, 2023.

O ambiente do em torno e de parte do Parque é tipicamente urbano, com grandes áreas impermeabilizadas com vias pavimentadas, construções e ocupação humana, que se traduz por presença de locais aterrados, diminuição de áreas verdes, o que gera alterações na rede de drenagem, além da própria impermeabilização do solo, como demonstra em seu trabalho Costa et al. (2014). Essas ações, respondem por modificações nos ambientes pedológicos com introdução de diferentes materiais e alteração morfológica, compactação do solo, erosão, poluição por substâncias químicas e tóxicas (Pedron et al., 2004).



Figura 25. Material de recobrimento utilizado para paisagismo disposto sobre os resíduos sólidos e consequente área de alagadiços. Fonte: Marcio Rossi, 2023.

Essas características podem ser notadas no em torno do local e nas áreas de construção e lazer dentro do Parque.

Pela natureza dos materiais de aterro ou que recobrem os sedimentos da planície fluvial (restos de construção, sedimentos variados), questões de contaminação por resíduos químicos, devem ser abordadas quando da execução de obras e escavações, tendo em vista que há área detectada e monitorada pela Cetesb e órgão gestor, em antiga local de abastecimento com combustíveis (Figura 9).

Além disso, resíduos químicos foram abordados por Colaço (2022), apontando a presença de cromo e zinco com valores altos, dentro do Parque da Juventude e pela Cetesb (2013), vários contaminantes, principalmente gás metano, nos arredores do Parque, incluindo os espaços ocupados pelo complexo do Center Norte. Dos 21 pontos avaliados pela Cetesb, 13 correspondem à contaminação por combustíveis (auto postos), 2 por indústria e 2 por residência. Cabe ainda, a realização de trabalho específico para determinação de potenciais contaminantes, tendo em vista que o rio Carandiru, que corta o Parque de norte a sul, possui águas aparentemente poluídas.

Segundo Colaço (2022), no Parque da Juventude a concentração de chumbo (Pb), cobalto (Co), cobre (Cu), apresentam-se com valores acima do limite de referência, porém abaixo do valor de prevenção, enquanto que, cromo (Cr) e zinco (Zn), ultrapassam os valores de prevenção. De qualquer forma, os elementos não são considerados

problema imediato, pois não ultrapassam os valores de intervenção, sendo prudente o monitoramento quanto à elevação dos níveis. A autora supracitada aponta ainda, que os teores de cádmio (Cd) nos solos do Parque ficaram abaixo do quantificável, não representando risco a saúde e qualidade ambiental.



Figura 26. Posto de averiguação e localização do monitoramento de contaminação no Parque da Juventude. Fonte: Marcio Rossi, 2023.

Cabe lembrar que possíveis intervenções para qualquer tipo de construção devem ser precedidas de trabalhos pedológicos e geotécnicos de detalhe, uma vez que os solos originais são considerados solos moles, com tendência a subsidência e acomodação de terrenos quando submetidos a esforços.

6.2.2. RECURSOS HÍDRICOS

6.2.2.1. Região Hidrográfica

O Parque da Juventude - Dom Paulo Evaristo Arns está inserido na região hidrográfica da sub-bacia Penha-Pinheiros, porção central da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos - UGRHI 06, Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (FABHAT/CBH-AT/FEHIDRO, 2018). Na sua subdivisão em bacias de menor ordem, o Parque localiza-se na micro-bacia do córrego Carandiru (GEOSAMPA, 2023), sendo este o curso d'água principal, canalizado subterraneamente em quase toda sua extensão, assim como seus tributários, vindo a se tornar um canal a céu aberto, a partir do limite norte do Parque da Juventude até desaguar no Rio Tietê (Figuras 27 e 28).

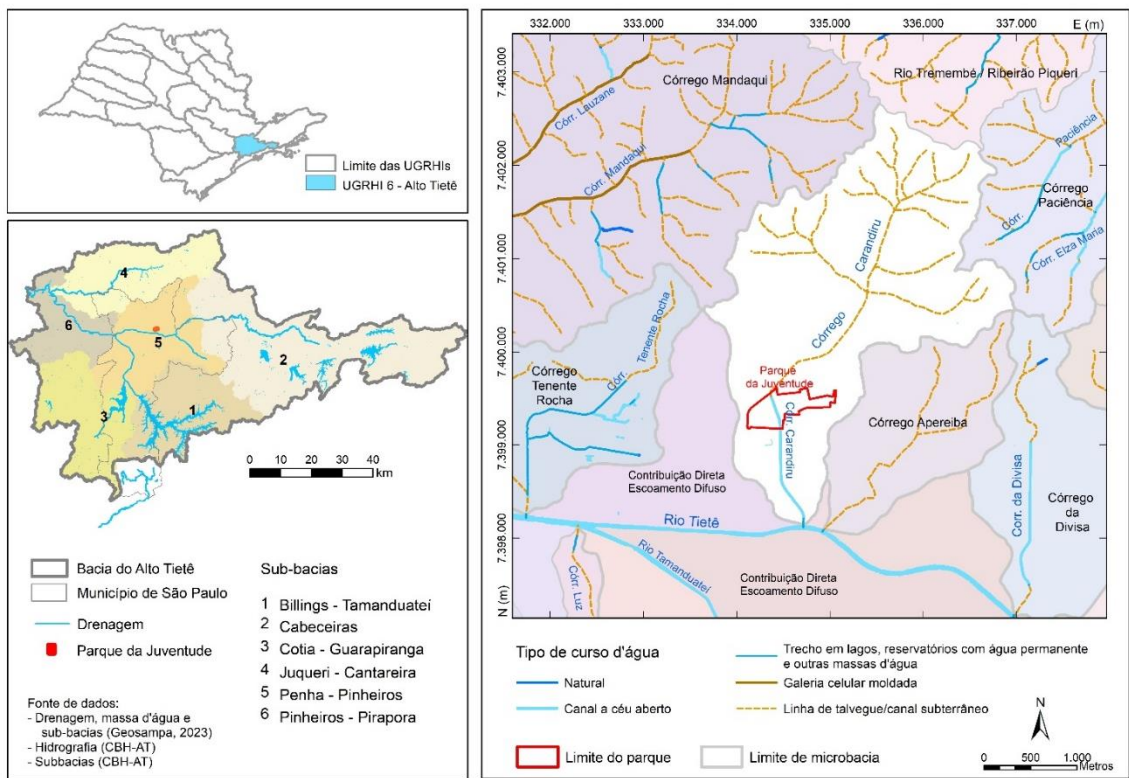


Figura 27. Localização do Parque da Juventude na micro-bacia do córrego do Carandiru, sub-bacia hidrográfica Penha-Pinheiros, na UFRHI 06. Fonte: Sibeles Ezaki, 2023.



Figura 28. Vista do córrego do Carandiru, que atravessa o Parque da Juventude, em direção ao Rio Tietê. Fonte: Sibeles Ezaki, 2023.

Conforme amplamente discorrido nos itens anteriores o desenvolvimento da urbanização no município de São Paulo, se deu por alteração da geomorfologia original, inclusive das áreas de várzeas dos rios Tietê e Pinheiros, envolvendo aterramento e criação do solo (São Paulo, 2013), e supressão das planícies de inundação (Rodrigues et al., 2019).



Figura 29. Alterações nas feições das drenagens da bacia córrego Carandiru nos períodos de (A) 1930 (Sara Brasil) e (B) 1954 (Vasp Cruzeiro). Fonte: GeoSAMPA, 2023. Com alterações de Sibebe Ezaki, 2023.

Em 1930, o mapa topográfico do município (Sara Brasil - 1930) ainda mostrava a configuração natural do curso d'água principal, o córrego do Carandiru (anteriormente chamado de córrego Carajás), bem como de seus tributários, até chegar na “Rua Carandiru” no limite oeste do terreno da “Penitenciária do Estado”, quando sofreu a alteração com desvio da drenagem por meio de valas (ou canais), no sentido sul e depois para os sentidos leste e sudeste, até encontrar a área de várzea (Figura 29a).

Na planta de 1954 (Vasp Cruzeiro - 1954), parte do córrego do Carandiru, ainda natural e a céu aberto, apresenta feições de linearização (observáveis na porção ao norte e nordeste da

penitenciária), e ao atravessar a avenida General Ataliba Leonel, a drenagem linearizada se bifurca, parte no sentido para leste (conforme anteriormente observado no mapa de 1930), e parte no sentido sul (como se encontra nos dias atuais), até encontrar as áreas alagadas da várzea (Figura 29b).

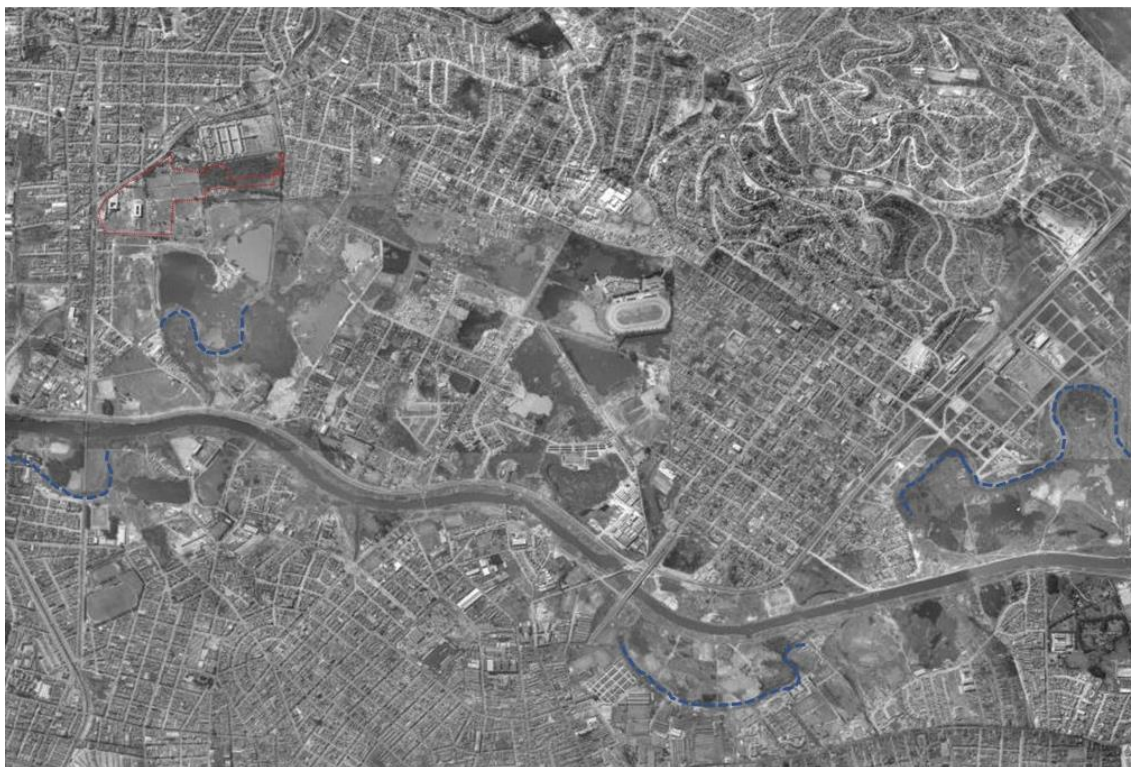


Figura 30. Imagens de 1958 da região metropolitana de São Paulo, trecho da região norte, próximo ao Rio Tietê. Fonte: GeoPortal, Memória Paulista. Com alterações de Sibeles Ezaki, 2023.

Na foto aérea de 1958, também se observa a proximidade da área que atualmente corresponde ao Parque da Juventude (tracejado vermelho) a porções ainda brejosas ou alagadiças da várzea (Figura X4). Os espelhos d'água em tonalidade cinza com aspecto turvo, podem estar associados a escavações e mobilização de material sedimentar ou disposição de rejeitos. O antigo canal fluvial meândrico do rio Tietê foi substituído por um canal artificial, retificado, sendo possível observar alguns trechos de meandros abandonados (linhas tracejadas azuis) da planície de inundação, ainda não aterrados. A maior parte da planície de inundação (várzea) já se encontrava transformada por aterros antrópicos em novos níveis terraceados, compostos por rejeitos de

escavações de obras diversas, rejeitos de desassoreamento de canal, entulhos, resíduos, entre outros materiais (Luz & Rodrigues, 2020).

A implantação de estruturas urbanas nas áreas de planície fluvial, não somente alterou sua geomorfologia (geração ou eliminação de tipos de relevos, diminuição da sinuosidade dos cursos d'água, etc.), como também seus processos hidrodinâmicos (com aumento de velocidade dos fluxos de escoamento e vazão de descarga dos rios, diminuição do armazenamento temporário (amortecimento) de parte da água das cheias e vazões de pico, alteração na mobilização de sedimentos), e acarretou diminuição da capacidade de absorção da água e da taxa de infiltração devido à impermeabilização dos terrenos (edificações, pavimentação de lotes e vias de circulação) (Moroz-Caccia Gouveia, 2010; Veneziani, 2014; Moroz-Caccia Gouveia & Rodrigues, 2017; Rodrigues et al. 2019; Luz & Rodrigues, 2020).

Cabral (2012) descreve que a antiga estrada do Carandiru, que passou a se chamar avenida General Ataliba Leonel, situava-se em grande parte na várzea do rio Tietê, sobre o leito do córrego Carajás (atual córrego Carandiru) ou às suas margens, e foi parcialmente canalizado durante a abertura de loteamentos dessa área. Conforme Monteiro Jr. (2011), o córrego Carandiru foi canalizado em 1960, com início na avenida Dr. Antonio Maria Laet, seguindo pelas avenidas Luis Dumont Villares e General Ataliba Leonel até o Parque da Juventude, onde corre a céu aberto e continua retificado até o canteiro central da avenida Moyses Roysen, até desembocar no canal do Tietê. A avenida Luís Dummont Villares, construída em 1980, também tem seu traçado coincidente com o córrego Carajás (Cabral, 2012).

Na zona norte da cidade, em bairros próximos ao Parque da Juventude e ao Rio Tietê, como Carandiru, Vila Guilherme, Campo de Marte, Casa Verde, há ocorrências de alagamentos associados a chuvas intensas, principalmente, nas grandes avenidas. Pontos de alagamento são

reportados em rua Urupiara com a avenida Zaki Narchi, onde os níveis de água chegam a atingir um metro de altura (Prefeitura de São Paulo, 2014), nas áreas originalmente correspondentes a planície de inundação ou de baixos terraços.

Os estudos diagnósticos de macrodrenagem da Bacia do Alto Tietê (DAEE, 2013) definiram manchas de inundação ao longo do rio Tietê, cujos limites foram simulados a partir de dados de níveis (cotas) e vazões de cursos d'água. Nas proximidades e interior ao Parque da Juventude há manchas indicando níveis de alerta de "Aviso" e de "Salvamento", com profundidades de acúmulo de água de 0,5 m a 1,5 m e velocidades entre 0,5 m/s e 1,5 m/s (Figura 31).

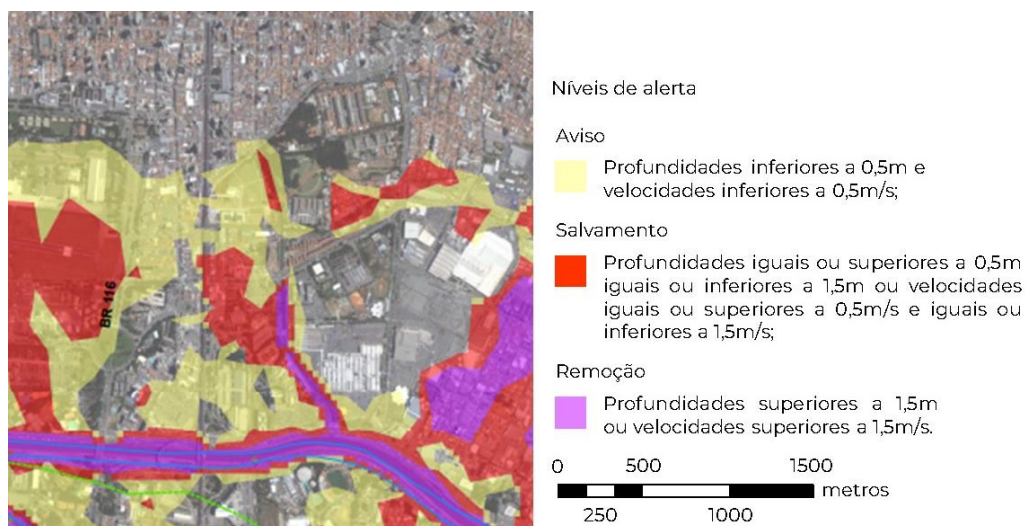


Figura 31. Recorte de mapa de manchas inundações próximas ao Rio Tietê indicando níveis de alerta. Fonte: DAEE, 2013,

Visando controlar as inundações na cidade, o Sistema de Alerta a Inundações de São Paulo (SAISP) realiza monitoramento hidrológico (fluviometria e pluviometria) por rede telemétrica, operada pela Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica-FCTH (<https://www.saisp.br/online/produtos-publicos/>). O Posto 856 (Lat/Long: -23.508053/-46.621313), situado à margem esquerda do córrego Carandiru, próximo a limite do Parque da Juventude, é uma das estações que gera informações a cada cinco minutos, sobre nível

d'água (m) e precipitação de chuvas (mm), com o objetivo de obter mapas de chuvas e previsões de inundações, de forma a informar à população situações de atenção, alerta, emergência ou extravasamento e principais pontos de alagamento.

Constata-se que com o processo urbanização que se expandiu pelo sistema fluvial, houve perda das funções hidrológicas com a supressão da planície de inundação e faltam terrenos aptos a receber as águas das inundações de períodos chuvosos.

6.2.2.2. Aspectos internos ao Parque

As intervenções no terreno do Parque ao longo de décadas imprimiram grandes modificações na modelagem do relevo, não sendo possível reconstituir sua conformação original. Pela análise evolutiva das imagens aéreas (vide item 5.1.1 - Solos) e de mapas históricos, não há registros e feições de outros cursos d'água ou nascentes (sejam difusas, intermitentes ou perenes) na área do Parque, exceto os canais relacionados ao córrego Carandiru.

Foram mapeadas, entretanto, duas áreas definidas como 'lago' e 'alagada', em um local com mata, preservado, onde se mantém a "Trilha das Orquídeas" (Figuras 32 e 33). Trata-se de porção do terreno delimitado por muros/paredões da penitenciária feminina (à leste) e da penitenciária masculina (a norte), que barram a água de escoamento superficial e promovem acúmulo de água de chuvas.



Figura 32. Mapa de implantação geral de áreas do Parque da Juventude. Fonte: SEMIL/ CPP,



Figura 33. Área alagada, limitada ao fundo por paredão da penitenciária feminina, e invadindo o trecho de trilha em dias chuvosos de verão. Fonte: Sibebe Ezaki, 2023. (Foto de 14/03/2023).

6.2.2.3. Águas subterrâneas

No contexto hidrogeológico, os domínios da Bacia Sedimentar de São Paulo e as rochas pré-cambrianas do embasamento cristalino, são denominados sistemas aquíferos Sedimentar (SAS) e Cristalino (SAC). O SAS subdivide-se em aquíferos Resende e São Paulo, e são cobertos por aquíferos de sedimentos aluvionares e coluvionares quaternários, principalmente nas planícies dos principais rios da bacia (Figura 34 e 35).

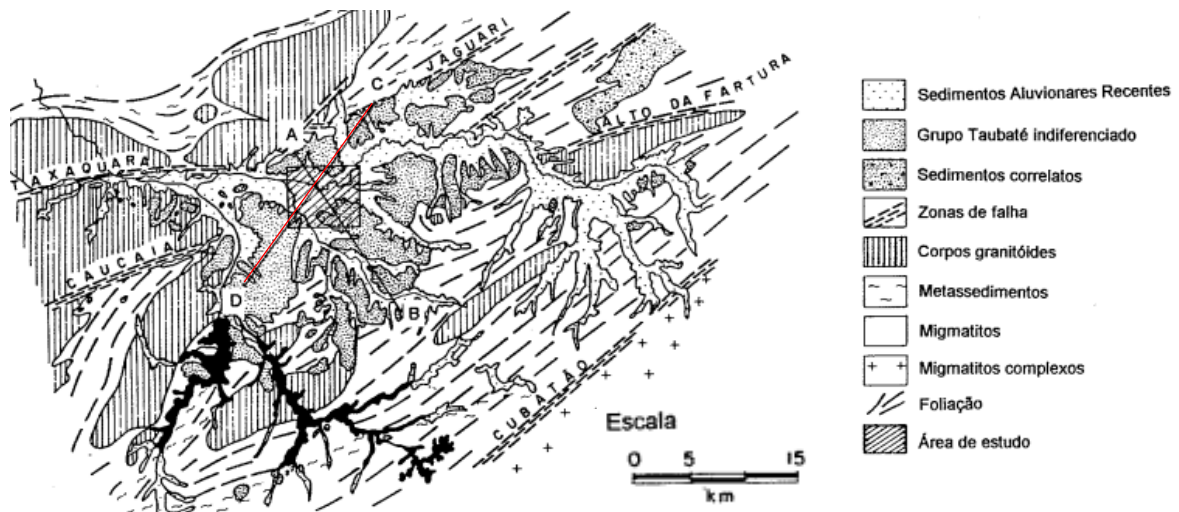


Figura 34. Contexto geológico regional da Bacia Sedimentar de São Paulo (extraído de Pacheco, 1984) e localização do Perfil geológico (C-D), direção NE-SW (extraído de Riccomini et al., 1992) (b), mostrando a relação entre as unidades geológicas. (Fonte: Bertolo, 1996).

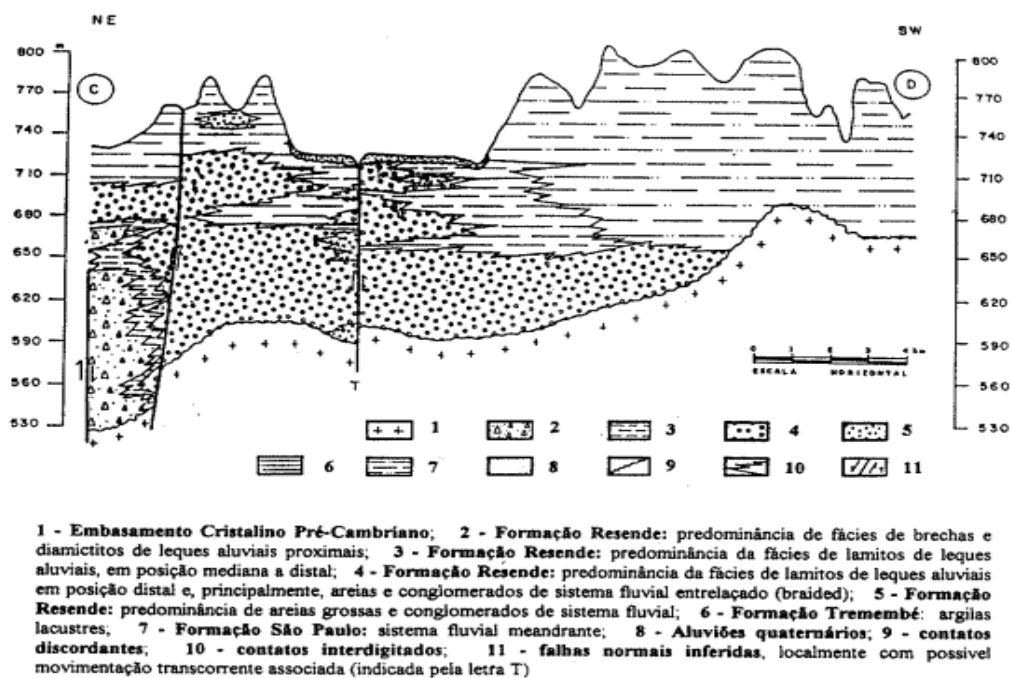
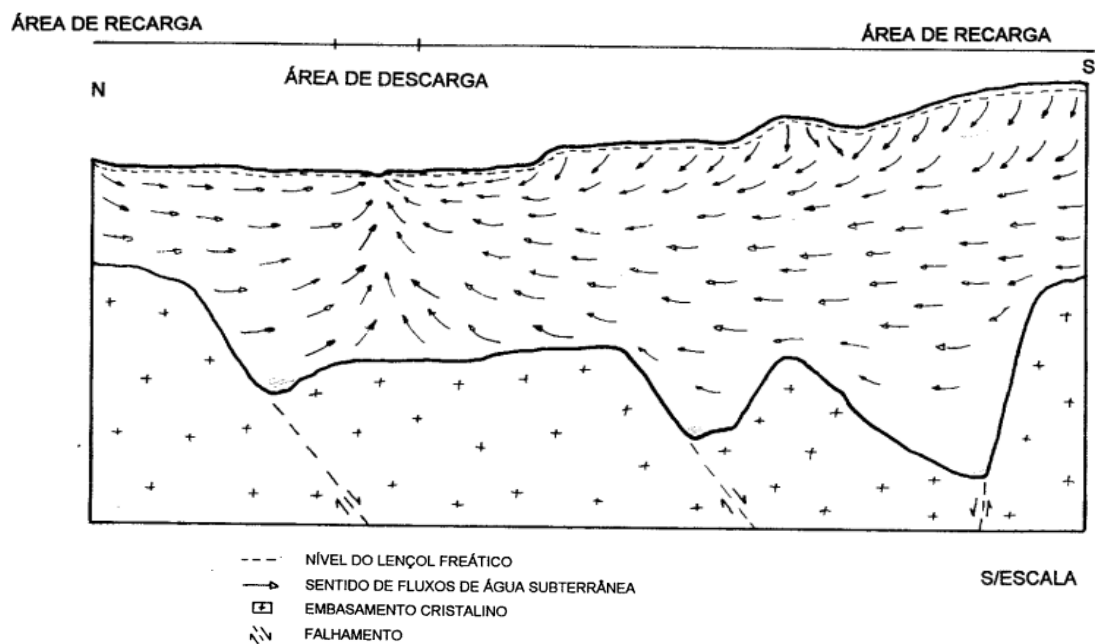


Figura 35. Contexto geológico regional da Bacia Sedimentar de São Paulo (extraído de Pacheco, 1984) perfil geológico (C-D). (Fonte: Bertolo, 1996).

O SAS caracteriza-se pela intercalação de camadas arenosas e argilosas de diferentes espessuras, descontínuas tanto horizontal como verticalmente, configurando um sistema aquífero semi-confinado, heterogêneo e anisotrópico, favorecendo a ocorrência de aquíferos locais (Bertolo, 1996). Pela seção geológica C-D (Figura 34) observa-se a

espessura do pacote sedimentar com cerca de 140 m na faixa da planície fluvial do Rio Tietê, sendo a espessura do aquífero aluvionar de poucos metros.

Segundo Bertolo (1996) o fluxo da água subterrânea ocorre de duas formas: (i) um deles nas porções mais rasas (freático), onde os níveis d'água se apresentam bastante rasos, mas acima da cota de base do rio principal, portanto o aquífero fornece água para os córregos e rios próximos. A recarga nesse sistema de fluxo local ocorre por infiltração de águas pluviais na área, de forma já bastante reduzida devido à alta taxa de impermeabilização, ou por perdas da rede pública de água; (ii) o outro ocorre nas porções profundas do SAS, e está associado a um sistema de fluxos laterais de caráter regional, e secundariamente por drenança da camada aquífera sobreposta, sendo a recarga proveniente de toda a área da bacia. (Figura 36). A profundidade média dos níveis estáticos nos poços tubulares de produção na região próxima ao Rio Tietê, na zona norte do município, é de 26,1 m, variando de 7,0 a 60,0 (poços da Zona A, caracterizados por Bertolo, 1996).



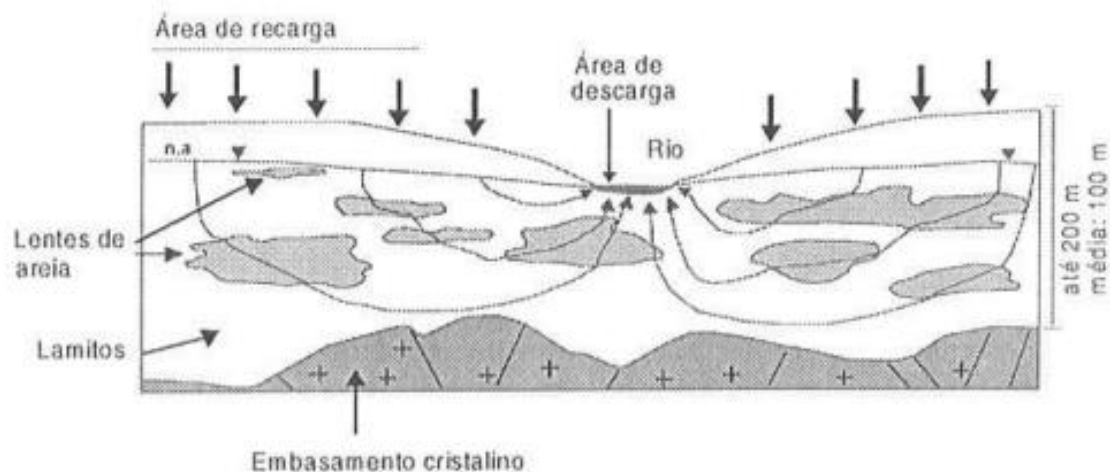


Figura 36. Contexto geológico regional da Bacia Sedimentar de São Paulo (extraído de Pacheco, 1984) perfil geológico (C-D). (Fonte: Bertolo, 1996).

Na área do Parque da Juventude, o terreno sofreu muitas modificações, desde o aterramento, a incorporação de resíduos de materiais de construção (ruínas) ao solo, e incorporação e outros materiais na constituição paisagística atual do parque. O acréscimo destes materiais constituindo uma camada de materiais heterogêneos, alterou o sistema de circulação local de água subterrânea, provavelmente diminuindo a infiltração e o fluxo vertical. Não se conhece a relação de fluxo subterrâneo desta camada para o aquífero sedimentar (aluvionar + sedimentos terciários) sotoposto.

6.2.2.4. Qualidade das águas do córrego Carandiru

O córrego Carandiru, no trecho de canal a céu aberto, enquadra-se na classe 4 conforme a *Base Hidrográfica com o Enquadramento dos Corpos d'Água Doce do Estado de São Paulo*, com base no Decreto Estadual N° 10.755/1977 (CETESB, 2016) (Figura 37), assim como a maior parte dos cursos d'água que drenam para o Rio Tietê.

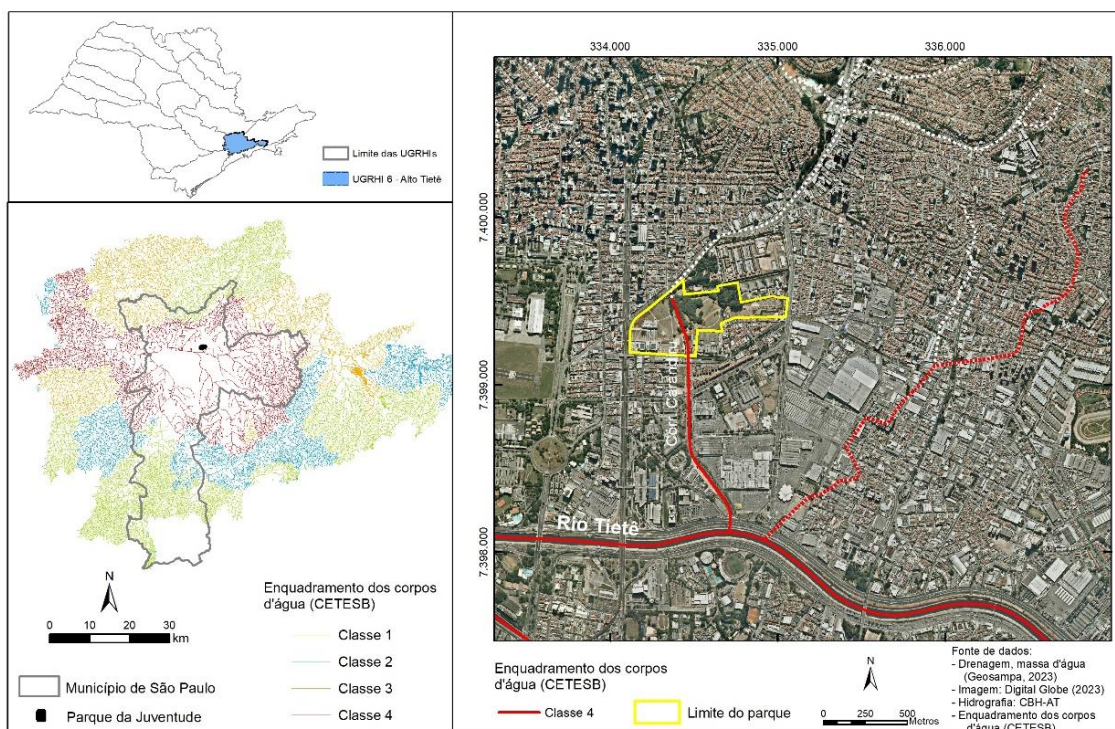


Figura 37. Enquadramento dos corpos d'água na Bacia do Alto Tietê córrego do Carandiru (em vermelho), no trecho de canal a céu aberto a partir do Parque da Juventude. Fonte: Sibebe Ezaki, 2023.

Entende-se como águas pertencentes à classe 4 aquelas que possuem menor qualidade quando comparadas com as águas de classe 1 e especiais de acordo com o enquadramento estabelecido na Resolução CONAMA 357 (BRASIL, 2005), baseado nos usos preponderantes dos corpos hídricos. Tal resolução considera “... *que o enquadramento dos corpos de água deve estar baseado não necessariamente no seu estado atual, mas nos níveis de qualidade que deveriam possuir para atender as necessidades da comunidade...*”.

A classe 4 indica a degradação da qualidade das águas superficiais, considerando interferências de origem antrópica, tendo em vista o histórico de uso do solo e ocupação urbana no entorno do Parque.

A bacia do córrego do Carandiru, que atravessa os bairros de Santana e Carandiru, já foi alvo de um programa de despoluição, em 2004, dada a constatação de deficiências na coleta associadas a interligações clandestinas nas galerias de águas pluviais e lançamentos em não-

conformidade diretamente nos cursos d'água não canalizados (Massone & Paixão, 2006). Estes autores relatam o levantamento de 66 pontos de lançamentos provisórios de esgotos em córregos ou galerias na bacia hidrográfica. Constatava-se forte odor e aspecto turvo das águas, bem como degradação causada pelo abandono na limpeza do leito. De setembro/2004 a janeiro/2006, o monitoramento semanal da qualidade da água no córrego, em dois pontos (a montante e a jusante do Parque da Juventude), indicou uma redução da carga orgânica de DBO5-20 de 193 mg/L para 14 mg/L, determinados em laboratório da CETESB. Esta melhoria de resultados está diretamente associada a intervenções de execução de redes para regularização e de limpeza em trechos da bacia com aumento de coleta de esgoto na bacia de 22,3% para 83,1%.

A partir de 2007, o Programa Córrego Limpo, desenvolvido pela SABESP em parceria com a Prefeitura do Município de São Paulo, objetiva monitorar a qualidade da água de córregos urbanos e intervir por meio regularização (inspeção, manutenção de redes coletoras, execução de obras, etc.) em fontes de poluição por lançamentos clandestinos de esgotos (SABESP, 2023). O Relatório de Monitoramento da Demanda Bioquímica de Oxigênio - DBO (mg/L), com informações mensais do período de 2020–2022, apresentou valores variando de 2 a 45 mg/L.

Ao atravessar uma ponte sobre o córrego do Carandiru no interior do Parque da Juventude, o pedestre pode observar aspecto límpido a pouco turvo das águas que correm no leito do canal. Um odor característico de presença de esgoto é, entretanto, perceptível, com intensidades variáveis ao longo do dia (Figura 38).



Figura 38. Córrego do Carandiru, que atravessa o Parque da Juventude. Fonte: Sibeles Ezaki, 2023. (Fotos de 14/03/2023).

6.2.3. FAUNA

6.2.3.1. Metodologia

As áreas urbanas estão ligadas a áreas rurais, incluindo remanescentes de vegetação nativa, o que ocasiona um fluxo de recursos e energia entre estas áreas, e também de espécies. Olhando apenas para o lado urbano desta relação, o processo de urbanização gera a alteração física da paisagem, por exemplo, com o desmonte de morros e a retificação de cursos de rios, e do clima local, ex. ilhas de calor e corredores de vento, o que amplifica as diferenças na sua ecologia em relação às áreas rurais (Spotswood et al., 2021).

A flora e a fauna das áreas urbanas geralmente são dominadas por espécies introduzidas, incluindo domésticas e sinantrópicas, e a

diversidade de espécies nativas presentes vai depender dos recursos disponíveis, por exemplo, existência de remanescentes de habitats originais, da composição de espécies nas áreas rurais de entorno e da permeabilidade da paisagem ao deslocamento da fauna, esporos e sementes da zona rural para a urbana. Outros fatores que selecionam as espécies que conseguem estabelecer populações em áreas urbanas incluem a existência, intensidade e frequência das poluições químicas (atmosférica, hídrica e do solo), sonora e luminosa.

Portanto, as comunidades biológicas das cidades tendem a apresentar um menor número de espécies que se mantem sem a intervenção humana, por outro lado, algumas espécies nativas adaptadas a estes novos ecossistemas acabam apresentando populações muito maiores em áreas urbanas do que nas rurais, devido à maior disponibilidade de recursos e menor predação. Estas características resultam em ecossistemas com estrutura e funcionamento distintos dos encontrados originalmente naquele local e também, que algumas espécies se tornem indesejadas pelos humanos, por competirem por recursos ou mesmo por representarem riscos à saúde das pessoas.

A capacidade das cidades em oferecer habitats para as espécies nativas varia ao longo do tempo, por exemplo, uma casa com um grande quintal sendo substituída por um prédio, e do espaço, pois geralmente há gradientes de “hospitalidade” a elementos da flora e fauna dentro das cidades, ex. o grau de arborização varia entre os bairros. Também, a postura dos habitantes humanos das cidades em relação à biodiversidade vai influir na capacidade das espécies em se estabelecer e prosperar nelas. Assim, a disseminação do conceito de “reasselvajamento” nos países desenvolvidos, que busca ampliar as interações positivas dos humanos com as espécies nativas e gerar ecossistemas autossuficientes no interior de áreas urbanas, poderá ser favorável para a conservação da biodiversidade nestas regiões tão alteradas, contribuindo também para o aumento dos serviços

ecossistêmicos e da resiliência às mudanças climáticas, e redução da gentrificação verde, ou seja, ofertando o acesso a áreas verdes à população que habita as periferias das cidades (Lehmann, 2021; Masood e Russo, 2023).

Especificamente para os animais, dentro de uma paisagem urbana-rural podemos reconhecer quatro grupos quanto ao estabelecimento ou uso das cidades (Spotswood et al., 2021): (a) espécies que evitam áreas urbanas e com populações restritas a localidades fora das cidades; (b) que selecionam ativamente áreas urbanas, com populações principalmente contidas dentro dos limites da cidade; (c) com grandes populações que ultrapassam os limites urbanos, ou seja, com uma única população urbana-rural; (d) que apresentam extensas áreas de uso nas quais os indivíduos se movem através do gradiente urbano-rural, e (e) que são migratórias e utilizam as cidades como locais de parada.

Assim, a caracterização da fauna de um parque embebido na área urbana, como é o caso do Parque da Juventude, se enriquece ao considerar este arcabouço conceitual. Além disso, faz-se necessário levar em conta o histórico desta área e o objetivo principal do parque que é oferecer às pessoas atrativos culturais, esportivos e recreativos.

6.2.3.2. Resultados e discussão

O conhecimento publicado sobre a fauna do parque indica que o inventário de espécies ainda é preliminar. Pesquisadores da Divisão da Fauna Silvestre da Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de São Paulo compilaram 30 espécies de aves para o parque, conforme Anexo 3 e cinco de borboletas: *Actinote* sp., *Dircenna dero* Hübner, 1823, *Ithomia drymo* Hübner, 1816, *Mechanitis polymnia casabranca* Haensch, 1905 e *Eresia lansdorfi* (Godart, 1819) (São Paulo, 2022).

Em nossa amostragem observamos 24 espécies de aves e acrescentamos outras sete espécies à lista prévia. Portanto, somando os dados de campo aos da literatura foram encontradas para o parque até o momento 37 espécies de aves, conforme Anexo 3.

Além disso, entrevistamos a equipe que trabalha no Parque da Juventude que citou a presença de gambá ou saruê *Didelphis sp.*, saguis *Callithrix sp.*, teiú *Salvator merianae* Duméril & Bibron, 1839 e cobra-dormideira *Dipsas mikanii* Schlegel, 1837.

Com relação ao grupo melhor amostrado no parque, as aves, e se levando em conta as características ambientais do município de São Paulo e a história natural das espécies, a maioria delas pode ser classificada no grupo “c” de Spotswood et al. (2021), provavelmente constituindo uma única população urbana-rural (Figura 38). Apesar de serem espécies migratórias (Somenzari et al., 2018), incluímos o bem-te-vi-rajado *Myiodynastes maculatus* (Statius Muller, 1776) e o peitica *Empidonomus varius* (Vieillot, 1818) nesta categoria, por eles se reproduzirem no município e não apenas estarem de passagem. O mesmo se aplica à inclusão do andorinhão-do-temporal *Chaetura meridionalis* Hellmayr, 1907, outra migratória que se reproduz na cidade, no grupo “d”, espécies com indivíduos que se movem através do gradiente urbano-rural. E como era esperado, devido à ausência de um remanescente expressivo de vegetação nativa no parque, nenhuma espécie foi classificada no grupo “a”, espécies que evitam áreas urbanas com populações restritas a localidades fora das cidades.

Originalmente a vegetação na área do parque devia contemplar floresta aluvial e brejos, e apresentaria várias espécies dos grupos “a” e “e”, migratórias que utilizam a cidade como local de parada, que recentemente não foram mais detectadas na área.

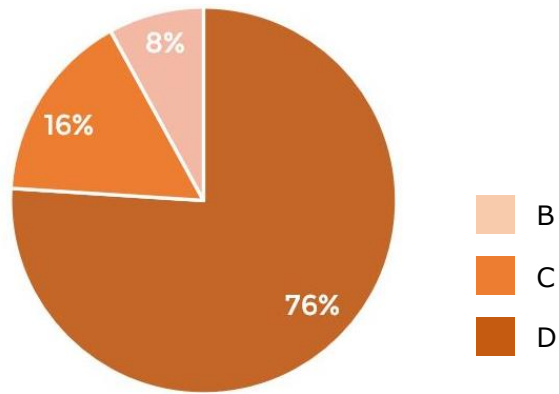


Figura 39. Distribuição percentual das espécies de aves registradas no Parque da Juventude em três dos cinco grupos por propostos Spotswood e at. (2021): (B) três espécie que selecionam ativam entre áreas urbanas; (C) 28 espécies com uma única população urbana-rural; e (D) seis espécies que apresentam extensas áreas de uso nas quais os indivíduos se movem através do gradiente urbano-rural. Fonte: Alexander Zamorano Antunes, 2023.

A gralha-picaça *Cyanocorax chrysops* (Vieillot, 1818) e o canário-da-terra *Sicalis flaveola* (Linnaeus, 1766) apresentam populações nas áreas rurais do entorno de São Paulo, mas o seu registro pela Divisão de Fauna numa área tão urbanizada quanto o Parque da Juventude, pode ser proveniente de indivíduos vagantes ou de solturas e escapes de animais em cativeiro.

A maracanã-pequena *Diopsittaca nobilis* (Linnaeus, 1758), Figura 40 é um caso interessante, pois originalmente ocorria apenas no Cerrado do Oeste do estado de São Paulo, mas devido a solturas e escapes de cativeiro hoje colonizou e se reproduz em diversas cidades do leste do estado, incluindo locais com condições ambientais muito distintas da sua área de ocorrência original como Campos do Jordão.



Figura 40. Exemplos de espécies que ocorrem no Parque da Juventude, joão-de-barro (*Furnarius rufus*) e maracanã-pequena (*Diopsittaca nobilis*). Fonte: Alexsander Zamorano Antunes, 2023.

Apesar de sua área pequena cercada por edificações e vias com trânsito intenso de veículos, o Parque da Juventude está localizado a menos de um quilometro em linha reta do Campo de Marte, que apresenta uma área vegetada mais extensa. Portanto, para espécies voadoras de maior porte como morcegos e aves as duas áreas se apresentam conectadas. A Divisão de Fauna relatou 110 espécies de aves para o Campo de Marte (São Paulo, 2022). O que reforça que outras espécies de aves poderão ser encontradas no Parque da Juventude com o aumento da amostragem. Ao compararmos as duas áreas, se conclui que a avifauna do Parque da Juventude é um subconjunto daquela do Campo de Marte, ou seja, todas as espécies observadas no Juventude também foram encontradas no Campo de Marte. Verificamos também, que nenhuma destas espécies está ameaçada de extinção, são todas de menor preocupação para a conservação.

Assim, entendemos que pelo histórico, pelo tamanho e condição da vegetação local, mesmo com o aumento da amostragem, este padrão de uma fauna composta por espécies generalistas e com maior capacidade de dispersão no interior de áreas urbanas deverá se manter.

O entorno do parque é hostil à fauna, então é possível que apareçam animais atropelados, que colidiram com vidraças ou linhas de pipa, entre outros. Estes animais feridos precisam ser encaminhados a centros de reabilitação de animais silvestres por meio da Polícia Militar Ambiental ou Guarda Civil Metropolitana Ambiental.

Algumas das espécies com ocorrência provável para o parque podem causar agravos à saúde humana ou a dos cães domésticos que lá passeiam com seus tutores, por exemplo, artrópodes peçonhentos como escorpiões, aranhas, vespas e abelhas sendo necessário um treinamento de funcionários e prestadores de serviços para conhecimento sua relevância e sobre manejo.

6.2.3.3. Considerações finais

O Parque da Juventude “Dom Paulo Evaristo Arns”, a partir do conhecimento disponível até o momento, não constitui uma área prioritária para a conservação da fauna dentro do município de São Paulo. Contudo, as espécies presentes são importantes para familiarizar os usuários e funcionários do parque com a fauna nativa, principalmente se considerarmos que vários deles podem não ter condições de acesso a áreas públicas com paisagens mais naturais e maior biodiversidade.

6.2.4. FLORA

6.2.4.1. Introdução

O Parque da Juventude, oficialmente conhecido pelo nome de “Dom Paulo Evaristo Arns”, foi construído em uma área de 214.017 m² que outrora foi ocupada pela antiga casa de Detenção. É um complexo

Cultural, Recreativo e Esportivo localizado no bairro de Santana - Zona Norte do Município de São Paulo. A inauguração dos equipamentos públicos ocorreu em 2003 e a última fase foi concluída em 2007.

A área do Parque está inserida na Bacia Hidrográfica do Córrego Carandiru, com área aproximada de 8,14 km² de extensão. Seu principal contribuinte é o Córrego Carajás que atravessa parte do bairro de Santana e corta a área do Parque antes de desaguar no Rio Tietê.

Os espaços do Parque e os equipamentos públicos de lazer são essenciais para o bem-estar da população, seja por oferecer lugares para realizar inúmeras atividades, ou ainda por proporcionar espaços para o contato com a natureza, não só aos habitantes dos bairros vizinhos, como também para a população paulistana em geral.

Segundo Hannes (2014), o Parque da Juventude, além de estar inserido em área de excelente potencial urbano e ambiental, ficou conhecido por ter sido implantado na área que outrora funcionava o antigo Complexo Penitenciário do Carandiru. O Projeto do Parque foi planejado para uma área inicialmente prevista em 240.000 m², onde pode ser encontrada duas áreas extensa de cobertura vegetal e foi dividido em três setores: o Parque Esportivo, o Parque Central e o Parque Institucional, interligados por uma alameda central (Hannes, 2014).

A intenção do Projeto Parque da Juventude foi apagar os vestígios de violências ocorridas na área e restaurar o espaço com transformações inovadoras que possam bem servir ao grande público. A proposta do Projeto foi elaborada pela arquiteta e paisagista Rosa Kliass com espaços diferenciados com viés educativos, culturais, esportivos e contemplativos da natureza, dando a entender que onde se constrói e mantém a paz é possível transformar e modificar gerações.

Visando contribuir para o estabelecimento futuro do Plano Diretor do Parque em questão, seguem as análises preliminares referentes aos exemplares arbóreos e a brioflora existentes no Parque para que sejam utilizadas na orientação e ordenação de ações futuras nos espaços de uso público.

6.2.4.2. O verde nos Parques Urbanos

A arborização possui extrema importância nos centros urbanos, sendo responsável por inúmeros benefícios ambientais e sociais que auxiliam na qualidade de vida nas cidades e também na saúde física e mental da população.

Os espaços públicos podem ser considerados um local demográfico, lugar de conexão e/ou convivência de grupos heterogêneos de idades, gêneros e nacionalidade diferentes.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), Parque Urbano é uma área com função ecológica, com extensão maior que as praças e jardins públicos (Brasil, 2012). Nos Parques, grande parte da população tem condições de desenvolver uma maior conexão com a natureza, pois tem a oportunidade de encontrar e visitar áreas naturais sem a necessidade de percorrer longas distâncias (Brasil, 2020). Os espaços urbanos também se configuram como áreas que tem como objetivo preservar o meio ambiente e oferecer qualidade de vida às populações que residem no entorno dessas áreas.

A Vegetação arbórea nos Parques é de suma importância no processo de urbanização, pois proporciona à diminuição da poluição atmosférica, conforto térmico, controle do ciclo hidrológico. Vale salientar ainda que as árvores fornecem inúmeros benefícios de natureza ecológica, biológica e psicológica, além de benefícios econômicos indiretos. Estes fatores todos são considerados determinantes e influenciam diretamente a saúde mental e o bem estar das pessoas.

A arborização bem empregada no ambiente urbano também proporciona a criação de áreas agradáveis com capacidade de atenuar situações climáticas adversas e a poluição sonora, melhorando significativamente o ambiente (Silva, et al., 2017).

Quando se troca o verde das paisagens pelo concreto das construções, as cidades sofrem, as consequências são desastrosas, há alterações do clima local, mudanças nos padrões naturais de infiltração das águas, enchentes, processos de erosão, deslizamentos de terra que pode levar a perda de recursos materiais e humanos. Ao se fazer análise dos espaços urbanos requer abordagens e visões integradas que poderão nortear políticas públicas e privadas.

6.2.4.3. Fitossanidade das árvores

O termo fitossanidade refere-se à sanidade dos exemplares arbóreos. O tratamento fitossanitário deve ser realizado sempre que necessário, conforme o diagnóstico técnico e orientado por legislação que trata sobre o assunto.

Devido à falta de planejamento destinado aos indivíduos arbóreos na grande maioria das árvores no meio urbano, não são percebidas as falhas estruturais existentes nos exemplares arbóreos. Desta forma, o estado fitossanitário fragilizado e/ou vulnerável das árvores, pode redundar em queda de suas partes estruturais como galhos, ramos, quebra do fuste principal e até mesmo a queda definitiva do exemplar arbóreo.

Quanto ao exposto acima cabe ressaltar que o peso próprio do exemplar arbóreo e a ação do vento nas árvores podem gerar tensões internas e romper galhadas e até mesmo derrubar a árvore.

Árvores bem cuidadas oferecem benefícios preciosos a todos, pois mediante a tal entendimento é de extrema importância destinar

esforços no tocante ao assunto fitossanitário dos exemplares arbóreos. Nesta linha de raciocínio, o tema em questão é uma sugestão e/ou recomendação visando às ações futuras da gestão do Parque.

Em áreas verdes com gramados extensos com plantios de espécies arbóreas sofrem com as roçadeiras manuais que cortam o gramado e, ao mesmo tempo, provocam ferimentos nas árvores ainda jovens. A roçadeira, a cada manutenção dos gramados, arranca a casca ao redor da base dos exemplares arbóreos plantados e provoca o anelamento do fuste de cada árvore. As árvores aneladas sofrem interrupção parcial ou total do fluxo da seiva elaborada e assim a referida sequela pode interromper o crescimento das árvores e mesmo provocar a morte.

6.2.4.4. Metodologia

O Parque da Juventude, antiga casa de detenção, está localizado na Zona Norte da cidade de São Paulo, no bairro de Santana, possui 21,4 hectares. Foi realizado o levantamento qualitativo das espécies arbóreas do Parque, considerando-se todo seu perímetro, durante os meses de abril e maio de 2023, bem como o reconhecimento da brioflora que ocorreu em março de 2023, conforme Anexo04.

O método utilizado para reconhecimento preliminar dos exemplares arbóreos existentes no Parque foi o de “caminhamento” (Filgueiras et. al., 1994). Todo o Parque foi percorrido na expectativa de identificar os exemplares arbóreos lá existentes. Os exemplares não identificados no transcorrer do percurso foram coletados, levados ao Herbário SPSF do Instituto de Pesquisas Ambientais IPA e lá, cada exemplar coletado, foi prensado, seco em estufa e posteriormente identificados por comparação com as exsicatas específicas existentes no acervo do Herbário. A confirmação da nomenclatura botânica referente a Família, Gênero e Espécies dos exemplares anotados e observados no Parque, bem como os que foram coletados, seguiu a classificação da Flora e

Funga do Brasil. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://floradobrasil.jbrj.gov.br/> >. Acesso em: 19 maio 2023.

A vegetação dos Parques Urbanos é um patrimônio quase sempre desconhecido e considerado apenas como “área verde”. Conhecer a composição florística de exemplares arbóreos plantados ao longo do Parque da Juventude, bem como de áreas com características fisionômicas semelhantes a florestas como a Floresta de Bolso (Figuras 41 e 42) e o Fragmento de vegetação (Trilha das Orquídeas) (Figuras 43 a 44), traz informações importantes para a manutenção, manejo e conservação desse bem público. O levantamento da arborização do Parque pode trazer sem dúvidas subsídios para direcionar as ações mais adequadas na busca da preservação ambiental.



Figura 41. Aspecto externo de adensamento arbóreo “Floresta de Bolso”. Fonte: Osny Tadeu de Aguiar e Natália Ferreira de Almeida, 2023.



Figura 42. Aspecto interno de adensamento arbóreo “Floresta de Bolso”. Fonte: Osny Tadeu de Aguiar e Natália Ferreira de Almeida, 2023.



Figura 43. Aspecto externo e portão de acesso ao fragmento de mata (Trilha das Orquídeas). Fonte: Osny Tadeu de Aguiar e Natália Ferreira de Almeida, 2023.



Figura 44. Aspecto interno do fragmento de mata (Trilha das Orquídeas). Fonte: Osny Tadeu de Aguiar e Natália Ferreira de Almeida, 2023.

6.2.4.5. Resultados

No levantamento de caráter preliminar realizado no Parque foi identificada uma diversidade de 150 (cento e cinquenta) espécies botânicas distribuídas em 112 (cento e doze) gêneros e 42 (quarenta e duas) famílias diferentes.

Dentre as espécies determinadas, 107 (cento e sete) são consideradas nativas e 43 (quarenta e três) exóticas. As famílias mais representativas quanto ao número de espécies foram: *Fabaceae*, *Myrtaceae*, *Bignoniaceae* e *Malvaceae*, conforme Anexo 04.

Ainda no tocante a brioflora existente no Parque, estudo feito por Visnadi (2023, vide Anexo 04, identificou a ocorrência de extenso carpete de briófitas localizado no talude de concreto do Córrego Carandiru, de extensão de cobertura inédita em relação a parques urbanos estudados pela pesquisadora, bem como ocorrência “também

única, não vista em outros parques urbanos paulistanos já estudados” (Visnadi, 2023).

O levantamento foi realizado em frente ao prédio da Escola Técnica Estadual (ETEC), formada por amplo carpete, com preponderante presença do musgo *Fissidens zollingeri* Mont. e manchas menores das espécies *Philonotis uncinata* (Schwägr.) Brid., *Tortella humilis* (Hedw.) Jenn., *Brittonodoxa subpinnata* (Brid.) W.R. Buck, P.E.A.S. Câmara & Carv.-Silva, *Chenia leptophylla* (Müll. Hal.) R.H. Zander e *Bryum apiculatum* Schwägr.



Figura 45. Aleia de tipuanas (*Tipuana tipu*) às margens do Córrego Carandiru, próximo ao Portão 02 (acesso pela Avenida General Ataliba Leonel). Fonte: Osny Tadeu de Aguiar e Natália Ferreira de Almeida, 2023.



Figura 46 e 47. Exemplar de ipê-roxo-de-bola (*Handroanthus impetiginosus*) e Tipuanas (*Tipuana tipu*). Fonte: Foto a esquerda de Osny Tadeu de Aguiar e Natália Ferreira de Almeida, 2023 e foto a direita de Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2022.

6.2.5. PAISAGISMO E ARBORIZAÇÃO

Antes de tratar especificamente sobre o projeto de paisagismo e arborização do Parque da Juventude, apresenta-se brevemente sobre a idealizadora da intervenção: Rosa Grena Kliass, arquiteta paisagista nascida em 1932, considerada dama do paisagismo brasileiro (PEREIRA E PEDROTTI, 2017).

Formada, em 1955, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, em um período em que a presença feminina nos cursos superiores ainda não era marcante, se tornou uma das primeiras arquitetas paisagistas de São Paulo, junto de Miranda Magnoli (CAMARGO, 2019). Rosa em seu próprio escritório desenvolveu trabalhos em diversas escalas como planos diretores, parques, avenidas, entre outros.

Além de seus projetos, Rosa Kliass também apresentou grande impacto no cenário do paisagismo brasileiro na medida em que colaborou para a consolidação da arquitetura paisagística como profissão por meio da criação da Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas – ABAP e do desenvolvimento de estudos teóricos por meio de textos de grande relevância, como é o caso do livro “Parques urbanos de São Paulo” (PEREIRA E PEDROTTI, 2017).

Rosa Kliass desenvolveu centenas de projetos sendo possível destacar no município de São Paulo: projeto paisagístico para a Avenida Paulista de 1973, Reurbanização do Vale do Anhangabaú de 1981 (PEREIRA E PEDROTTI, 2017) e, o projeto objeto do presente Plano Diretor, o Parque da Juventude inaugurado 2004.

Conforme já registrado anteriormente, o projeto do Parque da Juventude iniciou-se por conta de um concurso público idealizado pela Prefeitura de São Paulo em 1999 para repensar o espaço do Complexo Penitenciário do Carandiru que seria desativado em 2002. A área original do projeto era de 240.000m² sendo esta futuramente reduzida devido a manutenção de certos equipamentos penitenciários. A implantação do projeto foi realizada em etapas sendo que seu primeiro setor, voltado para a área esportiva, foi inaugurado em 2003.

O setor esportivo é identificado como o setor de uso mais concentrado dentro do parque. Com quadras (Figura 48), pista de skate e áreas de caminhada estabelece na zona norte de São Paulo um espaço público de prática esportiva. Com exemplares arbóreos que marcam o fluxo principal de tal área (Figura 49), o usuário acessa o trecho pela Avenida Zaki Narchi podendo caminhar até o Setor Central. Dentro do projeto paisagístico do setor esportivo destaca-se a ausência de um gradil ou alambrado para as quadras. Painéis metálicos desconectados são instalados no perímetro da quadra garantido permeabilidade sem abandonar o fator de segurança. Sobre tal setor, Pereira (2017) escreve:

Com papel ativo, o projeto de Kliass estabeleceu a vegetação conformando planos de teto e pisos, isto é, as árvores laterais e suas coberturas conformaram espaços sombreados; as terras movidas criaram leves topografias na área gramada; criando aberturas destinadas às áreas caminháveis (PEREIRA, 2017).



Figura 48. Quadra do Setor Esportivo. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.

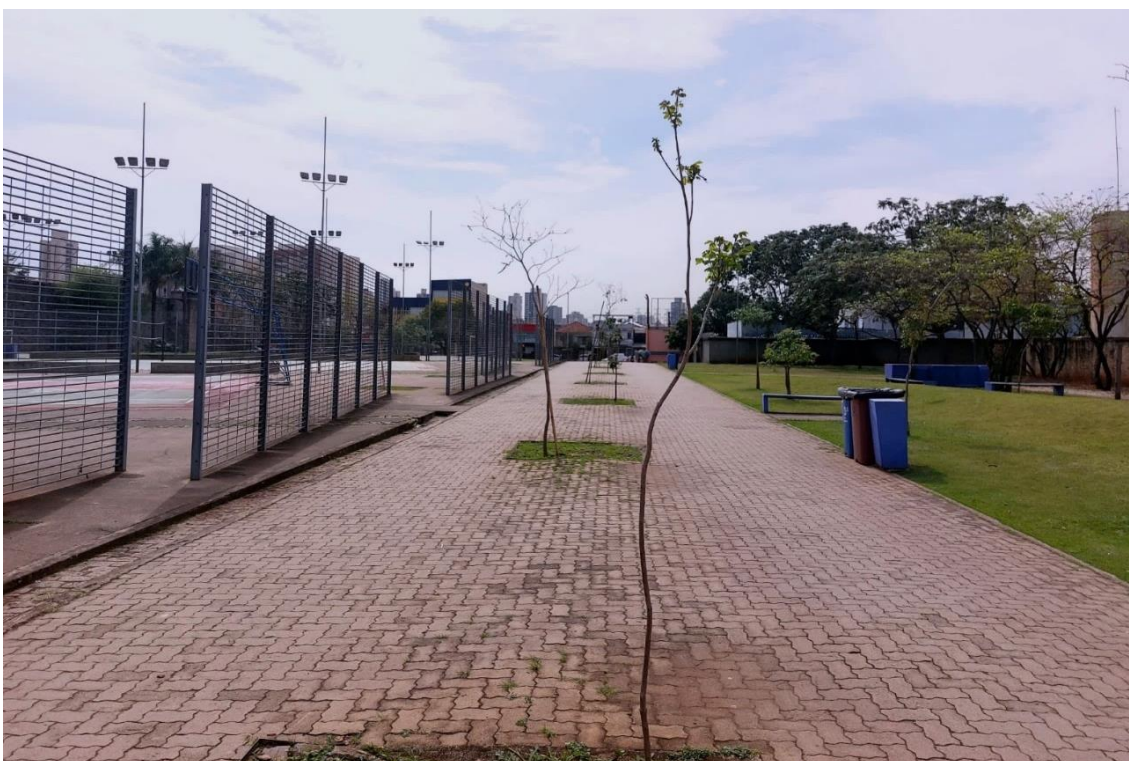


Figura 49. Vegetação marcando eixo do Setor Esportivo. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.

O Setor Central foi o próximo a ser inaugurado, em 2004. Com acesso pela Avenida Ataliba Leonel, a área apresenta elementos naturais e históricos de destaque dentro do Parque da Juventude.

O córrego Carajás, as ruínas do Carandiru II e a muralha para vigia do sistema carcerário são extremamente relevantes para este conjunto que apresenta, majoritariamente, atividades voltadas para estar e contemplação. O eixo principal do Setor Esportivo se prolonga para dentro da área central até a área do córrego criando um trecho de caminhada. Por tal caminho é possível acessar áreas gramadas onde é comum identificar usuários do parque aproveitando a paisagem e descansando no morrote formado para recobrir os resquícios de entulho da demolição (Figura 50) (PEREIRA, 2017).



Figura 50. Áreas gramadas no Setor Central. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.

O Setor Central apresenta também, conforme citado anteriormente, as ruínas e muralha como parte do conjunto de equipamentos de uso contemplativo. Tal espaço mantém parte da história do local preservando um traço da memória que vincula o projeto a área de implantação. Junto da tais elementos, existe um bosque de tipuanas (Figura 51) que compõem a paisagem do local e conferem um conjunto cênico junto das estruturas metálicas e pisos de madeira de passagem que permitem a circulação pelo espaço sem agredir a natureza existente.



Figura 51. Ruínas e tipuanas do Setor Central. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.

Por último, dentro do Setor Central, observa-se a relação formada pelo paisagismo entre o usuário e o córrego Carajás (Figura 52). Tal conexão é feita por meio de travessias que atravessam o corpo hídrico e permitem uma aproximação pelo fator visual. Ao longo das margens do córrego Carajás também é possível visualizar uma série de exemplares arbóreos que reforçam a perspectiva do recurso hídrico.



Figura 52. Ruínas e tipuanas do Setor Central. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.

O setor institucional é o trecho mais próximo da estação Carandiru do metrô com acesso pela Avenida Cruzeiro do Sul que apresenta equipamentos voltados para educação e cultura.

O setor é marcado por um espaço central, localizado entre os principais equipamentos institucionais. Tal espaço apresenta um desenho de piso característico além de áreas de gramado e o plantio espécies arbóreas. Acompanhando tal implantação, é possível encontrar também bancos distribuídos de forma quadricular. A área, atualmente, se torna em um espaço de estar procurado pelos usuários como espaço de descanso.

Além desta área, o Parque também apresenta outras áreas verdes dispostas próximas aos prédios. Destaca-se o espaço ao lado que se tratava originalmente de um gramado, ao lado da biblioteca. Este local, hoje em dia, se trata de um espaço com um pequeno bosque com exemplares arbóreos nativos.

Mostra-se relevante pontuar também a existência de uma marquise que acompanha parte dos caminhos do espaço criando uma área coberta convidativa para a caminhada (Figura 53).



Figura 53. Conexão entre prédios por meio de marquise. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.

Conclui-se que o paisagismo elaborado por Rosa Kliass apresenta aspectos únicos que não só permitem a apropriação do espaço pelo público de diversas formas como permite preservar traços históricos do antigo sistema penitenciário. É criada uma nova paisagem na zona norte de São Paulo sem negar a existência da história do Complexo do Carandiru.

6.3. INFRAESTRUTURA, EDIFICAÇÕES E MOBILIÁRIO

O Parque da Juventude - Dom Paulo Evaristo Arns, complexo cultural, recreativo e esportivo mudou a zona norte da cidade de São Paulo ao criar uma nova paisagem no antigo espaço do Complexo Penitenciário Carandiru. O parque teria seu primeiro setor inaugurado em 2004 e

seria transferido para a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, no período Secretaria de Meio Ambiente, em 2012.

O projeto do parque foi pensado em três etapas que resultaram em três setores iniciais para a área: Área Esportiva, Área Central e Área Institucional. O parque apresenta 52 pontos relevantes em sua composição divididos entre edifícios, estruturas, monumentos e áreas livres, sendo que parte dos elementos construídos retomam da época do Complexo Carandiru.

Dentro do conjunto de edifícios, mostra-se relevante pontuar, conforme já destacado, a presença de 03 portarias (Figura 54). As fotos abaixo ilustram cada uma das edificações e acessos. O restante do parque é delimitado por um gradil criando uma divisão ao restante da malha urbana.



Parque da Juventude - Acessos
Fotos autorais e Mapa Google Earth



Legenda

- 1: Avenida Zaki Narchi, nº1309
- 2: Avenida General Ataliba Leonel, nº520
- 3: Avenida Cruzeiro do Sul, nº2630

Figura 54. Portarias. Fonte: Ortofoto, Google Earth (2022) e fotografias das portarias pela Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2022.

O parque conta ainda com aproximadamente 199 (cento e noventa e nove) bancos distribuídos ao longo da área; 5 (cinco) quiosques com 3 (três) mesas cada, totalizando 15 mesas e um total de 57 assentos; 2 (dois) bebedouros; 94 (noventa e quatro) coletores de resíduos com separação de recicláveis; 05 (cinco) paraciclos e 06 (seis) totens com informações para o usuário.

Os bancos existentes no parque são divididos em três tipos (Figura 55). A primeira tipologia apresenta apenas o assento de concreto na cor azul e correspondem à 134 dos bancos do parque. A segunda tipologia apresenta o mesmo tipo de assento da tipologia anterior, mas com um encosto de madeira e suportes metálicos e correspondem à 55 bancos do parque. A última tipologia corresponde aos bancos de madeira com estrutura metálica na cor preta sendo que estes apresentam apenas 10 unidades no parque.



Figura 55. Bancos com encosto pré-moldados em concreto, bancos de concreto sem encosto e bancos de madeira com estrutura metálica. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.

Conforme pontuado, o parque apresenta também quiosques (Figura 56) que permitem o usuário sentar e aproveitar de um lugar à sombra.



Figura 56. Quiosque, com conjuntos de mesas e bancos em concreto. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.

As mesas e bancos dos quiosques são de concreto enquanto a estrutura que fornece sombra é feita de madeira e telha do tipo ecológica ou similar. Todos os quiosques apresentam um conjunto de 03 mesas totalizando 15 mesas. Já quanto aos bancos, 12 mesas apresentam 04 bancos por mesa enquanto as outras 03 mesas apresentam 03 bancos por mesa. Este conjunto de mesas que apresenta menos bancos, está localizado todo em um único quiosque.

Quanto aos bebedouros (Figura 57), é possível identificar dois modelos no parque. O primeiro modelo é um bebedouro de formato tubular e de concreto. O segundo modelo é do tipo metálico. A água é disponibilizada pela SABESP – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.



Figura 57. Tipos de bebedouros. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.

Quanto aos coletores de resíduos (Figura 58), mostra-se relevante informar que os mesmos apresentam diferenciação entre materiais recicláveis e orgânicos. As lixeiras são do tipo móveis e de material plástico.



Figura 58. Dupla de coletores com separação para resíduos recicláveis. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.

Estão distribuídos pelo Parque quatro paraciclos (Figura 59), ofertando ao usuário maior comodidade para utilizar o Parque em momentos de contemplação e descanso, após prenderem suas bicicletas nos espaços dedicados a isso. Os paraciclos são de concreto pintados na cor azul.



Figura 59. Paraciclo. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.

O Parque apresenta ainda totens de informação. O totem apresenta avisos gerais para os frequentadores e são distribuídos por todos os setores do espaço público.

Os totens são feitos de concreto. Atualmente, existe um total de 05 totens, sendo que estão majoritariamente localizados no setor Institucional.

6.4. ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DO PARQUE

O Parque da Juventude é administrado pela Coordenadoria de Parques e Parcerias (CPP) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente,

Infraestrutura e Logística de São Paulo (SEMIL) a partir do Decreto Estadual nº 58.258, de 01 de agosto de 2012, quando foi transferida a área administrada pela Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude para a então administração da Secretaria do Meio Ambiente.

Atualmente, a estrutura organizacional do Parque ocorre da seguinte forma:

- 01 gestor (a) responsável pela gestão do Parque da Juventude e toda a sua parte administrativa, e pelos contratos de serviços terceirizados, como limpeza, manutenção, vigilância, monitoria e Áreas Verdes – funcionário(a) SIMA;
- 02 monitores ambientais;
- 06 funcionários(as) de áreas verdes;
- 07 funcionários(as) de limpeza;
- 28 vigilantes.

Todos os funcionários, com exceção dos ligados à SEMIL, são contratados por empresas terceirizadas que prestam serviços contínuos de monitoria ambiental, manutenção de áreas verdes, limpeza predial e vigilância patrimonial para o parque. Além disso, o parque também possui contrato de prestação de serviços de Locação de Veículo Elétrico para transporte de passageiros, que é utilizado para fiscalização de serviços no Parque por parte da Administração.

O serviço de manutenção civil, incluindo edifícios e instalações, é prestado por empresa terceirizada, que também atende aos demais parques administrados pela Coordenadoria de Parques e Parcerias.

6.4.1. CONSELHO DE ORIENTAÇÃO

A Resolução SMA nº 27, de 26 de abril de 2013, criou o Conselho de Orientação do Parque da Juventude, que assegura o gerenciamento participativo e integrado com a sociedade civil. Atualmente, o Conselho

do Parque é regido e definido pela Resolução SIMA nº 41, de 29 de junho de 2020. Segundo esta, o Conselho do Parque deve ser composto por:

Artigo 3º - Os Conselhos de Orientação dos Parques Urbanos Estaduais Dr. Fernando Costa (Água Branca), Belém “Manoel Pitta”, Candido Portinari, Chácara da Baronesa, Ecológico da Guarapiranga, Ecológico da Várzea do Embu-Guaçu “Professor Aziz Ab’Saber”, Gabriel Chucre, Jequitibá, Juventude “Dom Paulo Evaristo Arns”, Villa-Lobos e outros que vierem a se submeter à administração da Coordenadoria de Parques e Parcerias - CPP, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente, serão compostos da seguinte forma:

I - 4 (quatro) representantes do Governo do Estado, titulares e suplentes, sendo 1 (um) representante da Coordenadoria de Parques e Parcerias, indicados pelo Secretário de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente;

II - 4 (quatro) representantes da sociedade civil, titulares e suplentes;

§1º - Será convidado a participar das reuniões de cada Conselho, com direito a voz, mas sem direito a voto, 1 (um) representante da Prefeitura Municipal da área em que o parque estiver localizado.

§2º - Quando o parque estiver abrangido por mais de uma Prefeitura Municipal, será convidado a participar 1 (um) representante de cada uma delas.

§3º - Os representantes da sociedade civil, titulares e suplentes, serão eleitos pelas instituições cadastradas conforme disposto nesta Resolução.

§4º - O mandato dos conselheiros será de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução por igual período.

As reuniões do Conselho são bimestrais e ocorrem toda última segunda-feira do mês e o atual Conselho foi eleito em 20 de outubro de 2021 de acordo com a Resolução SIMA nº113 para o biênio 2021-2023. As funções dos membros do Conselho não são remuneradas, mas consideradas como serviço público relevante.

Ainda segundo a Resolução, os Conselhos de Orientação dos Parques Urbanos possuem as seguintes atribuições:

Artigo 2º - Os Conselhos de Orientação dos Parques Urbanos têm, em suas respectivas áreas de atuação, as seguintes atribuições:

I - Acompanhar:

a) a elaboração do Regimento Interno do Conselho;

b) a elaboração, implementação e/ou revisão do plano diretor do parque, garantindo seu caráter participativo;

c) a aplicação dos recursos destinados ao parque;

II - Buscar a integração com:

a) os demais parques, áreas verdes e de lazer do Município;

b) seu entorno;

III - Manifestar-se sobre intervenções, atividades ou eventos propostos;

IV - Promover a articulação dos órgãos públicos, organizações não governamentais, população residente no entorno e iniciativa privada, para a concretização dos planos e ações de proteção, recuperação e melhoria do parque;

V - Sensibilizar a população local e os visitantes quanto à importância na manutenção e conservação das estruturas, equipamentos e áreas verdes para a contínua viabilidade de lazer, entretenimento e melhoria da qualidade de vida.

O Conselho de Orientação é de fundamental importância como ferramenta para a gestão de áreas públicas, visto que é o instrumento que permite a participação ativa da população no processo de gestão.

6.4.2. PERMISSIONÁRIOS E CESSÕES DE USO

O Parque apresenta atualmente apenas uma permissão de uso que não é onerosa. Tal permissão de uso foi firmada em 17 de janeiro de 2017, conforme Processo SELT nº 1211/08. Tal processo se refere a permissão de uso da Biblioteca de São Paulo.

Quando há permissão onerosa de uso de seus espaços, estas obedecem a regras pré-definidas em contrato.

6.4.3. COMPARTILHAMENTO DE IMÓVEIS

O parque apresenta três processos de compartilhamento de imóveis (Figura 59) firmados entre 2022 e 2023. O primeiro, elaborado entre a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa e Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL)¹, tem como objetivo a implantação de um circo para contemplar parte do

¹ Processo SIMA nº006939/2021-80

Programa Difusão do Circo de Lona – Circo no Parque. O segundo, firmado entre a SEMIL e a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP)² tem como objetivo transferir área do galpão do parque assim como parte de seu entorno imediato para promover o desenvolvimento dos servidores que compõem o quadro da SAP. O terceiro corresponde ao compartilhamento realizado com a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação ³para a criação de um restaurante para as ETECs. Os termos de compartilhamento de imóveis são elaborados utilizando como base a Deliberação do Conselho de Patrimônio Imobiliário (CPI) nº10 publicada no Diário Oficial no dia 13 de novembro de 2020.



Identificação de compartilhamento de imóveis
Google Earth



Legenda

- Galpão, compartilhamento com a Secretaria de Estado da Administração Penitenciária (SAP)
- Circo no parque, compartilhamento com a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (SEC)
- Restaurante, compartilhamento com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SDE)
- Limite Parque da Juventude

Figura 60. Identificação dos compartilhamentos de imóveis dentro do Parque da Juventude. Fonte: Base ortofoto do Google Earth 2022. Apresenta organização e alterações pela Coordenadoria de Parques e Parcerias.

² Processo SIMA nº052816/2022-91

³ Processo SIMA nº036111/2022-91

6.4.4. GESTÃO DE RESÍDUOS

A destinação dos resíduos produzidos no Parque é gerida pela empresa terceirizada prestadora de serviço de limpeza, contratada pela SEMIL. O acondicionamento destes resíduos é realizado no interior do parque e transportado por empresas especializadas no descarte e tratamento do montante gerado, que atualmente é feito pela Prefeitura de Santo André.

A empresa terceirizada responsável pelas áreas verdes encaminha para destinação adequada os materiais provenientes da coleta de galhos, folhas e troncos de árvores.

6.4.5. GESTÃO DE EVENTOS

A realização dos eventos que ocorrem no Parque é gerenciada pela equipe de Eventos da Coordenadoria de Parques e Parcerias/SEMIL e a fiscalização quanto ao cumprimento das normas previstas em contrato é feita por esta equipe em conjunto com a Administração do Parque.

A realização dos eventos deve considerar as normas da Resolução SMA nº70/2015, que permite que sejam realizados eventos temporários e de caráter ambiental, desportivo, cívico, educacional, agropecuário, cultural e artístico nos parques urbanos, com as seguintes características e condições, cumulativamente:

Artigo 1º - Fica o Coordenador da Coordenadoria de Parques Urbanos – CPU, nos termos do item 2 do § 1º do artigo 1º do Decreto Estadual nº 60.321, de 1º de abril de 2014, autorizado a outorgar autorização de uso a título precário, onerosa ou gratuita, de áreas internas dos parques urbanos, bem como de outras que também estejam sob a administração da Coordenadoria de Parques Urbanos da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, para a realização de eventos temporários e de caráter ambiental, desportivo, cívico, educacional, agropecuário, cultural ou artístico, com as seguintes características e condições, cumulativamente:

I - Com até 30 (trinta) dias de ocupação, considerando tempo de montagem, realização e desmontagem de toda a infraestrutura necessária à sua realização;

II - Que utilizarão uma área máxima de 10.000 m² (dez mil metros quadrados); e

III - Com atração, máxima, de público de até 5.000 (cinco mil) pessoas, por dia de evento.

Devem ser consideradas também as orientações que constam no Decreto Estadual nº 60.321, de 1º de abril de 2014. Segundo o Artigo 2º:

Artigo 2º - A Coordenadoria de Parques Urbanos da Secretaria do Meio Ambiente deverá apresentar, em cada caso, manifestação fundamentada que justifique e demonstre a viabilidade da outorga de permissão ou autorização de uso, bem assim a vantagem na sua adoção.

Parágrafo único – Quando se tratar de uso de áreas internas dos parques urbanos, a manifestação da unidade responsável pela gestão da área deverá demonstrar que a proposta está adequada ao estatuto de uso do parque, se houver, devendo ser precedida de pronunciamento favorável de seu Conselho de Orientação ou de órgão colegiado equivalente, se implementado.

Os eventos também são regulamentados pelas Resoluções SMA nº 117/2013 e 53/2016.

São realizados diversos eventos ao longo do ano e distribuídos por diferentes espaços do parque, especialmente próximo à Biblioteca São Paulo ou área de shows. O levantamento dos eventos realizados considera o recorte de 2019 até abril de 2023 (Tabela 2):

Tabela 02. Relação de eventos do Parque da Juventude de 2019-2023.

MÊS	EVENTO	LOCAL
02/2019	Cine São Paulo Inclusão	Em frente à Biblioteca São Paulo
08/2019	Apresentação musical	Em frente à Biblioteca São Paulo
09/2019	Canto Pela Paz	Gramado - Biblioteca São Paulo
11/2019	Sick Bastards Social Fest	Gramado - Biblioteca São Paulo
	Ação de Conscientização Outubro Rosa e Novembro Azul	Em frente à Biblioteca São Paulo

12/2019	LEMU Fest	Em frente à Biblioteca São Paulo
	Todos juntos contra o abandono	Próximo ao Espaço Canino
02/2020	One Service Project	Em frente à Biblioteca São Paulo
12/2021	Canto Pela Paz (Figura x)	Gramado - Biblioteca São Paulo
02/2022	Carreta Somos Água - SABESP	Em frente à Biblioteca São Paulo
01/2023	Arena Paralímpica	Quadras de basquete
02/2023 04/2023	Festival de Verão Praia São Paulo	Gramado próximo a pista de skate

Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.



Figura 61. Evento Festival de Verão Praia São Paulo. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.

6.4.6. GESTÃO DE FOTO E FILMAGEM

A equipe de eventos da Coordenadoria de Parques e Parcerias junto da administração do Parque da Juventude é responsável pela gestão e fiscalização dos contratos de foto e filmagem na área. A Resolução SMA nº 14/2013 estabelece que as regras estipuladas para a produção de vídeo-foto-cinematográfico para o Parque Villa-Lobos por meio da Resolução nº20/2010 se estende aos demais parques urbanos sob a administração da Secretaria Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística.

Tabela 03. Relação de foto e filmagem do Parque da Juventude de 2019-2023.

MÊS	FOTO/FILMAGEM	LOCAL
02/2019	Filmagem Honda	Em frente à Biblioteca São Paulo
03/2019	Fotos Netshoes	Áreas de gramado
07/2019	Filmagem Colgate	Áreas de gramado
09/2019	Filmagem Facebook	Áreas de gramado
06/2021	Série Documental Monumentos	Próximo das ruínas
12/2021	Web Série 60 Anos Aflato/Gasperini	Áreas de gramado

6.4.7. INICIATIVAS PARA RACIONALIZAÇÃO DE USO DE RECURSOS

As ações de uso racional da água e eficiência energética são previstas como obrigаторiedades nos contratos do Parque com empresas terceirizadas e permissionárias.

As ações de uso racional da água e eficiência energética são previstas como obrigаторiedades nos contratos do parque com empresas terceirizadas e permissionárias.

Já existe implantado no Parque da Juventude 02 postes com placas de captação de energia solar sendo que um está localizado atrás do prédio da Administração e o outro na ponte sob o córrego Carajás.

Além disso, mostra-se relevante pontuar como ação de racionalização de energia elétrica a doação realizada pela Entidade Nacional de Eletricidade (ENEL) em 2021 de árvores solares que não só permitem um espaço de contemplação do parque como também criam um ponto para recarga de celulares dos usuários e um ponto de iluminação noturno.

6.4.8. PROGRAMAS E PROJETOS PERMANENTES E ESPORÁDICOS

O Parque conta com atividades e projetos desenvolvidos por monitores ambientais contratados por empresa terceirizada. São oferecidos oficinas e minicursos aos finais de semana, em dois horários, às 9h00 e às 14h00, sobre temas como reaproveitamento, descarte consciente, preservação ambiental, fauna nos parques urbanos, recursos hídricos, recreação infantil, memória e história.

Oficina de colagem, oficina de bomba de semente, exposição de resíduos sólidos, plantar para colher, oficina de terrário fechado, kokedama, exposição de bicho-pau e de animais peçonhentos, trilha guiada são alguns exemplos das atividades oferecidas pelos monitores no parque. A equipe também faz atendimento a escolas e visitas guiadas espontâneas pelo parque, apresentando questões ambientais e relacionadas a memória e história do parque.

As atividades apresentam um cronograma mensal que é desenvolvido em conjunto do gestor do parque podendo sofrer alterações devido às questões climáticas.

Abaixo descreve-se brevemente atividades realizadas no Parque da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns:

- 1 Oficina de colagem:** De maneira criativa o usuário é convidado a refletir sobre a temática ambiental. A atividade é realizada com grupo entre duas e quatro pessoas apresentando um tempo estimado de quinze minutos.
- 2 Oficina de bombas de sementes:** Uma estratégia de reflorestamento ensinada para os usuários do Parque com uso de argila e sementes. A atividade é realizada com grupos entre duas e quatro pessoas apresentando um tempo estimado de quinze minutos.
- 3 Exposição de resíduos sólidos ou dendrologia:** Apresenta os diversos tipos de resíduos sólidos assim como seu tempo de decomposição e seu impacto no meio ambiente. Já a dendrologia apresenta aspectos morfológicos, anatômicos e fisiológicos. A atividade é realizada com grupos entre cinco e oito pessoas apresentando um tempo estimado de quinze à vinte e cinco minutos.
- 4 Plantar para colher:** O projeto plantar para colher é uma iniciativa da equipe de monitoria que estabeleceu uma horta coletiva dentro do Parque.
- 5 Oficina de terrário fechado:** A atividade cria um terrário fechado que permite observar o desenvolvimento de um pequeno ecossistema. A atividade é realizada com grupos entre duas e quatro pessoas apresentando um tempo estimado de quinze à trinta minutos.
- 6 Kokedama:** Técnica ornamental de paisagismo para cultivo de planta sem o uso de vasos. A atividade é realizada com grupo entre cinco e dez pessoas apresentando um tempo estimado de trinta à quarenta e cinco minutos.
- 7 Exposição de bicho pau e animais peçonhentos:** Explicando as características específicas do bicho-pau ou animais peçonhentos.

Trata-se sobre comportamento e funcionalidade biológica. A atividade é realizada com grupos entre cinco e quinze pessoas apresentando um tempo estimado de cinco à dez minutos.

8 Trilha guiada: Em um percurso de 263m lineares a equipe de monitoria aborda sobre biodiversidade, fauna, flora, captação de água de chuva, aquíferos, importância da serapilha, micro clima e rios voadores. Uma experiência completa sobre questões ambientais com grupos entre cinco e dez pessoas apresentando um tempo estimado de quinze à vinte e cinco minutos.

9 Oficina de brinquedos: Demonstra-se as crianças como é possível criar brinquedos com material reciclável com garrafas pet. Tal oficina permite realizar um processo conscientização das crianças sobre a importância de reutilizar.

10 Monitorias espontâneas entre as ruínas e muralhas: Visita guiada entre as ruínas e muralhas presentes no Parque, enfatizando sua importância histórico-cultural. A atividade é realizada com grupos entre cinco e oito pessoas apresentando um tempo estimado de vinte e cinco a quarenta minutos.

11 Monitoria regular pelo Parque da Juventude: Visita agendada para caminhar pelo Parque apresentando os lugares, suas curiosidades, história, espécies de fauna e flora. A atividade é realizada com grupos entre dez e trinta pessoas podendo ser de faculdades, escolas, famílias ou Organizações Não Governamentais apresentando um tempo estimado de sessenta à cento e trinta minutos.

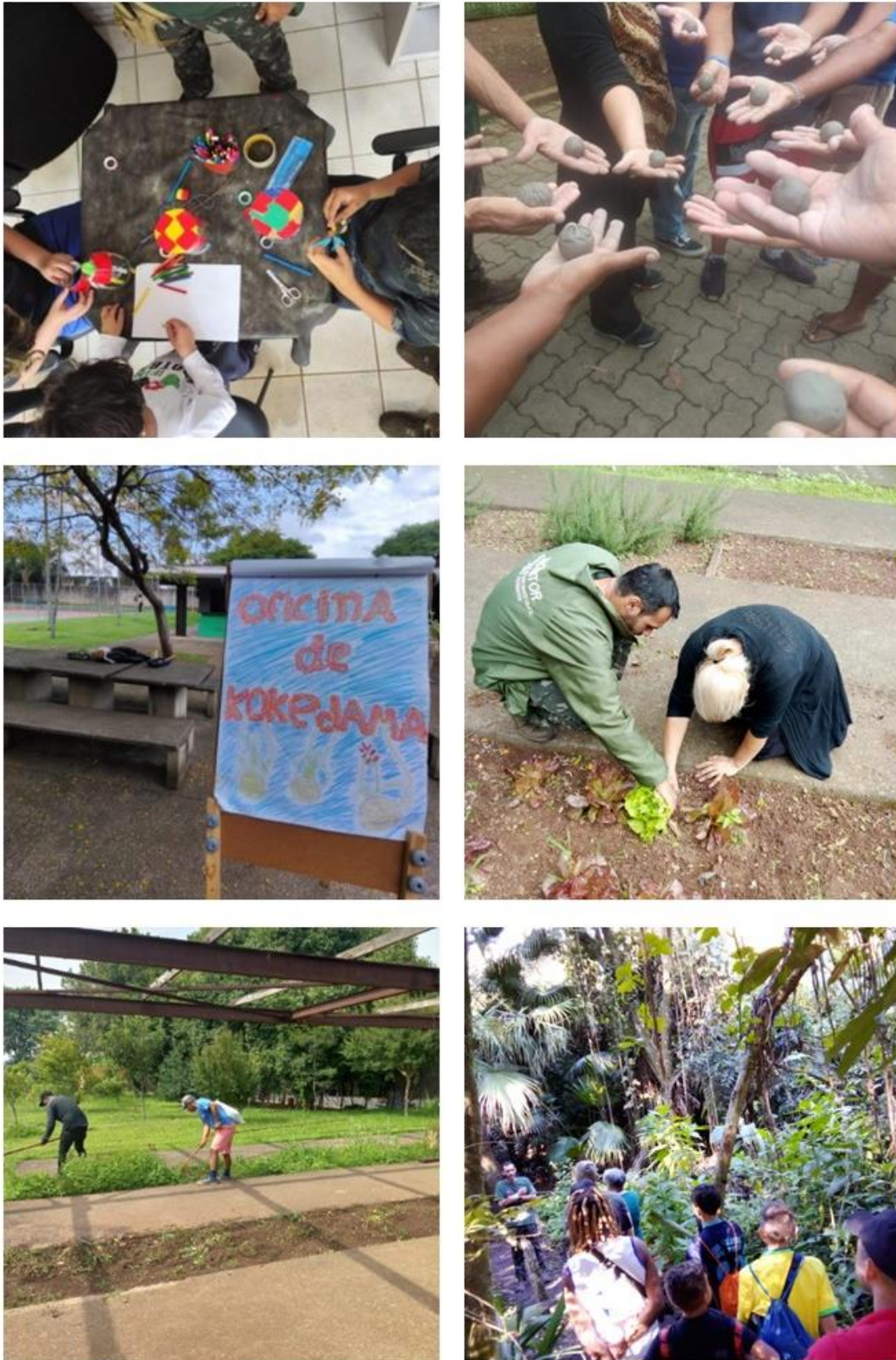


Figura 62. Atividades de educação ambiental no Parque da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.

6.4.9. COMUNICAÇÃO

A comunicação e divulgação das atividades e notícias relacionadas ao Parque é realizada por meio do site <https://semil.sp.gov.br/sma/parques-urbanos/> e das redes sociais (Instagram e Facebook) da Secretaria de Meio Ambiente Infraestrutura e Logística de São Paulo (SEMIL).

7. USOS E ATIVIDADES

Para identificação dos usos e atividades do Parque Estadual Chácara da Baronesa foi realizado um estudo dividido em duas partes. Primeiramente, se apresenta de forma breve cada um dos edifícios, equipamentos e estruturas organizando em classificações específicas de acordo com o tipo de atividade realizada. Após tal introdução, realiza-se um levantamento geral identificando os quantitativos de cada classificação.

7.1. ESPORTIVO

Para identificação dos usos e atividades do Parque da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns foi realizado um estudo dividido em duas partes. Primeiramente, se apresenta de forma breve cada um dos edifícios, equipamentos, monumentos e estruturas organizando em setores do parque. Após tal introdução, realiza-se um levantamento geral identificando os quantitativos de cada classificação.

7.1.1. ATIVIDADES FÍSICAS VINCULADAS À ESPORTES

As **04 quadras de futsal**, **03 quadras de basquete** (Figura 63), **01 quadra de vôlei** (Figura 64), **02 quadras de tênis** e **01 pista de skate** (Figura 65) são os equipamentos inseridos na presente classificação. Considerados como acessórios para prática esportiva, são amplamente utilizados pelos usuários do Parque. Todos os equipamentos citados estão localizados no setor esportivo do Parque.



Figura 63. Conjunto de quadras de basquete ao lado da pista de skate. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.



Figura 64. Conjunto de quadras de basquete e quadra de vôlei ao lado da pista de skate. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.



Figura 65. Pista de skate do Parque da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.

7.1.2. ATIVIDADES DO TIPO AERÓBICA OU DE GINÁSTICA

Tal tipo de atividade é identificada em dois setores: esportivo e institucional.

Na área esportiva encontra-se a **pista de cooper** (Figura 66) em piso intertravado com extensão de 2km, uma **academia ao ar livre** em frente a pista de skate e duas **salas de ginástica** localizadas cada uma em um bloco edificado sendo que cada edificação está situada abaixo na marquise principal de tal setor.

Já no setor institucional, tal prática é realizada por meio de **equipamentos de ginástica ao ar livre** (Figura 67). O setor apresenta dois conjuntos. O primeiro, que apresenta também equipamentos acessíveis, está localizado próximo ao playground do Parque. Já o segundo local está situado próximo a portaria da Avenida Ataliba Leonel.



Figura 66. Pista de cooper do Parque da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.



Figura 67. Equipamentos de ginástica do Parque da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.

7.2.LAZER E CULTURA

Os espaços que apresentam uso de lazer ou cultural podem ser segmentadas entre as seguintes atividades: contemplativas, recreativas e institucionais. Tais atividades estão localizadas nos setores central e institucional do Parque.

7.2.1. ATIVIDADES CONTEMPLATIVAS

As atividades contemplativas podem ser segmentadas de acordo com o elemento objeto da ação sendo que tal uso está distribuído nos setores institucional e central do Parque da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns.

Primeiro, se apresenta as duas atividades que envolvem grandes elementos, localizadas na área central do Parque, sendo eles: o passeio pela **muralha e ruínas do antigo Complexo do Carandiru** e apreciação do **córrego Carajás** e suas margens.

Depois pontua-se as que estão relacionados os monumentos instalados no Parque, sendo elas: **Espheropeia**, obra de Gilberto Salvador de 2014, **Monumento da Paz, idealizada** por Gaetano Brancati Luigi de 2011, e **“Um Sonho de Liberdade”**, sendo tal instalação uma doação da Fundação Mário Covas ao Parque em 2016.

O conjunto das ruínas e muralha (Figuras 68 e 69), localizados na área central do Parque, corresponde a um local procurado pelo público, principalmente, pelo valor histórico e cenográfico. O percurso por ambos os elementos pode ser feito sem acompanhamento, mas a equipe de monitoria ambiental apresenta um roteiro que aborda tais elementos. Existe, entretanto, parte do percurso da muralha que é restrito a circulação tendo em vista questões operacionais relacionadas à área e estrutura.



Figura 68. Área da muralha do antigo Complexo do Carandiru do Parque da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.



Figura 69. Área das ruínas do Parque da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.

O último macro elemento de contemplação consiste no córrego Carajás, também conhecido como córrego Carandiru (Figura 70). Tal elemento hídrico é responsável por realizar a divisão entre os setores institucional e central do Parque.



Figura 70. Córrego Carajás cruzando o Parque da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.

Já a Esferopeia (Figura 71), obra de Gilberto Salvador de 2014, se trata de uma “aranha gigante” em frente a um conjunto de pedras. As declarações de Salvador sobre a obra dizem que a obra retoma as questões de valorização da vida como uma crítica ao antigo sistema de Complexo Penitenciário do Carandiru (PEDROSO, 2021).

O Monumento da Paz (Figura 72), instalado em 2011, faz parte de um conjunto de obras da mesma temática idealizada por Gaetano Brancati Luigi, sendo o primeiro deste conjunto inaugurado em 2000 no Pátio do Colégio. A inspiração de tal monumento vem das memórias da infância do artista do período da Segunda Guerra Mundial. O sino é uma representação do estabelecimento da paz no mundo em tal época (PEDROSO, 2021).



Figura 71. Esferopeia do Parque da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.



Figura 72. Monumento da Paz do Parque da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.

Já a escultura “Um Sonho de Liberdade” (Figura 73), obra de mais de cinco metros de altura de Domenico Serio Calabrone, se trata de um elemento doado pela Fundação Mário Covas em 2016. Consiste no único elemento externo que apresenta por placas indicativas a história do Complexo Penitenciário do Carandiru. Tal elemento foi instalado como forma de homenagear “Mario Covas e a todos que lutaram pela liberdade”, conforme escrito na placa do monumento. A escultura está instalada no local em que se encontrava o Pavilhão 09 da Casa de Detenção de São Paulo – Carandiru (PEDROSO, 2021).



Figura 73. “Um Sonho de Liberdade” do Parque da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.

7.2.2. ATIVIDADES RECREATIVAS

Para esta classificação considera o núcleo de **playground** (Figura 74) localizados no Parque, localizado no setor institucional próximo aos banheiros e da academia ao ar livre.

Além dos playgrounds considera-se como espaços existentes para as atividades recreativas, **o espaço de piquenique** (Figura 75), o **cachorródromo** (Figura 76), **área de eventos** (Figura 77), e o **Projeto Mundo do Circo** (Figura 78) que, conforme citado no item 6.4.3, se trata de um processo de compartilhamento de área.



Figura 74. Playground do Parque da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.



Figura 75. Espaço de piquenique do Parque da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.



Figura 76. Cachorródromo do Parque da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.



Figura 77. Área de eventos do Parque da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.



Figura 78. Playground do Parque da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.

7.2.1. ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

Uso que apresenta maior destaque dentro do setor institucional. As **Escolas Técnicas Parque da Juventude – Centro de Paula Souza e das Artes** (Figura 79), estabelecida pelo Decreto N° 53.535, de 9 outubro de 2008, e a **Biblioteca de São Paulo** (Figura 80) compõem os edifícios que promovem esse tipo de atividade.

Dentro deste conjunto insere-se também a edificação denominada **restaurante** (Figura 81 e 82). Anteriormente utilizado como área de acesso pública do Parque, apresentava um serviço de alimentação para os frequentadores. Entretanto, considerando a demanda das Escolas Técnicas para fornecer um serviço de alimentação para os alunos tal espaço foi compartilhado com tal instituição de ensino para atendimento da supracitada necessidade.



Figura 79. ETECs do Parque da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.



Figura 80. Biblioteca de São Paulo do Parque da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.



Figura 81. Restaurante do Parque da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.



Figura 82. Restaurante do Parque da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.

7.3.AMBIENTAL

Os espaços que apresentam vinculado as questões ambientais são o a **horta** existente no ao lado da administração, a **trilha** (Figura 83) em área de vegetação densa originalmente utilizada para arborismo, o **jardim educativo**, o **Plantio Verdejando** e o **pomar de Dom Paulo Evaristo Arns**.

Os espaços classificados como ambientais permitem uma interação ativa ou passiva com o meio ambiente.

Tais relações serão explicitadas ao tratar sobre cada elemento em específico. Mostra-se relevante pontuar que as atividades realizadas nos espaços fazem parte das ações de educação ambiental do Parque.



Figura 83. Trilha do Parque da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.

A trilha, inaugurada em 2022, consiste em um passeio por parte da área de preservação existente dentro do Parque. Tal trajeto foi estabelecido com o uso de bambus para delimitar o caminho de passeio por dentro

da área de densa vegetação. É possível identificar pela caminhada diversos tipos de exemplares arbóreos como, por exemplo, tipuanas, eucaliptos e cafeeiros.

A equipe de monitoria do Parque realiza o acompanhamento dos visitantes da trilha.



Figura 84. Horta do Parque da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.

A horta (Figura 84), localizada ao lado do centro administrativo, é um espaço de uso compartilhado entre a ETEC e os monitores de educação ambiental do Parque. Enquanto a ETEC desenvolve atividades com seus alunos voltado às questões de plantio.

Os monitores desenvolvem junto do público do parque o cultivo de cebolinha, alface, alecrim e coentro. Tal ação é denominada de “Projeto Plantar Para Colher”, conforme citado anteriormente no item 6.4.8 sobre as atividades esporádicas existentes no Parque da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns.



Figura 85. Jardim Educativo do Parque da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.

A área do Jardim Educativo (Figura 85) foi promovida por uma das equipes de monitoria ambiental. Anteriormente, a área apresentava a sede das atividades de educação e o jardim indicava a entrada do espaço.

Mostra-se relevante destacar também os plantios realizados no Parque. Primeiramente, pontua-se o Plantio Verdejando que partiu de um projeto promovido pela Rede Globo que visa à conscientização da população para a preservação do verde. Em um segundo momento, destaca-se o pomar de Dom Paulo Evaristo Arns se tratou de uma iniciativa de conselheiros do Instituto Vladimir Herzog e de familiares e amigos de Dom Paulo Evaristo Arns pensando em homenageá-lo após dois anos de sua morte. O pomar consiste no plantio de 30 mudas de árvores frutíferas nativas da Mata Atlântica em homenagem aos 30

artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que completou 70 anos na época e aos anos de vigência da Constituição Brasileira⁴.

7.4. GESTÃO, OPERAÇÃO E SERVIÇOS

O presente tópico aborda as questões vinculadas a administração e dos serviços fornecidos aos usuários. Dentro desta classificação considera-se os seguintes elementos do Parque: **centro administrativo** do Parque, **galpão com reservatório de água**, os 02 **estacionamentos**, 01 **lanchonete**, 02 **postos de vigilância**, 03 **portarias** (conforme capítulo 5.2), 03 **módulos de sanitários**, 01 **reservatório de água** e 05 **cabines de energia**.

7.1. GESTÃO



Figura 86. Centro administrativo do Parque da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.

⁴ Fonte: Instituto Vladimir Herzog. Disponível em: <<https://vladimirherzog.org/parque-da-juventude-e-rebatizado-e-passa-a-homenagear-dom-paulo-evaristo-arns/>>.

O centro administrativo (Figura 86) apresenta sanitários, sala de reunião, uma copa e uma área de apoio à equipe de manutenção, materiais, vestiários e refeitório dos funcionários das empresas terceirizadas de limpeza, segurança e manutenção.



Figura 87. Galpão do Parque da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.

O galpão e o reservatório de água, localizados na porção leste do Parque, fazem parte de uma área cuja administração é feita pela Secretaria de Administração Penitenciária por meio Termo de Compartilhamento de Imóvel.

7.2.SERVIÇOS

Os estacionamentos (Figura 88) do Parque estão localizados em duas extremidades.

Na porção leste, o estacionamento, que apresenta acesso pela Avenida Zaki Narchi, possui um total de 1.100 m² e 33 vagas comuns, 1 vaga acessível, 3 vagas para idosos e 10 vagas para motos. Este primeiro bolsão apresenta funcionamento das 6h às 19h.

Já na porção oeste, o estacionamento, que apresenta acesso pela Avenida Cruzeiro do Sul, possui um total de 6.500 m² e 200 vagas comuns, 4 vagas acessíveis, 4 vagas para idosos, 4 vagas para gestantes, 22 vagas para motos. Este segundo bolsão apresenta funcionamento das 6h às 23h devido ao horário das aulas das ETECs e do funcionamento do Circo no Parque. Atualmente, o espaço não apresenta permissão de uso implantada.



Figura 88. Bolsão de estacionamento da Avenida Zaki Narchi à esquerda e o bolsão de estacionamento da Avenida Cruzeiro do Sul à direita. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.

A lanchonete (Figura 89), sem permissão de uso implantada, consiste em um bloco do edifício com mesas em sua proximidade. O espaço, hoje, está sendo utilizado como um espaço multiuso para promoção de atividades de educação ambiental.



Figura 89. Lanchonete do Parque da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.

O Parque apresenta 03 (três) módulos de sanitários localizados em dois setores, de acordo com as fases de implantação do projeto. Todos os módulos sanitários disponíveis para uso público apresentam cabine acessível.

No setor esportivo, o módulo está localizado em um dos blocos situados embaixo da marquise principal de tal porção do Parque. No setor institucional, o módulo de sanitário está localizado próximo ao playground e academia ao ar livre. Por último, no setor central, os sanitários estão localizados próximos da portaria da Avenida Ataliba Leonel.

Além dos banheiros disponíveis para o público em tais módulos sanitários, é possível identificar tal tipo de serviço no centro administrativo, que apresenta uso restrito para os funcionários do Parque, nas Escolas Técnicas e na Biblioteca de São Paulo.



Figura 90. Módulo de sanitários do setor esportivo do Parque da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.



Figura 91. Módulo de sanitários do setor institucional do Parque da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.

7.3. INFRAESTRUTURA



Figura 92. Cabines de energia secundária (Do canto superior esquerdo localizada na portaria da Avenida Zaki Narchi, do canto superior direito na Avenida Ataliba Leonel, do canto inferior esquerdo localizado próximo da administração e do canto inferior direito na área interna do restaurante). Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.

O Parque apresenta 04 cabines secundárias que distribuem a energia para o Parque.

As cabines localizadas na portaria Avenida Zaki Narchi e no restaurante não estão em edifícios dedicados exclusivamente ao processo de

distribuição de energia. Já as cabines da administração e próximo da Ataliba Leonel (nas margens do córrego) são blocos edificadas com uso apenas como cabine secundária (Figura 92).

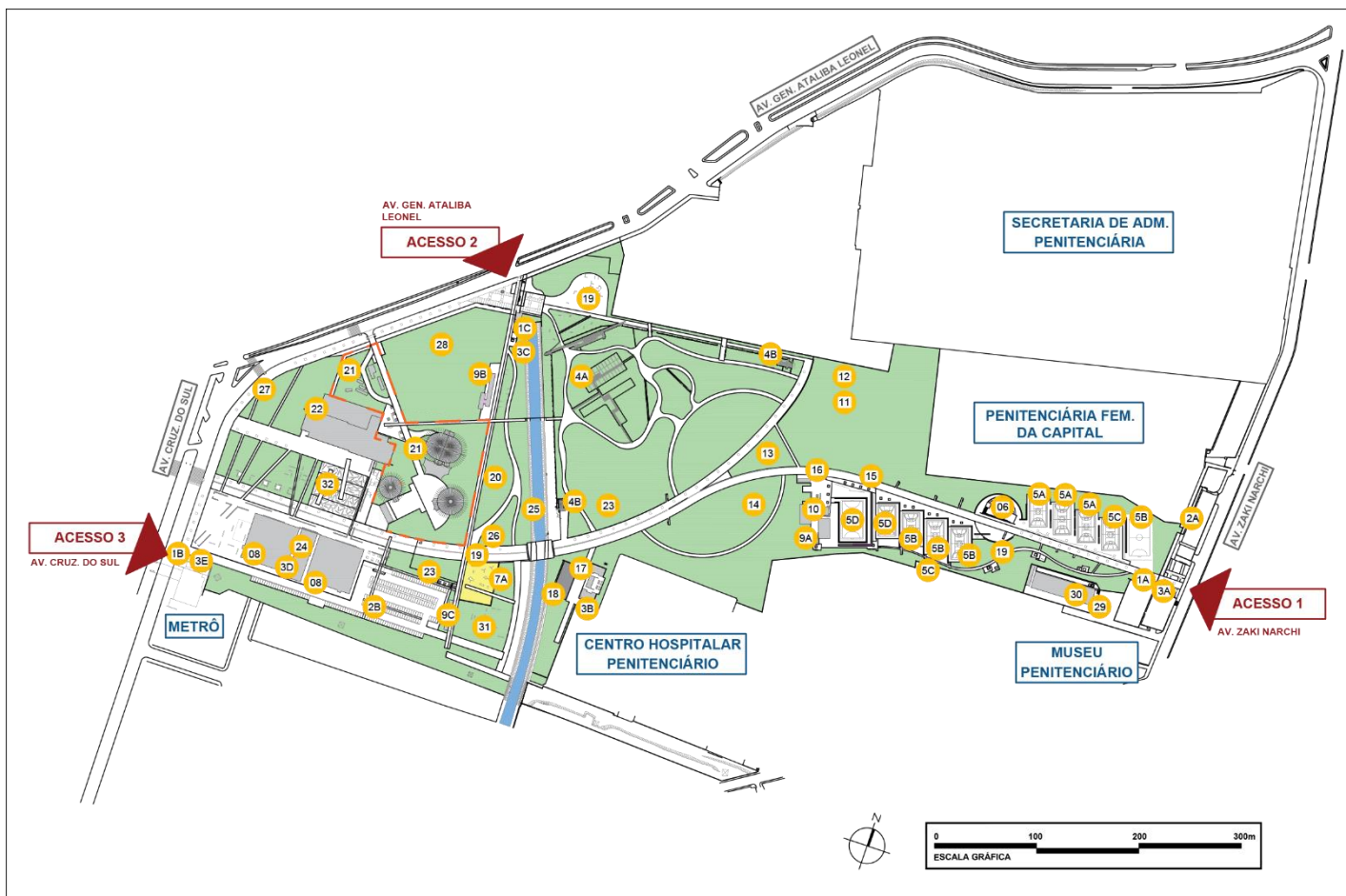


Figura 93. Cabines de energia primária. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.

O Parque apresenta ainda uma cabine primária de energia (Figura 90) localizada próxima da entrada da Avenida Cruzeiro do Sul. O edifício referente a tal cabine é de uso exclusivo para o fornecimento de energia do Parque da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns.

7.4. LEVANTAMENTO GERAL

Por último, realiza-se um levantamento geral dos pontos de destaque do parque subdividindo os mesmos por tipo de atividades. O estudo realizado identificou 48 áreas de atividade no Parque da Juventude - Dom Paulo Evaristo Arns.



LEGENDA

- | | | |
|--------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------|-------------------------------------|
| 1 - PORTARIAS (4 UNID.) | 8 - ETECs | 20 - MONUMENTO DA PAZ |
| 2 - ESTACIONAMENTOS (2 UNID.) | 9 - SANITÁRIOS | 21 - CIRCO NO PARQUE |
| 3 - CABINE DE ENERGIA (CABINE PRIMÁRIA 3E) | 10 - LANCHONETE E SALAS DE GINÁSTICA | 22 - BIBLIOTECA |
| 4A - RUÍNAS | 11 - BOSQUE (ÁREA DE PRESERVAÇÃO) | 23 - ESPAÇO DE MEMÓRIA DO CARANDIRU |
| 4B - MURALHA | 12 - TRILHA | 24 - RESTAURANTE |
| 5A - QUADRAS DE BASQUETE (3 UNID.) | 13 - ESPHEROPEIA | 25 - CÔRREGO CARAJÁS |
| 5B - QUADRAS DE FUTSAL (4 UNID.) | 14 - MONUMENTO <i>EL PEREGRINO</i> | 26 - "UM SONHO DE LIBERDADE" |
| 5C - QUADRAS DE VÔLEI (1 UNID.) | 15 - PISTA DE COOPER (2KM) | 27 - PROJETO VERDEJANDO |
| 5D - QUADRAS DE TÊNIS (2 UNID.) | 16 - POSTO DE VIGILÂNCIA - ANTIGA PORTARIA | 28 - POMAR DOM PAULO EVARISTO ARNS |
| 6 - PISTA DE SKATE | 17 - ADMINISTRAÇÃO | 29 - RESERVATÓRIO DE ÁGUA |
| 7 - PLAYGROUND (2 UNID.) | 18 - HORTA COMUNITÁRIA | 30 - GALPÃO |
| | 19 - ACADEMIA AO AR LIVRE COM EQUIP. PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA | 31 - JARDIM EDUCATIVO |
| | | 32 - ESPAÇO DE MEMÓRIA DO CARANDIRU |

Figura 94. Levantamento de áreas do Parque da Juventude. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.

TIPO	ID	ÁREA	SUBTOTAL
Esportivo	5B	Quadra de futsal A	11
	5B	Quadra de futsal B	
	5B	Quadra de futsal C	
	5B	Quadra de futsal D	
	5C	Quadra de vôlei	
	5A	Quadra de basquete A	
	5A	Quadra de basquete A	
	5A	Quadra de basquete A	
	5D	Quadra de tênis A	
	5D	Quadra de tênis B	
	6	Pista de skate	
	10	Salas de ginástica	
	15	Pista de cooper 2km	
	19	Academia ao ar livre	
Lazer e cultura	3	Cabine de energia restaurante	11
	4A	Ruínas	
	4B	Muralha	
	7	Playground	
	8	ETECs	
	20	Monumento da Paz	
	21	Circo no Parque	
	22	Biblioteca de São Paulo	
	24	Restaurante	
	26	“Um Sonho de Liberdade”	
32	Área de eventos temporários		
Ambiental	11	Bosque (área de preservação)	10
	12	Trilha	
	13	Esferopeia	
	14	Monumento El Peregrino	
	18	Horta comunitária	
	23	Espaço de memória Carandiru	
	25	Córregos Carajás	
	27	Projeto Verdejando	
	28	Pomar Dom Paulo Evaristo Arns	
	31	Jardim educativo	
Gestão, operação e serviços	1A	Portaria Avenida Zaki Narchi	5
	1B	Portaria Avenida Cruzeiro do Sul	
	1C	Portaria Avenida Ataliba Leonel	
	2A	Estacionamento Zaki Narchi	
	2B	Estacionamento Cruzeiro do Sul	
	3A	Cabine de energia Zaki Narchi	
	3B	Cabine de Energia Adm.	

	3C	Cabine de energia Cara	
	9A	Sanitário setor esportivo 01	
	9B	Sanitário setor institucional 01	
	9C	Sanitário setor institucional 02	
	10	Lanchonete	
	16	Posto de vigilância	
	17	Administração	
	29	Reservatório de água	
	30	Galpão	
TOTAL			48

Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.

8. SETORIZAÇÃO

O Parque Chácara da Baronesa se destaca por ser importante área verde e patrimônio histórico para a população. Deste modo, para uma organização clara e objetiva de seus usos, requer uma setorização pensando no ordenamento das tipologias e intensidades de uso e o manejo de recursos naturais, que podem variar de acordo com cada setor. Para isso, o Parque foi dividido em quatro setores com características específicas que demandam diretrizes diferenciadas. Os nomes dados a cada setor não definem tudo que existe/ocorre em cada um deles e não restringe usos diferenciados e concomitantes, mas sim o que ali é preponderante.

Antes de tratar especificamente de cada setor, mostra-se relevante pontuar que o Parque apresenta espaços de ocupação irregular, conforme pontuado em capítulos anteriores. Destaca-se que tais áreas não foram classificadas dentro da setorização proposta tendo em vista que estes espaços ainda se encontram em processo de arrolamento pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo para, posteriormente, reintegrarem ao Parque com uma futura definição de usos.

SETOR LAZER E CULTURA

Setor que concentra as atividades de educação, lazer, recreação e cultura no parque. Tal setor está distribuído próximo da entrada principal e dos edifícios históricos. É onde estão localizados equipamentos como, por exemplo, as estruturas tombadas do Parque. Além de tais equipamentos, é possível identificar também dentro deste setor a presença dos equipamentos de playground voltados para o lazer infantil.

SETOR AMBIENTAL

Denominado setor ambiental por concentrar as áreas verdes do Parque, a maior parte das atividades que ocorrem na área são atividades de educação ambiental e de vegetação densa. Os usos e atividades que já ocorrem ou que venham a ocorrer devem ser compatibilizados com a temática ambiental, entretanto, não estão limitados a essa questão, são permitidos eventos e atividades diferenciadas, mas estas devem garantir a preservação do meio.

SETOR ESPORTIVO

Este setor concentra as atividades esportivas do Parque, sendo: o Campo de Futebol não oficial, a quadra poliesportiva e as academias ao ar livre. Apesar de apresentar tal uso característico, as áreas delimitadas dentro de tal setorização não limitam a realização de eventos e atividades dentro de tal temática.

SETOR DE GESTÃO, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

Este setor concentra as atividades vinculadas a operacionalização do Parque. São classificados como equipamentos desse setor edifícios como, por exemplo, a administração, as cabines de energia e as portarias. Apesar de apresentar tal uso característico, as áreas delimitadas dentro de tal setorização não limitam a realização de eventos e atividades dentro de tal temática.



LEGENDA

 LAZER E CULTURA	 AMBIENTAL	 ESPORTIVO	 GESTÃO, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<ul style="list-style-type: none"> 3 - CABINE DE ENERGIA (CABINE PRIMÁRIA 3E) 4A - RUÍNAS 4B - MURALHA 7 - PLAYGROUND (2 UNID.) 8 - ETECS 20 - MONUMENTO DA PAZ 21 - CIRCO NO PARQUE 22 - BIBLIOTECA 24 - RESTAURANTE 26 - "UM SONHO DE LIBERDADE" 32 - ÁREA DE EVENTO 	<ul style="list-style-type: none"> 11 - BOSQUE (ÁREA DE PRESERVAÇÃO) 12 - TRILHA 13 - ESPHEROPEIA 14 - MONUMENTO <i>EL PEREGRINO</i> 18 - HORTA COMUNITÁRIA 23 - ESPAÇO DE MEMÓRIA DO CARANDIRU 25 - CÔRREGO CARAJÁS 27 - PROJETO VERDEJANDO 28 - POMAR DOM PAULO EVARISTO ARNS 31 - POMAR DOM PAULO EVARISTO ARNS 	<ul style="list-style-type: none"> 5A - QUADRAS DE BASQUETE (3 UNID.) 5B - QUADRAS DE FUTSAL (4 UNID.) 5C - QUADRAS DE VÔLEI (1 UNID.) 5D - QUADRAS DE TÊNIS (2 UNID.) 6 - PISTA DE SKATE 15 - PISTA DE COOPER (2KM) 19 - ACADEMIA AO AR LIVRE COM EQUIP. PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA 	<ul style="list-style-type: none"> 1 - PORTARIAS (4 UNID.) 2 - ESTACIONAMENTOS (2 UNID.) 3 - CABINE DE ENERGIA (CABINE PRIMÁRIA 3E) 9 - SANITÁRIOS 10 - LANCHONETE E SALAS DE GINÁSTICA 16 - POSTO DE VIGILÂNCIA - ANTIGA PORTARIA 17 - ADMINISTRAÇÃO 29 - RESERVATÓRIO DE ÁGUA 30 - GALPÃO
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Figura 95. Setorização de áreas do Parque da Juventude. Fonte: Coordenadoria de Parques e Parcerias, 2023.

9. RECOMENDAÇÕES E DIRETRIZES

9.1. AMBIENTAIS

9.1.1. SOLO

- A. Avaliar a implantação de medida mitigadoras e o monitoramento para evitar o descarte de lixo dentro da área o Parque.
- B. A área, apesar de drenada, possui lençol freático elevado, sendo pouco adequada à disposição de efluentes e aterros devido à baixa permeabilidade. Sendo assim, coloca-se como ponto de atenção o fato de a área estar sujeita à disposição de finos durante enchentes, por decantação e de areais e seixo por acréscimo lateral.
- C. Restrições quanto a enchentes anuais devido à dificuldade de escoamento, antigos alagadiços com solos moles.
- D. Necessário atenção as estruturas do Parque devido à possibilidade de estabilidade precária das paredes de escavação devido à ocorrência de solos moles, recalque de fundações, com provável danificação das redes subterrâneas por recalque.
- E. Atenção e acompanhamento das áreas favoráveis ao assoreamento, com risco de inundação pluvial e fluvial, e contaminação.
- F. Avaliar o monitoramento de contaminantes no solo e água de forma contínua e quando da implantação de obras e escavações.

9.1.2. HIDROLOGIA

- A. Realizar diagnóstico quanto ao excesso de escoamento superficial (águas pluviais) no Parque, envolvendo: (i) identificação e acompanhamento de mapeamentos das áreas de risco à inundação, incluindo estudos hidráulicos realizados (por exemplo, mapa de manchas de inundações de DAEE, 2013) e (ii) avaliação dos efeitos da impermeabilização do Parque, visando definição de restrição e controle de mudanças de uso do solo.

- B. Articular com a SABESP e outros entes envolvidos em programas de despoluição de córregos urbanos para desenvolvimento de estratégias ou ações voltadas ao controle de lançamento irregulares/provisórios de esgotos em córregos ou galerias na bacia hidrográfica, e à promoção da melhoria da qualidade da água do córrego do Carandiru.
- C. Articular com instituições de ensino, pesquisa, ciência e tecnologia, o desenvolvimento de estudos e pesquisas que viabilizem a produção e/ou aprofundamento do conhecimento científico em temas relacionados a funções hidrodinâmicas do Parque: (i) caracterização do fluxo da água subterrânea na camada de solo e materiais aterrados, sua relação hidráulica com o aquífero sedimentar sotoposto, e estimativa da capacidade de infiltração da água e mecanismos de recarga dos aquíferos freático e profundo; (ii) mudanças morfológicas hidrodinâmicas na micro-bacia do córrego do Tamanduateí; (iii) armazenamento temporário e de amortecimento das águas de escoamento superficial e a capacidade de atuação do parque nessa função.

9.1.3. FAUNA

- A. Integrar e valorizar a fauna nos programas de educação ambiental e lazer do Parque com informações básicas sobre a sua história natural e importância ecológica com o objetivo de contribuir com a conservação da biodiversidade ao sensibilizar as pessoas e possibilitar que dúvidas e preconceitos sejam esclarecidos.
- B. Continuidade do inventário da fauna local. Sugerimos priorizar grupos como vertebrados terrestres, borboletas e abelhas sociais nativas, que prestam serviços ecológicos importantes para o parque e entorno.

- C. Encaminhar animais feridos a centros de reabilitação de animais silvestres por meio da Polícia Militar Ambiental ou Guarda Civil Metropolitana Ambiental.
- D. Funcionários e prestadores de serviço estão mais expostos à espécies como escorpiões, aranhas, vespas e abelhas e devem ter um treinamento sobre a presença delas e sua importância ecológica, a prevenção de acidentes e sobre o manejo adequado do ambiente para evitar e reduzir a proliferação destas espécies, buscando uma convivência humano-fauna.
- E. Se necessário, o controle de espécies que podem impactar o paisagismo, como lagartas e formigas saúva, deve ser feito com orientação de profissional especializado e, no caso do uso de agentes químicos, deve considerar os riscos de contaminação do ambiente e de intoxicação das demais espécies.

9.1.4. FLORA

- A. Promover estratégias de promoção de proteção dos exemplares arbóreos durante as atividades de manejo das áreas verdes. Como exemplo, cita-se a possibilidade de antes do processo de roçagem do gramado realizar a proteção do caule da árvore com barreira de PVC ou, ainda, fazer o coroamento de cada exemplar arbóreo com o material cortado do gramado.
- B. Mapear exemplares que possam ter seu desenvolvimento afetado devido as características do solo do Parque e, em caso de identificação de espécies mortas, recomenda-se novos plantios preferencialmente com espécies nativas e sejam realizados com elaboração de “berços” de dimensões generosas e substituição do solo.
- C. No fragmento de vegetação com espécies nativa chamado de “Trilha das Orquídeas”, se verificou que a área tem grande presença de eucaliptos, jambolão, lianas, monstera, pés de café (coffea arábica), bananeiras (Musa sp.), bem como grande

- proliferação de palmeiras-leque (*Livistona chinensis*), sendo recomendado o manejo para controle das espécies com comportamento invasor e enriquecimento com essências nativas da mata atlântica.
- D. Com relação aos carpetes de briófitas presentes no Parque, utilizando os estudos de Visnadi (2023), aponta-se a possibilidade de manutenção do extenso carpete em frente ao prédio da Escola Técnica Estadual (ETEC) de Artes com soprador ou vassoura de folha tenras e, posteriormente, limpar a área com as mãos para se retirar plantas indesejadas que eventualmente cresçam sobre o musgo.
 - E. Instalação de comunicação visual com informações sobre a importância das briófitas e os nomes das espécies que ocorrem no local.
 - F. Podas e remoções dos exemplares arbóreos deverão ser comunicadas ao CONPRESP, conforme Resolução nº06/2013.
 - G. Inventaria e realizar Plano de Manejo da vegetação do Parque com ênfase no manejo das espécies exóticas e nativas, controle fitossanitário e redução de riscos de queda.
 - H. Avaliar o paisagismo do Parque, contemplando critérios rigorosos na seleção de espécies exóticas a ser utilizadas, evitando-se a escolha de espécies invasoras como, por exemplo, palmeira-seafortia (*Archontophoenix cunninghamiana*), leucena (*Leucaena leucocephala*), ipê-de-jardim (*Tecoma stans*), palmeira-leque (*Livistona chinensis*) e pau-incenso (*Pittosporum undulatum*);
 - I. Atividades não emergenciais que envolvam a supressão de vegetação, como podas e retirada de árvores, devem ocorrer fora do período reprodutivo das aves (na estação chuvosa, meados de agosto a meados de fevereiro) e devem ser comunicadas ao órgão de tombamento relacionado ao Parque.

9.2. INFRAESTRUTURA, EDIFICAÇÕES E MOBILIÁRIOS

- A. Em decorrência da função histórica do Parque da Juventude – Dom Paulo Evaristo Arns, reforçada pelo tombamento do CONPRESP, estabelece-se a necessidade de manutenção ou recuperação do conjunto histórico, sempre de acordo com as condicionantes dos instrumentos de tombamento.
- B. Ampliar a quantidade e distribuição de bebedouros no Parque. Os bebedouros devem prever o uso por pessoas com deficiência e crianças. É conveniente que parte deles também apresente bebedouros para animais de estimação.
- C. Avaliar a qualidade e, se necessário, ampliar a disponibilidade de sanitários no Parque.
- D. Ampliar a acessibilidade ao mobiliário do Parque para pessoas com deficiências criando um plano de acessibilidade.
- E. Buscar melhoria da qualidade dos bancos realizando a manutenção. Recomenda-se ainda que a instalação de novos bancos siga o design dos já existentes. É conveniente ainda que alguns bancos tenham braços para apoio e segurança de idosos com deficiências.
- F. Avaliar a qualidade, quantidade e localização dos quiosques, lixeiras, mesas e bancos, inclusive para pessoas com deficiências atendendo normas da ABNT.
- G. Avaliar restauração parcial ou completa dos monumentos e obras de arte existentes no Parque.
- H. Implantar Plano de Combate e Prevenção Contra Incêndios e Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB.
- I. Mapear a infraestrutura de rede elétrica, hidráulica e esgoto de forma a apresentar os projetos *as built* dos sistemas.
- J. Avaliar quantidade, qualidade e localização da sinalização do Parque prevendo plano de comunicação. O plano deverá contemplar painéis informativos e educativos, bem como de

sinalização e educomunicação. Os painéis deverão apresentar, entre outras informações, o mapa do Parque e informações sobre a programação, regras de uso do Parque, bem como a correlação de todas as ações do Parque com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Deverá ainda tratar sobre a história do Parque e sua relação com o Complexo Penitenciário do Carandiru.

9.3.USOS E ATIVIDADES

- A. Avaliar a necessidade de revisão das áreas de playground, incluindo atendimento à norma NBR-9050 – acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos - e à NBR 16.071 – coletânea de normas de segurança de brinquedos de playground, em suas versões mais atuais.
- B. Potencializar as atividades ambientais realizadas pela monitoria ambiental do Parque considerando a elaboração de um Programa de Educação Ambiental;
- C. Procurar incluir nas atividades de educação ambiental o desenvolvimento de projetos integradores e atividades ou conteúdos com o objetivo de “despertar atitudes de responsabilidade cidadã”, com temas mais globais e prioritários, incluindo temas como mudanças climáticas, resíduos sólidos, recursos hídricos, poluição e proteção da biodiversidade.
- D. Potencializar a execução de eventos nas dependências do Parque.
- E. Avaliar a implantação de atrativos ao público com disponibilização de equipamentos de contemplação e vivência.
- F. Incentivar oferta de serviços de alimentação no Parque com diversidade de opções. Os serviços de alimentação implantados devem seguir um padrão de estrutura, equipamentos e comunicação visual estabelecidos em conjunto da administração do Parque.

9.4. ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

- A. Ampliar avaliação de perfil e satisfação do público.
- B. Fortalecer a relação com a gestão municipal para apoio no atendimento das questões relacionadas ao Parque.
- C. Fomentar parcerias com setor terceiro setor, governamental e não-governamental, visando a melhoria da infraestrutura do Parque.
- D. Garantir fiscalização constante dos serviços prestados pelas equipes terceirizadas para promover melhorias no Parque.

10. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS E OUTRAS FONTES

10.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

BOVO, Marcos Clair; OLIVEIRA, Ana Paula. **O Parque Urbano de uma pequena cidade da mesorregião cento ocidental paranaense.**

Revista de Geografia do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora, v.10, n.2, p.261-282, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/geografia/article/view/31675>>. Acesso em 11 de janeiro de 2023.

DE PAULA, Daniela; CASER, Karla do Carmo. **Usos e desusos dos parques urbanos: um panorama sobre suas origens, tipos e usos.**

Revista Nacional de Gerenciamento das Cidades, v.8, n.63, p.33-53, 2020. Disponível em: <https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/gerenciamento_de_cidades/article/view/2459/2318>. Acesso em 11 de janeiro de 2023.

MARTINS, Larissa Fernanda Vieira. **Parques Urbanos: do romântico ao saneador – da teoria à realidade.** Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, v.10, n.77, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.17271/23188472107720222842>>. Acesso em 11 de janeiro de 2023.

MESQUITA, Raquel Corrêa. **Parques Urbanos na cidade contemporânea: classificar e qualificar.** Orientador: Ana Paula Rabello Lyra. 2019. 164 f. Dissertação (Mestrado) Curso Arquitetura e Cidade,

Universidade de Vila Velha, Espírito Santo, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.uvv.br//handle/123456789/487>>. Acesso em 11 de janeiro de 2023.

ROCHA, Maria Vitória; BORTOLO, Carlos Alexandre; PEREIRA, Anete Marília. **Parques Urbanos contemporâneos: uma análise dos imaginários socioespaciais na cidade de Montes Claros/MG.** Geografia Ensino & Pesquisa, v.25, e19, p.1-38, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.17271/23188472107720222842>>. Acesso em 11 de janeiro de 2023.

SAKATA, Francine. **Parques Urbanos no Brasil – 2000 a 2017.** 2018. 348 p. Tese (Doutorado - Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16135/tde-20092018-143928/pt-br.php>>. Acesso em 08 set. 2022.

10.2. HISTÓRICO DO PARQUE

AFLALO GASPERINI ARQUITETOS. **Parque da Juventude.** Disponível em: <<http://aflalogasperini.com.br/blog/project/parque-da-juventude>>. Acesso em 15 Set. 2022.

FORMICKI, Guilherme Rocha. **A transformação em áreas de lazer de espaços anteriormente degradados. Análise do Parque da Juventude como estudo de caso.** Relatório Final de Pesquisa de Iniciação Científica. Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 2013.

PEREIRA, Matheus. Parque da Juventude: Paisagismo como ressignificador espacial. 04 Out. 2017. **ArchDaily Brasil.** Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/880975/parque-da-juventude-paisagismo-como-ressignificador-espacial>>. Acesso em 17 Ago. 2021.

RODRIGUES, J. E. R. **Parque urbano:** aplicação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) ao meio urbano. [tese de doutorado]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP; 2008. Disponível em:

https://teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6134/tde-19022020-114809/publico/DR_914_Rodrigues_2008.pdf. Acesso em: 24 Out. 2022

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 58.258, de 01 de agosto de 2012. Dispõe sobre a transferência, para a Secretaria do Meio Ambiente, da administração dos Parques Urbanos que especifica e dá providências correlatas. Diário Oficial, Poder Executivo, São Paulo, Seção I, v. 122, n. 144, p. 1, 02 ago. 2012.

SAP. Secretaria de Administração Penitenciária. **Museu Penitenciário Paulista**. Disponível em: <<http://museupenitenciario.blogspot.com/p/perguntas-frequentes.html>>. Acesso em 15 Set. 2022.

SECRETARIA DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DE SÃO PAULO (Estado). Memorial da Resistência de São Paulo: **Complexo Penitenciário do Carandiru**. Disponível em: <<http://memorialdaresistenciasp.org.br/lugares/complexo-penitenciario-do-carandiru/>>. Acesso em: 19 de Out. 2022.

SECRETARIA DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DE SÃO PAULO (Município). **Processo Administrativo nº 1997-0.125.758-8**. Disponível para consulta pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP). Consultado em 13 de Set. 2022.

10.3. INSTRUMENTOS NORMATIVOS

SÃO PAULO (Município). **Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014**. Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002. Suplemento Diário Oficial da Cidade de São Paulo, Poder Executivo, ano 59, n. 140, p. 1, 01 ago. 2014.

SÃO PAULO (Município). **Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016**. Disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no Município de São Paulo, de acordo com a Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 – Plano

Diretor Estratégico (PDE). Diário Oficial da Cidade, Poder Executivo, São Paulo, ano 61, n. 54, p. 1, 23 mar. 2016.

SÃO PAULO (Município). **Decreto nº 42.237, de 01 de agosto de 2002.** Regulamenta a Lei nº 13.399, de 1º de agosto de 2002, que dispõe sobre a criação de Subprefeituras no Município de São Paulo, no que se refere à execução dos serviços de manutenção e conservação de prédios, instalações e equipamentos municipais, bem como de pequenas obras, e dá outras providências. Diário Oficial da Cidade, Poder Executivo, São Paulo, ano 47, n. 144, p. 4, 01 ago. 2002.

SÃO PAULO (Município). **Resolução nº 38/CONPRES/2018.** Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRES. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, ano 64, nº 207, p. 17, 1º nov. 2019.

SMUL (2021). Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento. **Projetos de Intervenção Urbana (PIU).** Gestão Urbana. Prefeitura de São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/estruturacao-territorial/piu/>>. Acesso em 11 Ago. 2022.

SMDU (2016). Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento. **Planos regionais das Subprefeituras.** Prefeitura de São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/planos-regionais/arquivos/>>. Acesso em 11 Ago. 2022.

SMUL (2024). Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento. **Plano Diretor Estratégico.** Prefeitura de São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/legislacao/plano_diretor/index.php?p=201105>. Acesso em 11 Ago. 2022.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE SÃO PAULO (Cidade). SP Urbanismo. **Projeto de Intervenção Urbana Arco Tietê.** Março 2020. Disponível em: <https://participe.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/arco-tiete2/ACT_OFICINA_LAPA_12mar2020_l.pdf?_ga=2.122267723.1787172768.1663582961-1362521838.1657018>

657&_gl=1*anf87a*_ga*MTM2MjUyMTgzOC4xNjU3MDE4NjU3*_ga_0B
WCVT4KZD*MTY2MzYxNTY0My45LjEuMTY2MzYxNjcyMC4wLjAuMA>.

Acesso em: 19 de Out. 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE -
SIMA 2020 (São Paulo). **Resolução SIMA nº 41, de 29 de junho de 2020.**

Dispõe sobre a composição as normas gerais de funcionamento dos
Conselhos de Orientação dos Parques Urbanos administrados pela
Coordenadoria de Parques e Parcerias, da Secretaria de Estado de
Infraestrutura e Meio Ambiente. Diário Oficial do Estado de São Paulo,
Poder Executivo, Seção I, p. 31, 30 jun. 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE -
SIMA 2020 (São Paulo). **Resolução SIMA nº 09, de 07 de fevereiro de**

2020. Dispõe sobre as designações dos membros do Conselho de
Orientação do Parque Estadual Chácara da Baronesa. Diário Oficial do
Estado de São Paulo, Poder Executivo, Seção I, p. 51, 08 fev. 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE -
SIMA 2018 (São Paulo). **Resolução SMA nº 50, de 10 de maio de 2018.**

Estabelece o preço público a ser pago em razão da utilização de áreas
e espaços dos Parques Urbanos Alberto Löfgren, Belém “Manoel Pitta”,
Chácara da Baronesa, Ecológico do Guarapiranga, Gabriel Chucre,
Juventude, Ecológico da Várzea do EmbuGuaçu “Professor Aziz
Ab´Saber”, Villa-Lobos e Candido Portinari para a exploração de
atividades de comércio de alimentos. Diário Oficial do Estado de São
Paulo, Poder Executivo, Seção I, p. 38, 11 mai. 2018.

10.4. LOCALIZAÇÃO DO PARQUE E CARACTERIZAÇÃO DO ENTORNO

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Especial Zoneamento –
Entenda as Zonas Especiais de Interesse Social.** 2015. Disponível em:
<[https://www.saopaulo.sp.leg.br/ blog/especial-zoneamento-entenda-
as-zonas-especiais-de-interesse-social/](https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/especial-zoneamento-entenda-as-zonas-especiais-de-interesse-social/)>. Acesso em 19 de out. 2022.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente/Coordenação de Planejamento Ambiental. **Mapeamento Digital da Cobertura Vegetal do Município de São Paulo. Relatório Final**. Coordenação: OLIVEIRA, Vivian Prado de. São Paulo: SVMA, 2020.

SÃO PAULO (Município). **Dados demográficos dos distritos pertencentes às Subprefeituras**. Disponível em: <prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/dados_demograficos/index.php?p=12758>. Acesso em 19 de out. de 2022.

SMUL (2021). Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento. **Sistema de consulta do Mapa Digital da Cidade de São Paulo - GeoSampa**, 2021. Disponível em: <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx#>. Acesso em 11 de ago. de 2021.

SMUL (2021). Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento. **Info Cidade**. Dados da Prefeitura de São Paulo. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/urbanismo/dados_estatisticos/info_cidade/index.php/>. Acesso em 12 de ago. de 2021.

SMDU (2016). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. **Planos regionais das Subprefeituras**. Gestão urbana. Prefeitura de São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/planos-regionais/arquivos/>>. Acesso em 13 de ago. 2021.

10.5. SOLO

BISTRICHI, C.A. et al. 1981. **Mapa geológico do Estado de São Paulo; escala 1:500.000**. In: ALMEIDA, F.F.M. de - Mapa Geológico do Estado de São Paulo; 1: 500.000, texto. São Paulo, IPT, 2v. IPT- Publicação 1184, Série Monografias 6.

BIANCHINI, D. A. **Do Carandiru ao parque da Juventude: reconstrução da paisagem urbana**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, p. 118. 2018.

COLAÇO, C.D. **Determinação da concentração de metais em solos de parques públicos da cidade de São Paulo com o uso das técnicas LIBS e ICP OES.** Tese (Doutorado em Química – Ciência e Tecnologia da Sustentabilidade) – Universidade Federal de São Paulo – Campus Diadema, p. 144. 2022.

Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB. **Áreas Contaminadas:** Shopping Center Norte. 2013. 6p. <https://cetesb.sp.gov.br/areas-contaminadas/2013/11/22/shopping-center-norte/>. Acesso: 28/02/2023.

COSTA, H. B.; ROSSI, M.; COELHO, R. M. **Evolução da ocupação do solo na bacia do ribeirão das anhumas e sua impermeabilização:** situação no ano de 2001. In: Roseli Buzanelli Torres; Samuel Fernando Adami; Ricardo Marques Coelho. (Org.). Atlas Socioambiental da bacia do Ribeirão das Anhumas. 1ed. Campinas: Pontes Editores, 2014, v. 1, p. 71-73.

COUTINHO, J.M.V. 1980. **Carta geológica da região metropolitana da Grande São Paulo.** Partes I e 2, Escala 1:100.000. EMPLASA. Sec. Neg. Metropol., Gov. Estado de São Paulo. Mapas.

GEOPORTAL MEMÓRIA PAULISTA. **Aerofotografias de 1958, da região metropolitana de São Paulo.** Disponível em: <https://www.geoportal.com.br/memoriapaulista/>

LANDIM, P.M.B. et al. 1984. **Mapa Geológico do Estado de São Paulo: Folha de SÃO PAULO – SF-23-Y-C, escala 1:250.000.** Convênio DAEE/UNESP. – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Campus de Rio Claro. Mapas.

LEONEL, C. (Coord) et al. 2009. **Plano de Manejo do Parque Estadual Alberto Löfgren.** São Paulo: Instituto Florestal/Fundação Florestal. (Boletim)

MANFREDINE, S.; ESPÍNDOLA, C.R.; ROSSI, M.; KANASHIRO, M.M.; PINHEIRO, M.R.; COSTA, H.B.; VIEIRA, A.J.N.L.; CARDONA, O.; DIAS, A.R.;

SAMORA, P. 2011. **Diagnóstico Final de Pedologia dos Parques Itaim, Varginha, Jaceguava e Bororé**. RELATÓRIO Parques Naturais Municipais. Planos de Manejo do Rodoanel Mario Covas – Trecho Sul. Projeto de Cooperação Técnica e Científica entre Dersa e Departamento de Geografia – FFLCH – USP

NAKAZAWA, V.A. (Coord); FREITAS, C.G.L. de; DINIZ, N.C. **Carta Geotécnica do Estado de São Paulo: Escala 1:500.000**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), 1ª ed., 1994.

OLIVEIRA, J.B. de; CAMARGO, M.N.de; ROSSI, M. & CALDERANO FILHO, B. 1999. **Mapa pedológico do Estado de São Paulo**: legenda expandida. Campinas: Instituto Agrônomo/EMBRAPA Solos, 1999. v. 1. 64 p. (inclui Mapa, escala 1:500.000).

PEDRON, F. de A. et al. **Solos urbanos**. Cienc. Rural, Santa Maria, v.34, n.5, p. 1647-1653, Oct. 2004.

PERROTTA, M. M., SALVADOR, E. D.; LOPES, R. C.; D'AGOSTINO, L. Z.; PERUFFO, N.; GOMES, S.D.; SACHS, L.L.B.; MEIRA, V.T. e LACERDA FILHO, **F.V. 2005 – Mapa Geológico do Estado de São Paulo, escala 1: 750.000**. Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil, CPRM, São Paulo.

PONÇANO, W. L.; CARNEIRO, C. D. R.; BISTRICHI, C. A.; ALMEIDA, F. F. M. de.; PRANDINI, F. L. 1981 - **Mapa geomorfológico do Estado de São Paulo**. São Paulo. Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo. Monografia 5. v. 1 e 2. Escala 1:1.000.000.

RODRIGUEZ, S.K. 1998. **Geologia urbana da região metropolitana de São Paulo**. São Paulo: Instituto de Geociências-Universidade de São Paulo. 171p. Inclui Anexos e Mapas, escala 1:250.000.(Tese de Doutorado).

ROSS, J.L.S.; MOROZ, I. C. **Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo** - Laboratório de Geomorfologia Depto Geografia - FFLCH - USP / Laboratório de Cartografia Geotécnica - Geologia Aplicada - IPT /

FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - **Mapas e Relatórios**. São Paulo, 1997.

ROSSI, M. 2017. **Mapa pedológico do Estado de São Paulo: revisado e ampliado**. São Paulo: Instituto Florestal, 2017. V.1. 118p. (inclui Mapas).

ROSSI, M. e KANASHIRO, M.M. 2022. **O mapa de solos**. In: ROSSI, NALON e KANASHIRO. Atlas de suscetibilidades dos solos do estado de São Paulo. 1. ed. São Paulo: Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA) / Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA), 2022. cap. 2, p4-21.

SANTOS, R.D.; SANTOS, H.G.; KER, J.C.; ANJOS, L.H.C. & SHIMIZU, S.H. **Manual de descrição e coleta de solo no campo**. 6.ed. Viçosa, MG, Sociedade Brasileira de Ciência do Solo/Embrapa Solos, 2013. 102p.

SANTOS, H.G.; JACOMINE, P.K.T.; ANJOS, L.H.C.; OLIVEIRA, V.A.; LUMBRERAS, J.F.; COELHO, M.R.; ALMEIDA, J.A.; ARAÚJO FILHO, J.C.; OLIVEIRA, J.B.; CUNHA, T.J.F. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. 5 ed. Brasília-DF: EMBRAPA / EMBRAPA Solos, 2018. 531p.

SÃO PAULO. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **GeoSampa**. 2017. Disponível em: http://geosampo.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx. Acesso em: 01. Fev. 2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO. 2002. **Atlas Ambiental do Município de São Paulo**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo. 198p. https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/ATLAS%20AMBIENTAL-compactado.pdf

SARA BRASIL (1930). **Mappa topográfico do município de São Paulo, folha 37**. São Paulo, Prefeitura Municipal de São Paulo. escala 1:5.000, carta topográfica.

SETZER, J. 1955. **Os solos do município de São Paulo (primeira parte)**. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros. Boletim Paulista de Geografia, 20, 3-30p. <http://publicações.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/download/1313/1150>

SETZER, J. 1956a. **Os solos do município de São Paulo (segunda parte)**. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros. Boletim Paulista de Geografia, 22, 26-54p. <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1304/1141>

SETZER, J. 1956b. **Os solos do município de São Paulo (conclusão)**. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros. Boletim Paulista de Geografia, 24, 35-56p. <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1294/1130>

SIMA (2021a). **Plano Diretor do Parque Estadual Villa Lobos**. São Paulo: Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente/Coordenadoria de Parques e Parcerias. 169p. (Boletim). Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/cpp/plano-diretor-parque-villa-lobos/>. Acesso em: 26 de jun. de 2023.

SIMA (2021b). **Plano Diretor do Parque Estadual Cândido Portinari**. São Paulo: Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente/Coordenadoria de Parques e Parcerias. 133p. (Boletim). Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/cpp/plano-diretor-parque-candido-portinari/>. Acesso em: 26 de jun. de 2023.

SIMA (2021c). **Plano Diretor do Parque Estadual Água Branca**. São Paulo: Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente/Coordenadoria de Parques e Parcerias. 172p. (Boletim) Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/cpp/plano-diretor-parque-da-agua-branca/>. Acesso em: 26 de jun. de 2023.

SMA (2008). **Plano de Manejo do Parque Estadual das Fontes do Ipiranga**. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente/Instituto de Botânica. Resumo Executivo, 39p. (Boletim) Disponível em: https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/institutodebotanica/wp-content/uploads/sites/235/2019/03/PLANO_DE_MANEJO_PEFI.pdf. Acesso em: 26 de jun. de 2023.

TORRES, Maria Cecília Teixeira Mendes. **Bairro de Santana**, Prefeitura de São Paulo, Depto de Cultura, 1970 In: Meu Cinema Brasileiro: Carandiru Acesso em 13 de jul. de 2009.

10.6. RECURSOS HÍDRICOS

BERTOLO, R. 1996. **Relações entre rios e o aquífero sedimentar da Bacia de São Paulo em área de exploração intensiva de água subterrânea**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 108 p.

BRASIL. 2005. **Resolução CONAMA N° 357, DE 17 DE MARÇO DE 2005**. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de março de 2005, N° 053, p. 58-63.

CABRAL, A.S.C. 2012. **Os córregos ocultos na paisagem urbana: o caso da bacia do Carajás**. *Revista Anagrama*, 5(3): p.1-34.

CETESB – COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. 2016. **Base Hidrográfica do Estado de São Paulo – Enquadramento dos corpos d'água conforme Decreto Estadual N° 10.755/77**. São Paulo, CETESB. (Relatório Técnico).

DAEE – DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA. 2013. **Serviços de Consultoria Especializada para Elaboração do Terceiro Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia do Alto Tietê – PDMAT 3**. (Relatório 8 – Estudos hidrológicos e Hidrodinâmicos, Tomos I e II). Consórcio Cobrape, Engecorps, Maubertec.

FABHAT/CBH-AT/FEHIDRO – FUNDAÇÃO AGÊNCIA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO TIETÊ / COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DA BACIA DO ALTO TIETÊ / FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS. **Plano de Bacia hidrográfica do Alto Tietê**, 2018. Disponível em: <comiteat.sp.gov.br/a-bacia/>. Acesso em 14.mar.2023

GEOPORTAL - Multispectral Sistemas e Serviços Ltda. Memória Paulista. **Imagens de 1958 da região metropolitana de São Paulo**.

Disponível em: <https://www.geoportal.com.br/Home>. Acesso em 01.mai.2023

GEOSAMPA. 2023. **Sistema de Consulta do Mapa Digital da Cidade de São Paulo. Meio Físico**. Bacia Hidrográfica. Prefeitura de São Paulo. Disponível em: <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em 10/05/23.

HIRATA, R.; FERREIRA, L.M.R. 2001. **Os aquíferos da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê: disponibilidade hídrica e vulnerabilidade à poluição**. *Revista Brasileira de Geociências*, 31(1): 43-50. Disponível em: <https://doi.org/10.25249/0375-7536.20013114350>. Acesso em: 26 de jun. de 2023.

LUZ, R.A.; RODRIGUES, C. 2020. **O processo histórico de ocupação e de ocorrência de enchentes na planície fluvial do rio Pinheiros de 1930 até os dias atuais**. *Geosp – Espaço e Tempo (on-line)*, 24(2): 340-360. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2020.1644> 99. Acesso em: 26 de jun. de 2023.

MASSONE, G.; PAIXÃO, G.M. 2006. **Córrego Carajás no Parque da Juventude**. *Revista Educação Pública*, 7(39): 103-112.

MONTEIRO JR., L. 2011. **Infraestruturas urbanas: uma contribuição ao estudo da drenagem em São Paulo**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 276 p.

MOROZ-CACCIA GOUVEIA, I.C. 2010. **Da originalidade do sítio urbano de São Paulo às formas antrópicas**: aplicação da abordagem da geomorfologia antropogênica na bacia hidrográfica do rio Tamanduateí, na Região Metropolitana de São Paulo. Tese de Doutorado em Geografia Física, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MOROZ-CACCIA GOUVEIA, I.C.; RODRIGUES, C. 2017. **Mudanças morfológicas e efeitos hidrodinâmicos do processo de urbanização na bacia hidrográfica do rio Tamanduateí – Região Metropolitana de São Paulo**. *Geosp – Espaço e Tempo* (on-line), 21(1): 257-283. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2017.105342>. Acesso em: 26 de jun. de 2023.

PACHECO, A. 1984. **Análise das Características Técnicas e da Legislação para Uso e Proteção das Águas Subterrâneas em Meio Urbano** (Município de São Paulo). Tese de Doutorado, Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 174 p.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. 2014. Cidade de São Paulo – **Comunicação: Secretarias**. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/infraestrutura/arquivos/Clipping%20de%20Bairros%202014/FEVEREIRO%20/2014-02-06_spnorte_alagamentos_zonanorte.pdf. Acesso em 01.jun.2023.

RICCOMINI, C.; COIMBRA, A.M.; TAKIYA, H. 1992. **Tectônica e Sedimentação na Bacia de São Paulo**. In: Seminário: Problemas Geológicos e Geotécnicos na Região Metropolitana de São Paulo – SMSP. ABAS, ABGE, SBG/SP, São Paulo, p. 21-45.

RODRIGUES, C.; MOROZ-CACCIA GOUVEIA, I.C.; LUZ, R.A.; VENEZIANI, Y.; SIMAS, I.T.H.; SILVA, J.P. 2019. **Antropoceno e Mudanças Geomorfológicas: Sistemas Fluviais no Processo Centenário de Urbanização de São Paulo**. *Revista do Instituto Geológico*, 40 (1): 105-123. DOI 10.33958/revig.v40i1.631

SABESP. 2023. **Córrego Limpo**. Relatório de Monitoramento - DBO (mg/L). Disponível em: <https://site.sabesp.com.br/site/interna/Default.aspx?secaold=116>. Acesso em 01/06/2023.

SÃO PAULO. Secretaria do Meio Ambiente. 2013. **Área de Preservação Ambiental da Várzea do Rio Tietê**: Plano de Manejo - Resumo Executivo. Fundação Florestal, USP, São Paulo, 163 p.

VENEZIANI, Y. 2014. **A abordagem da geomorfologia antropogênica e de modelagens hidrológica e hidráulica na bacia do Córrego Três Pontes (SP) para determinação de picos de vazão e da vulnerabilidade a inundações**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, Dissertação de Mestrado, 298 p. <http://dx.doi.org/10.11606/D.8.2014.tde-30112015-133046>

10.7. FAUNA

Lehmann, S. 2021. **Growing biodiverse urban futures: renaturalization and rewilding as strategies to strengthen urban resilience. Sustainability 13(5)**, 2932. Disponível em: <<https://doi.org/10.3390/su13052932>>. Acesso em 23 de maio de 2023.

Masood, N.; Russo, A. 2023. Community perception of brownfield regeneration through urban rewilding. *Sustainability* 15(4), 3842; Disponível em: <<https://doi.org/10.3390/su15043842>>. Acesso em 23 de maio de 2023.

São Paulo. Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, Divisão da Fauna Silvestre. **Inventário da fauna silvestre do Município de São Paulo. São Paulo**: dez. 2022. Dados compilados até 1 dez. 2022. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/publicacoes_svma/index.php?p=339539. Acesso em 28 de março de 2023.

Somenzari, M. et al. 2018. **An overview of migratory birds in Brazil**. *Papéis Avulsos de Zoologia* 58: e20185803.

Spotswood, E. N. et al. 2021. **The biological deserts fallacy: cities in their landscapes contribute more than we think to regional biodiversity.** *BioScience* 71(2): 148-160.

10.8. FLORA

Fudali, E. (2001). **The ecological structure of the bryoflora of Wrocław's parks and cemeteries in relation to their localization and origin.** *Acta Societatis Botanicorum Poloniae*, 70(3), 229-235. Disponível em: <<https://doi.org/10.5586/asbp.2001.030>>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

Glime, J. M. (2007). **Economic and ethnic uses of bryophytes.** In *Flora of North America Editorial Committee, Flora of North America* (pp. 14-41). Oxford University Press (Bryophytes: Mosses: v. 27, Bryophyta, part 1).

Glime, J. M. (2017a). *Bryophyte ecology* (Vol. 1). **Michigan Technological University/International Association of Bryologists.** Disponível em: <http://digitalcommons.mtu.edu/bryophyte-ecology/>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

Glime, J. M. (2017b). **Bryophyte ecology (Vol. 4).** **Michigan Technological University/International Association of Bryologists, Michigan.** Disponível em: <https://digitalcommons.mtu.edu/bryophyte-ecology4/> Hallingbäck,. Acesso em: 22 de maio de 2023.

T., & Hodgetts, N. (2000). **Mosses, liverworts and hornworts: status survey and conservation action plan for bryophytes.** **IUCN/SSC Bryophyte Specialist Group.**

Hallingbäck, T., & Tan, B. C. (2010). **Past and present activities and future strategy of bryophyte conservation.** *Phytotaxa*, 9, 266-274. <http://dx.doi.org/10.11646/phytotaxa.9.1.15>

Jukonienė, I. (2008). **The impact of anthropogenic habitats on rare bryophyte species in Lithuania.** *Folia Cryptogamica Estonica*, 44, 55-62.

Martin, A. (2015). **The magical world of moss gardening.** Timber Press.

Schenk, G. (1997). **Moss gardening, including lichens, liverworts, and other miniatures**. Timber Press. Schofield, W. B. (1985). Introduction to bryology. Macmillan Publishing Company.

Visnadi, S. R. (2015). **Parque Estadual das Fontes do Ipiranga: unidade de conservação importante para a proteção da brioflora da Mata Atlântica na cidade de São Paulo, Brasil**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Naturais, 10(3), 437-469. Disponível em: <https://doi.org/10.46357/bcnaturais.v10i3.476>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

Visnadi, S. R. (2018). **Heterogeneidade florística da brioflora em fragmentos de vegetação e a conservação das áreas verdes urbanas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Naturais, 13(3), 327-354. Disponível em: <https://doi.org/10.46357/bcnaturais.v13i3.341>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

Visnadi, S. R. (2019). **Bosque como refúgio para as briófitas: o caso do parque Ibirapuera, em São Paulo, Brasil**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Naturais, 14(3), 331-361. Disponível em: <https://doi.org/10.46357/bcnaturais.v14i3.221>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

Visnadi, S. R. (2022). **Singularidade da brioflora em diferentes paisagens urbanas e o seu valor para a qualidade ambiental na cidade de São Paulo. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Naturais, 17(2), 315-351. Disponível em: <http://doi.org/10.46357/bcnaturais.v17i2.195>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

Visnadi, S. R. (2023). **Riqueza da brioflora como indicador da cobertura vegetal nativa em parques na cidade de São Paulo**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Naturais, 18(1). No prelo.

10.9. PAISAGISMO

PEREIRA, Matheus e PEDROTTI, Gabriel. **Rosa Kliass: Poeta da paisagem**. 06 Out 2017. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.>

archdaily.com.br/br/880958/rosa-kliass-poeta-da-paisagem. Acesso em 19 de out. 2022.

CAMARGO, Mônica Junqueira de. **Rosa Kliass, uma trajetória duplamente exemplar.** Prêmio APCA 2018 – Categoria “Trajetória”. *Drops*, São Paulo, ano 19, n. 141.07, Vitruvius, jun. 2019 Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/drops/19.141/7388>>. Acesso em 19 de Out. 2022.

10.10. ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DO PARQUE

PEDROSO, Érico Menezes. Da cela à sala – O Carandiru no Parque da Juventude: ensino de história e memórias sensíveis. 2021. 212 p. Tese (Mestre – Ensino de História) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/61913>>. Acesso em 26 jun. 2022.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 58.258, de 01 de agosto de 2012.** Dispõe sobre a transferência, para a Secretaria do Meio Ambiente, da administração dos Parques Urbanos que especifica e dá providências correlatas. Diário Oficial, Poder Executivo, São Paulo, Seção I, v. 122, n. 144, p. 1, 02 ago. 2012.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 60.321, de 01 de abril de 2014.** Autoriza o Secretário do Meio Ambiente a outorgar permissão e autorização de uso, a título precário, onerosa ou gratuita, de áreas dos parques urbanos, bem como de outras que também estejam sob a administração da Coordenadoria de Parques Urbanos da Secretaria do Meio Ambiente, nas condições que especifica. Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Executivo, p. 3, 02 abr. 2014.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE - SIMA 2020 (São Paulo). **Resolução SMA nº 41, de 29 de junho de 2020.** Dispõe sobre a composição as normas gerais de funcionamento dos Conselhos de Orientação dos Parques Urbanos administrados pela

Coordenadoria de Parques e Parcerias, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente. Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Executivo, Seção I, p. 31, 30 jun. 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE - SIMA 2016 (São Paulo). **Resolução SMA nº 53, de 31 de maio de 2016.** Regulamenta os incisos III e IV do artigo 4º do Decreto Estadual nº 60.321, de 01 de abril de 2014, nos casos em que especifica e dá providências correlatas. Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Executivo, Seção I, p. 47, 01 jun. 2016.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE - SIMA 2015 (São Paulo). **Resolução SMA nº 70, de 09 de outubro de 2015.** Autoriza o Coordenador da Coordenadoria de Parques Urbanos - CPU a outorgar autorização de uso a título precário, onerosa ou gratuita, de áreas internas dos parques urbanos, bem como de outras que também estejam sob a administração da Coordenadoria de Parques Urbanos - CPU, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, para a realização de eventos, nas condições que especifica. Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Executivo, Seção I, p. 50-51, 10 out. 2015.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE - SIMA 2013 (São Paulo). **Resolução SMA nº 14, de 20 de fevereiro de 2013.** Estende aos demais parques urbanos sob a administração da Secretaria do Meio Ambiente as regras estipuladas na Resolução SMA nº 20, de 24 de março de 2010, para a produção de material vídeofotocinematográfico em áreas do Parque Villa-Lobos, e delega ao Coordenador de Parques Urbanos a competência para outorgar as autorizações para aquela finalidade. Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Executivo, Seção I, p. 45, 21 fev. 2013.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE - SIMA 2013 (São Paulo). **Resolução SMA nº 117, de 04 de dezembro de 2013.** Estabelece os preços públicos a serem pagos em razão da

utilização de áreas e espaços dos parques urbanos, administrados pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente, para a realização de eventos. Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Executivo, Seção I, p. 80-81, 06 dez. 2013.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE - SIMA 2010 (São Paulo). **Resolução SMA nº 20, de 24 de março de 2010.** Dispõe sobre a utilização das áreas do Parque Villa-Lobos, vinculado ao Gabinete da Secretaria do Meio Ambiente, para produção de material vídeo-foto-cinematográfico, para fins que especifica. Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Executivo, Seção I, p. 42, 25 mar. 2010.